

Lisboa Medieval, Contributo da Arqueologia

JACINTA BUGALHÃO*

1. Enquadramento

A cidade de Lisboa tem-se afirmado nos últimos anos como o principal palco da arqueologia e da atividade arqueológica portuguesas. No início do século XXI, realizavam-se aproximadamente duas dezenas de intervenções, por ano, em Lisboa. Mais recentemente, Lisboa concentra entre 20 e 30% dos trabalhos arqueológicos realizados anualmente no país (até 2009), perfazendo cerca de 500 intervenções por ano (Bugalhão, 2018, p. 34). Em janeiro de 2022 encontravam-se inventariados no concelho de Lisboa 532 sítios arqueológicos (Endovélico), dos quais 164 têm vestígios de ocupação medieval (gráfico 1) e serão, na sua maioria, objeto de análise neste trabalho (excluindo-se aqueles cuja informação disponível não permite uma caracterização mínima).

Nesta síntese, consideraram-se os sítios com vestígios e/ou ocupação da Antiguidade Tardia e da Alta Idade Média (estes correlacionados mais diretamente com a cultura material e a realidade urbana sueva e visigótica), a fase Medieval Islâmica (entre o século VIII e meados do século XII) e a fase Medieval Cristã, ou portuguesa (entre meados do século XII e o século XIV, podendo atingir o século XV). Da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média encontram-se inventariados 33 sítios arqueológicos (subsequentes aos 179 sítios com ocupação romana); da fase Medieval Islâmica, 88 sítios; e, da fase Medieval Cristã, 119 sítios (Endovélico) (gráfico 2).

Tradicionalmente, a história da cidade de Lisboa foi construída com base em fontes escritas, com prejuízo para as fases ocupacionais em que estas rareiam. Entre os séculos XIX e XX, um conjunto de estudiosos, que se interessava também pelas materialidades, fossem elas arqueológicas, arquitetónicas, artísticas ou urbanísticas, trabalhou sobre a história da cidade. Eram os olisipógrafos, de entre os quais se destacam Júlio de Castilho (1879, 1893, 1934-1938) e Augusto Vieira da Silva (1899, 1900, 1948), cuja obra constitui, ainda hoje, uma fonte de informação incontornável. A investigação sobre Lisboa nas escassas fontes escritas da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média e do período de dominação islâmica (destacando-se Coelho, 1972-1975; Fernandes, 1986; Alves, 1989; Sidarus & Rei, 2001; Rei, 2017; Lamelas, 2020) é um recurso de trabalho indispensável, também para os arqueólogos. Da mesma forma, para Lisboa nas mesmas épocas, merecem especial referência os estudos no âmbito da história de arte, que tão frequentemente se cruzam com a arqueologia, em especial os trabalhos de Manuel Real (1995, 2015; várias entradas de catálogo em *Lisboa Subterrânea*, 1994; *Portugal Islâmico*, 1998) e Paulo Almeida Fernandes (2002, 2005, 2020). Não é possível, no estreito âmbito deste

* Património Cultural, IP.

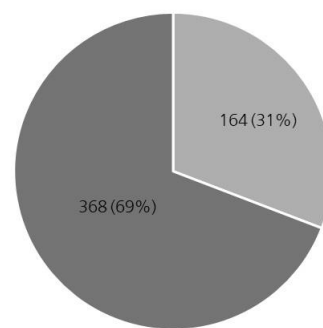
Texto concluído no final de 2021 e revisto pontualmente no início de 2023.

estudo, mencionar o abundante trabalho dos historiadores para o conhecimento sobre a Lisboa islâmica e principalmente sobre a Lisboa medieval portuguesa. Relativamente aos estudos mais recentes, cabe salientar uma cada vez mais evidente mudança de atitude entre os historiadores, na utilização sistemática dos dados arqueológicos no seu processo de investigação, de que é exemplo, em Lisboa, o trabalho de Manuel Fialho da Silva (2017).

Entre os arqueólogos, e apesar da exiguidade de dados até tempos muito recentes, as sínteses foram sendo tentadas, primeiro de forma muito generalista e ainda muito próxima do discurso histórico, mas, progressivamente, com bases arqueológicas mais sólidas (para a Antiguidade Tardia e Alta Idade Média: Almeida, 1974-1975; Alarcão, 1994; Coelho, 1994; Fernandes & Fernandes, 2014; Fernandes, 2020; Fernandes & Fernandes, 2020; para a ocupação islâmica: Soromenho, 1974-1975; Torres, 1994, 2001; Matos, 1997, 1999, 2001, 2015; Amaro, 1998; Torres & Macias, 1998; *Port. Isl.*, 1998; Bugalhão, 2009; Leitão, 2014; Melo, 2014; Filipe et al., 2020; e para a fase medieval cristã: Pradalié, 1975; Coelho, 2001; Tição et al., 2001; Nunes, 2010; Leitão, 2014; Gaspar & Gomes, 2015b; Silva, 2017; Fialho, 2018). Mais recentemente, foram publicados estudos arqueo-científicos, na área da bioantropologia (Antunes & Cunha, 1991; Lopes & Neto, 1999; Duarte, 2001; Trindade et al., 2001; Cardoso, Casimiro & Assis, 2013; Casimiro & Silva, 2013; Filipe, Toso & Inocêncio, 2017) e dos estudos arqueozoológicos, paleobotânicos, arqueométricos (sobre materiais cerâmicos) e geoarqueológicos (Dias, Prudêncio & Gouveia, 2001; Moreno-García & Davis, 2001; Bugalhão et al., 2008; Dias et al., 2008; Dias et al., 2009a, 2009b; Queiroz & Mateus, 2011, 2015; Gomez-Paccard et al., 2014; Fernandes et al., 2015; Costa et al., 2017; Martínez, Gabriel & Bugalhão, 2017; Valente & Marques, 2017; Currás et al., 2020; Costa et al., 2021). Ao nível da formação académica, o número de trabalhos produzidos continua a ser muito diminuto, principalmente se considerado o enorme volume de dados disponíveis para estudo. Na última década foram produzidas cinco teses de mestrado e uma de doutoramento sobre Lisboa medieval com base e utilização sistemática de fontes arqueológicas (Gonçalves, 2011; Silvério, 2014; Pinheiro, 2015; Machado, 2016; Rodrigues, 2019; Silva, 2017), bem como outras sobre distintos âmbitos cronológicos, mas com dados relevantes para contextos medievais (Oliveira, 2012; Silva, 2012b).

Nunca é demais referir a fragilidade estrutural dos estudos arqueológicos em Portugal, e que se faz sentir de forma particularmente intensa em Lisboa: no número reduzido de projetos consistentes e sustentados de investigação programada. Podem, ainda assim, enumerar-se alguns projetos, bem como algumas linhas de investigação desenvolvidas em continuidade.

O «Projeto Integrado na Alcáçova do Castelo de São Jorge» iniciou-se em contexto de arqueologia preventiva, entre 1996 e 2002, mas posteriormente foi integrando as componentes de valorização e investigação (Dias, Prudêncio & Gouveia, 2001; Gomes et al., 2001, 2005, 2009a, 2009b; Gaspar & Gomes, 2001a, 2001b, 2018; Moreno-García & Davis, 2001; Dias et al., 2009a, 2009b; Serra, 2009).



■ Sítios com ocupação medieval
■ Sítios com ocupação de outras cronologias

Gráfico 1 — Sítios arqueológicos inventariados em Lisboa (Endovélco).

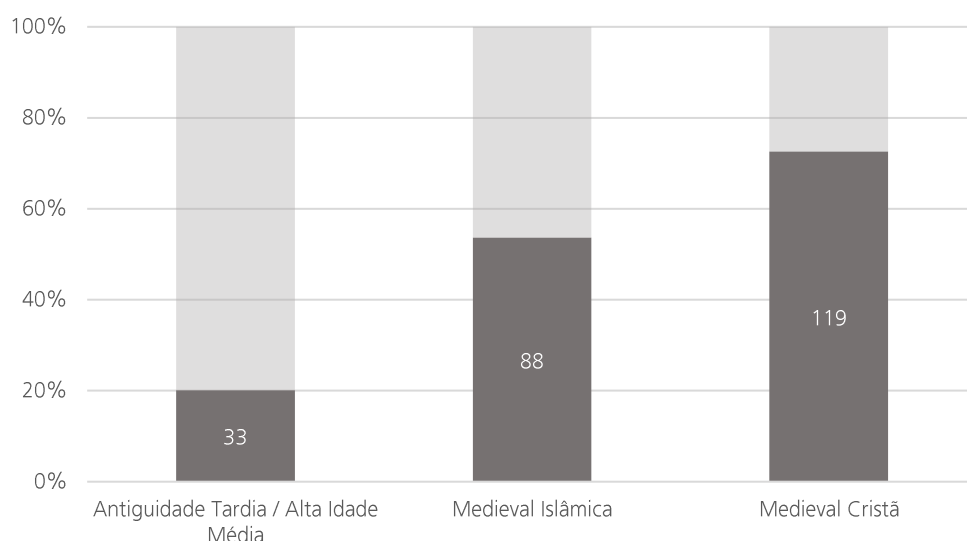


Gráfico 2 — Sítios arqueológicos com ocupação medieval (Antiquidade Tardia e Alta Idade Média, fase Medieval Islâmica e fase Medieval Cristã, ou portuguesa) no núcleo medieval da cidade de Lisboa (Endovélico).

A intervenção arqueológica realizada no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros entre 1991 e 1995 desencadeou um processo de investigação monográfica dos contextos aí exumados, incluindo os de época medieval (ver 27 referências bibliográficas na entrada «NARC», CNS 1950, Quadro 1).

A Câmara Municipal de Lisboa iniciou a sua intervenção no Teatro Romano de Lisboa nos anos 60 do século XX. O «Programa de Recuperação do Teatro Romano de Lisboa» (iniciado em 1998 e que culminou com criação do Museu do Teatro Romano, em 2001) e os trabalhos arqueológicos subsequentes levados a cabo pela sua equipa constituíram-se num programa de intervenção e investigação em continuidade, integrando igualmente estudos sobre os contextos medievais (Diogo & Trindade, 1999; Fernandes, 2007; Fernandes, Marques & Torres, 2008; Fernandes et al., 2015).

O projeto «Produção Oleira no Arrabalde Ocidental da Lisboa Islâmica» (POILIX) decorreu entre 1997 e 2006, no âmbito do programa de apoio financeiro à investigação arqueológica PNTA, tendo por objetivo o estudo da produção e dos consumos de cerâmica na Lisboa islâmica (Bugalhão & Folgado, 2001; Bugalhão, Gomes & Sousa, 2003, 2007; Bugalhão, Sousa & Gomes, 2004; Bugalhão & Gómez, 2005; Bugalhão et al., 2008).

O projeto de estudo e valorização das muralhas de Lisboa iniciou-se no final dos anos 90 do século passado, na Câmara Municipal de Lisboa, tendo produzido diversas intervenções e estudos sobre aquelas estruturas milenares (Tição et al., 2001; Fernandes, 2003; Fontes, Machado & Catalão, 2012; Leitão, 2014; Carvalhinhos, Mota & Miranda, 2017; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018; Filipe et al., 2020).

O projeto «GARB Sítios Islâmicos do Sul Peninsular», dedicado ao estudo e publicação de contextos islâmicos portugueses e espanhóis estremenhos, foi promovido pelo IPPAR e pela Junta de Extremadura em 2001, contemplando contextos de Lisboa (Amaro, 2001; Dias, Prudêncio & Gouveia, 2001; Gomes et al., 2001; Moreno-García & Davis, 2001).

A intervenção arqueológica realizada no Banco de Portugal entre 2008 e 2011 deu origem a um conjunto relevante de estudos, alguns dos quais incidindo sobre contextos e temáticas medievais (Rocha et al., 2013; Rocha, 2014, 2015, 2018; Silva & Rocha, 2016).

O projeto «Lisbon Stories» (PC, IP-LARC e IDL-FC-UL), iniciado em 2016, tem por objetivo compreender a evolução paleoambiental da margem norte do Rio Tejo, nomeadamente durante a ocupação humana deste território, incluindo a Idade Média (Costa et al., 2017; Currás et al., 2020; Costa et al., 2021; no prelo).

O projeto «Lisboa Romana *Felicitas Iulia Olisipo*», promovido pela Câmara Municipal de Lisboa e iniciado em 2018, tem essencialmente objetivos de divulgação científica e patrimonial, mas integrou uma componente importante de sistematização da informação e também de publicação, contemplando contextos da Antiguidade Tardia (Fernandes 2020; Filipe & Santos, 2020; Filipe et al., 2020; Gaspar & Gomes, 2020; Pinheiro & Santos, 2020; Casimiro et al., 2021a, 2021b).

Relativamente à produção bibliográfica sobre contextos medievais de Lisboa, contabilizam-se cerca de 200 referências (numa recolha sistemática, mas seguramente não exaustiva), representando aproximadamente 20% da bibliografia sobre contextos arqueológicos de Lisboa (cerca de 1000 referências). Estas cerca de 200 referências bibliográficas sobre Lisboa medieval constituem a base do presente trabalho (gráfico 3). Contudo, deve salientar-se que estas 200 referências são, na sua maioria, notícias, geralmente de carácter arqueográfico e preliminar, à escala da intervenção arqueológica, ou de um contexto específico.

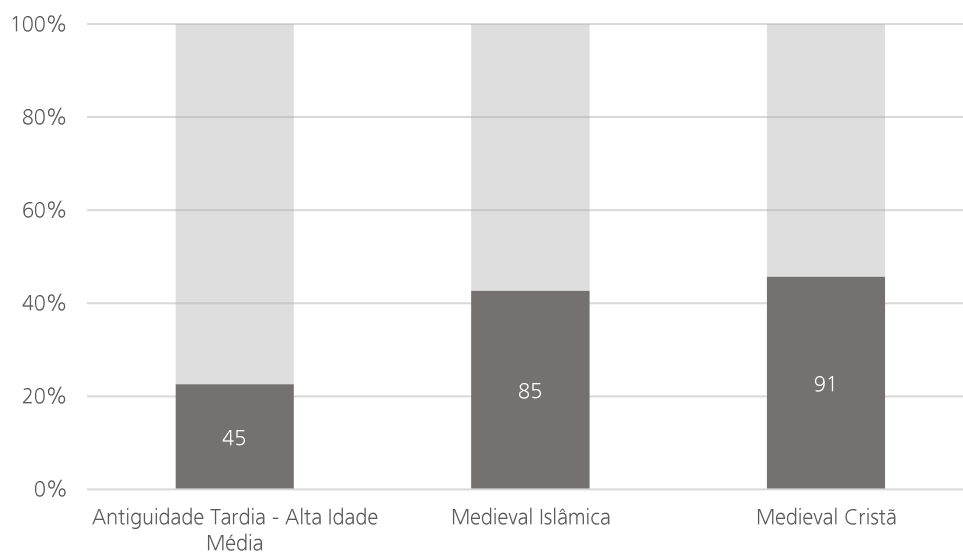


Gráfico 3 — Referências bibliográficas utilizadas para cada fase estudada.

2. De *Olisipo* a *Olisipona*, entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média¹

Os dados arqueológicos hoje disponíveis para esta fase referem-se quase exclusivamente aos séculos V e VI. Para os séculos VII e VIII registam-se apenas alguns elementos arquitetónicos «visigóticos». Esta escassez de contextos arqueológicos claramente datados condiciona o conhecimento que é possível aferir sobre esta fase da história da cidade.

No que respeita à caracterização da paisagem na Antiguidade Tardia (século VI), o registo polínico estudado no âmbito do projeto «Lisbon Stories» evidencia uma paisagem aberta (possivelmente com desflorestação por intervenção humana), com a expansão de urze e vegetação de origem antrópica. Antevê-se uma paisagem com presença de diversas atividades agrícolas, incluindo criação de gado, produção de cereais, vinho e oliveira/azeite (Currás et al., 2020).

Entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, permaneceu em utilização a muralha tardorromana. Esta continuidade foi comprovada nos troços intervencionados arqueologicamente e em contextos datáveis da Antiguidade Tardia relacionados com a muralha no Pátio da Senhora da Murça, na Rua Norberto de Araújo, na Rua de São João da Praça, nos Armazéns Sommer, no Arco Escuro, no Campo das Cebolas, na Casa dos Bicos e na Rua dos Bacalhoeiros. À semelhança do que sucede para a muralha romana, permanece ainda por esclarecer de forma inequívoca o traçado ocidental da muralha tardorromana e a sua coincidência ou divergência relativamente ao respetivo lanço da Cerca Moura.

No que se refere à estrutura viária da cidade, verifica-se igualmente uma continuidade de utilização dos dois eixos romanos de acesso e saída da cidade, na Praça da Figueira (norte) e no NARC (sudoeste). Foram ainda identificados possíveis eixos viários em utilização, pelo menos na Antiguidade Tardia, na Rua dos Douradores (via sudoeste?) e na Rua da Regueira (sudeste?). A artéria urbana do Claustro da Sé é privatizada no século VI, perdendo a função viária.

A zona de fundeadoiro na Praça D. Luís I (na enseada da Boavista), espaço fluvial de águas calmas e profundidade baixa (Currás et al., 2020), continuou a desempenhar a sua função portuária, pelo menos, até ao século VI.

Em Lisboa, presume-se a existência de alguns templos paleocristãos (visigóticos), embora se conheçam apenas indícios e não restos estruturais inequívocos. O templo paleocristão de São Mamede será o de existência mais solidamente comprovada, sendo-lhe atribuída a origem de diversos elementos arquitetónicos (cf. CNS 16063; 19769; 19842; 35895) recolhidos junto à sua localização proposta. A literatura refere ainda a eventual existência de templos paleocristãos na Igreja de Santa Cruz do Castelo, na primitiva Igreja de Santos-o-Velho, na envolvente do Teatro Romano e no Largo de Santo António. É extraordinariamente escassa a informação sobre estes edifícios, mas, a existirem, admite-se que possam ter funcionado, genericamente, entre os séculos V e VII.

¹ Deve ser consultada informação mais detalhada sobre os sítios referidos no Quadro 1 (incluindo referências bibliográficas). Os sítios estão sempre identificados com o CNS (Código Nacional de Sítio), permitindo a consulta de informação adicional, bem como a relação com os documentos integrados no Arquivo da Arqueologia Portuguesa, no Endovélico, Sistema de Informação e Gestão Arqueológica, disponível em <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php>. O quadro está ordenado tendencialmente por CNS, embora se tenha, em certos casos, agrupado alguns CNS relativos a realidades associadas.

Foram identificados vestígios de urbanismo (estruturas ou níveis ocupacionais, com informação e documentação desigual), datáveis entre meados do século V e o século VI, na zona intramuralha, na Rua do Recolhimento, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva e Largo das Portas do Sol, Teatro Romano, Claustro da Sé e Armazéns Sommer; no extremo sudoeste da cidade (e eventualmente relacionados com a utilização dos eixos viários já referidos), na Rua dos Fanqueiros, Convento Corpus Christi e NARC; e, a oriente, na Rua da Regueira.

Está presentemente bem documentada a existência de uma extensa área cemiterial da Antiguidade Tardia, fora da cidade, a ocidente, no espaço anteriormente ocupado pelo subúrbio industrial romano, recorrendo com frequência à reutilização das estruturas industriais abandonadas e devolutas. Parece ser uma necrópole não associada a edifício religioso, dispersa, de baixa densidade e com áreas especializadas (para crianças, por exemplo). Integrarão esta necrópole os contextos funerários conhecidos na Rua dos Douradores, no NARC, no Convento Corpus Christi e na Rua da Prata. Estão também documentados contextos funerários presumivelmente associados ao templo paleocristão de São Mamede e sepulturas, igualmente atribuídas a esta fase, a oriente da cidade, na Rua da Adiça.

Aparentemente, a consolidação do cristianismo e da estrutura eclesiástica em Lisboa terá sido relativamente tardia, o que poderá explicar a escassez de dados arqueológicos disponíveis e as características destes contextos funerários. Mas a verdade é que os contextos não relacionados com a religiosidade são igualmente escassos, realidade para a qual tarda uma explicação cientificamente estabelecida.

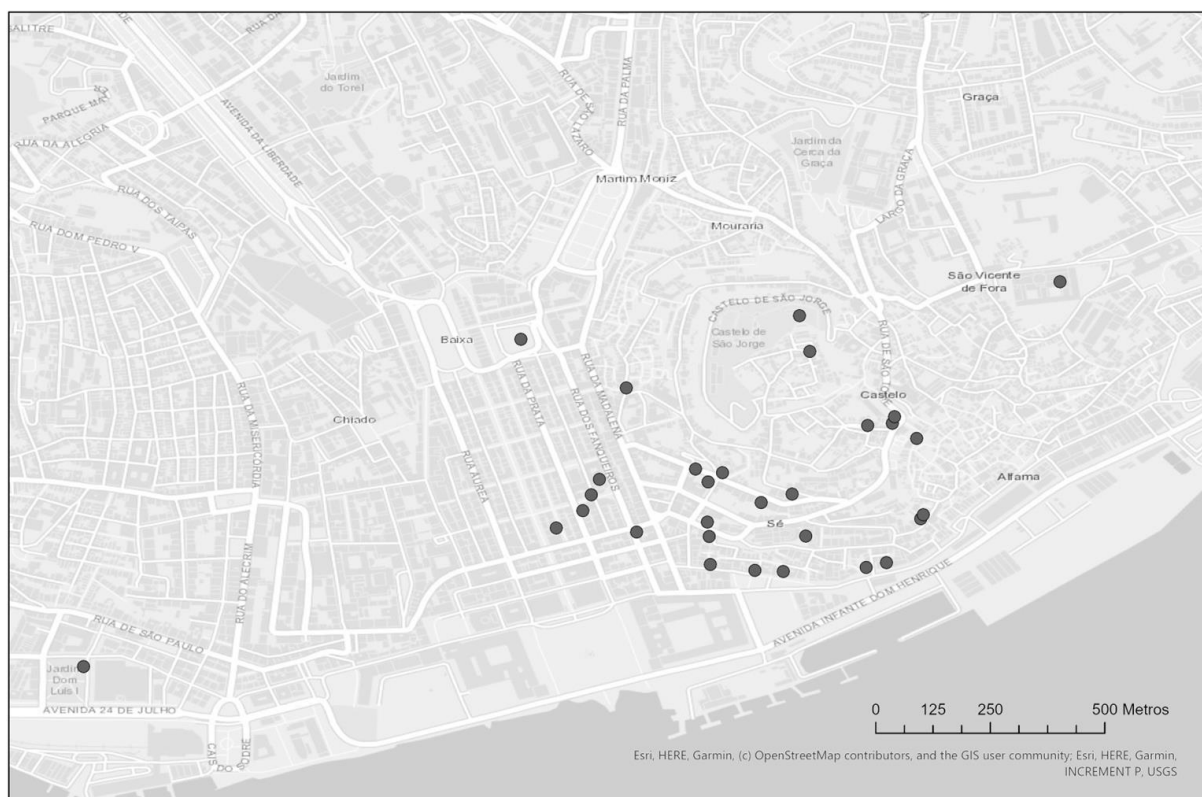


Fig. 1 — Carta de Lisboa com localização dos sítios arqueológicos da Antiquidade Tardia e Alta Idade Média.

3. *Madīnat Ushbūna*²

Lisboa viveu sob domínio político e militar islâmico entre o século VIII e meados do século XII. Contudo, os abundantes dados arqueológicos conhecidos e estudados para este período histórico na cidade referem-se quase exclusivamente aos séculos XI e XII, hiatos no registo arqueológico em continuidade com a realidade observada nos séculos precedentes. Constituem exceção alguns elementos arquitetónicos moçárabes e escassas cerâmicas anteriores ao período plenamente documentado, como é o caso do fragmento de cerâmica vidrada melada sobre motivos incisos no exterior, de tipo «Pechina», datável da fase emiral (segunda metade do século IX), recolhido no NARC (Gómez et al. 2015, p. 28), ou do contexto subjacente a uma casa islâmica também no NARC, datado do século X (Bugalhão, Gomes & Sousa, 2007, p. 321) e eventualmente contemporâneo da fase fundacional do arrabalde ocidental de *Ushbūna*.

Relativamente aos séculos VIII e IX, o aparente silêncio do registo arqueológico poderá relacionar-se com a ausência de indicadores materiais de influência cultural claramente islâmica, decorrente da menor relevância da cidade e da sua menos efetiva integração no mundo islâmico (Fernandes, 2002). Considera-se altamente improvável que nas intervenções arqueológicas realizadas em Lisboa não existam outros contextos datáveis do século X e mesmo do IX e claramente indexáveis à cultura material islâmica. A aparente ausência explicar-se-á pela falta de estudos sistemáticos e contextuais dos conjuntos exumados.

O achado e recolha de elementos arquitetónicos moçárabes permitiu aos investigadores propor a existência de algumas igrejas moçárabes em Lisboa, com cronologias atribuídas entre os séculos VIII e X, nos locais das mais tardias igrejas de Santa Cruz, São Mamede (cf. CNS 19842, 35895), Sé (cf. CNS 274 e 6503) e São Cristóvão (igreja moçárabe de Santa Maria de Alcamim).

Nas fases Taifa e Almorávida (do século XI a meados do século XII), a cidade viveu um intenso florescimento e crescimento urbano, com plena implantação da cultura islâmica (Fernandes, 2002). Neste período, a cidade pode ter alcançado 60 hectares de extensão, da qual apenas um terço intramuros (Bugalhão, 2009, p. 385). O arrabalde ocidental, mais extenso, estendia-se para lá da margem direita da ribeira da Baixa e até à Praça da Figueira.

A cidade continuou a utilizar a muralha tardorromana e da Antiguidade Tardia, pelo menos nos seus lanços nascente e sul. O pano ocidental da Cerca Velha é comprovadamente islâmico, não se excluindo completamente, por enquanto, a possibilidade de a sua construção remontar ao período tardorromano. Dados epigráficos sugerem uma eventual reparação da muralha da cidade no final do século X (Barceló, 2013, p. 173), operação que talvez tenha integrado a construção da alcáçova (século XI), onde se situaria um palácio, sede do poder político, ainda não localizado. Sabe-se, pela data dos textos, que a muralha detalhadamente descrita nas fontes árabes existia, pelo menos, desde o final do século XI (Sidarús & Rei, 2001, p. 46).

² Idem.

As intervenções arqueológicas realizadas junto à Cerca Velha têm permitido a recolha e estudo de dados muito relevantes para o conhecimento da evolução desta impressionante e milenar cerca. Destacam-se as escavações no Castelo de São Jorge (em diversos pontos da alcáçova); na medina, no Pátio de Dom Fradique, no Pátio da Senhora de Murça, na Rua Norberto de Araújo, na Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, na Rua de São João da Praça, na Rua da Judiaria e no Pátio do Marechal/Travessa das Merceeiras; a sul, na Casa dos Bicos, no Arco de Jesus, no Arco Escuro e nos Armazéns Sommer; e, a ocidente, nas Escadinhas de São Crispim e na Rua do Milagre. Ainda nos séculos XI-XII, foram identificados arruamentos urbanos no Castelo de São Jorge, na Praça Nova e no Beco do Recolhimento; na medina, no limite sul do Claustro da Sé; paralelamente ao leito da ribeira da Baixa, no Mandarin Chinês; na direção norte, no Hotel de Santa Justa; e na continuação deste eixo, na Praça da Figueira (para NO) e na Encosta de Santana (para NE).

Foram identificadas estruturas urbanas construídas, ou contextos estratigráficos de carácter habitacional e doméstico (casas, fundações, pavimentos, níveis ocupacionais, deposições secundárias, etc.), um pouco por toda a cidade islâmica — no Castelo de São Jorge, na Praça Nova, Castelejo, Rua de Santa Cruz, Largo de Santa Cruz, Rua do Recolhimento; na medina, no Pátio de Dom Fradique, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Rua Norberto de Araújo, Teatro Romano, Claustro da Sé, Cruzes da Sé, Rua das Pedras Negras, Escadinhas de São Crispim, Rua dos Bacalhoeiros, Rua de São João da Praça, Casa dos Bicos e Armazéns Sommer; no arrabalde oriental de Alfama, Largo de São Miguel, Rua da Adiça, Rua da Regueira, Rua dos Remédios/Beco do Espírito Santo e Largo das Alcaçarias; no arrabalde ocidental, NARC, Mandarin Chinês, Rua Augusta (Zara), Rua dos Sapateiros/Rua da Assunção, Convento Corpus Christi e Hotel de Santa Justa; na margem direita da ribeira da Baixa, na Rua de São Nicolau, Rua do Crucifixo, Rua Nova do Almada/Calçada Nova de São Francisco; para norte, Edifício Confepele, Rossio e Praça da Figueira.

Foram também registadas numerosas estruturas de armazenamento (principalmente, silos), rentabilizando a presença de substrato rochoso — no Castelo de São Jorge, Palácio das Cozinhas, Beco do Forno, Castelejo, Beco do Recolhimento, Largo de Santa Cruz; na medina, Largo das Portas do Sol e Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Rua de São Bartolomeu, Largo dos Loios, edifício do Aljube, Teatro Romano, Rua da Saudade, Rua de São Mamede ao Caldas, Rua do Barão e Armazéns Sommer; em Alfama, Beco das Barrelas; a norte, Largo da Atafona e Praça da Figueira (silo/talha construído). Com frequência, após a desativação da sua função primária, estas estruturas adquiriram, secundariamente, função de despejo.

Os contextos detriticos (fossas, lixeiras) são também frequentes e associados às zonas habitacionais — no Castelo de São Jorge, no Beco do Recolhimento, Rua do Recolhimento, Largo de Santa Cruz; na medina, Largo dos Loios, edifício do Aljube, Teatro Romano, Rua da Saudade, Claustro da Sé, Casa dos Bicos e Armazéns Sommer; a ocidente, NARC, Rua do Ouro e Rua Augusta (Zara); e na Praça da Figueira.

Relativamente à alimentação, e no que respeita ao consumo de alimentos de origem animal, verificou-se a predominância do consumo de ovicaprídeos, seguidos dos bovídeos. Com valores mais residuais surgem o cavalo, o coelho, o porco, o veado e a galinha

(Moreno-García & Davis, 2001; Bugalhão et al., 2008). Em relação aos recursos aquáticos, e de forma ainda muito preliminar, documentou-se o consumo de tainha, sargo, barbo e de moluscos como a amêijoia, a ostra e o berbigão (Martínez, Gabriel & Bugalhão, 2017). No que respeita aos vegetais, os estudos realizados confirmam a presença de milho-miúdo, trigo, centeio e aveia; couve, cenoura e pepino; azeitona; figo, uva, ameixa, cereja, amêndoa, amora, framboesa, morango, medronho e melão; salsa, aipo, coentros, alecrim, rosmaninho, tomilho, poejos, murta, cicuta, funcho, mostarda, esfagno, hortelã, verbena e cominhos; e ainda pinheiro-manso, castanheiro, noqueira e avelaneira (Bugalhão & Queiroz, 2006; Queiroz & Mateus, 2011, 2015).

Conhecem-se evidências da produção oleira na Lisboa islâmica apenas para os séculos XI e XII. As olarias localizavam-se nos arrabaldes, ocidental, NARC e Mandarin Chinês, e oriental, Largo das Alcaçarias, Largo do Chafariz de Dentro e Rua dos Remédios/Beco do Espírito Santo. Estão ainda documentados outro tipo de contextos artesanais, no Claustro da Sé e no NARC, e estruturas hidráulicas (de captação, armazenamento, condução ou escoamento de água), no Claustro da Sé, Armazéns Sommer, Mandarin Chinês, Rua dos Remédios/Beco do Espírito Santo e Beco do Azinhal.

Os oleiros de Lisboa abasteciam-se nos barreiros existentes na própria cidade, nos níveis miocénicos que afloram nas colinas de Santos/Santa Catarina e Mouraria/Anjos, locais de extração de argila e de produção oleira, em Lisboa, nos subsequentes períodos medieval e moderno. As produções cerâmicas integravam uma razoável variedade tipológica de cerâmica comum, pintada a branco, vidrada, vidrada estampilhada, incisa e com aplicações plásticas. Em Lisboa produzia-se também cerâmica pintada a vermelho, de corda seca parcial e corda seca total (Lopes et al., no prelo). A cidade funcionava como centro produtor e distribuidor de olaria para a sua região envolvente. Algumas produções menos abundantes (cerâmica vidrada estampilhada, incisa e com aplicações plásticas, vidrada parcial, pintada a vermelho e pintada a negro) eram consumidas com alguma regularidade. A loiça de consumo restrito, de luxo, quer de origem local, quer importada (verde e manganés, corda seca parcial e corda seca total), surge de forma pontual. Constatou-se, assim, um abastecimento oleiro de origens diversificadas na cidade e região de Lisboa, bem como a aquisição de produtos importados de importantes centros oleiros (nomeadamente Sevilha, Córdoba, Dénia, Toledo, Pechina e Almeria).

Em território periurbano, registam-se vestígios de povoamento no Largo da Severa, Liceu Gil Vicente e Encosta de Santana; estruturas de armazenamento (silos), a norte, nas Escadinhas Marquês de Ponte de Lima, Igreja de São Lourenço, Encosta de Santana; a oriente, em São Vicente de Fora e Rua das Escolas Gerais; e, a ocidente, na Rua Garrett. A presença destas estruturas de armazenamento, no interior ou na periferia das cidades, relaciona-se com processos de produção, aquisição e consumo de produtos alimentares característicos da cultura islâmica. Por outro lado, a sua presença nos núcleos de povoamento periurbanos poderá relacionar-se com a produção agrícola no território adjacente à cidade, destinando-se a garantir um abastecimento mais regular e facilitado à população urbana.

Merecem ainda especial atenção os contextos urbanos de aterro, depósito e despejo sobre o leito fluvial, identificados na frente ribeirinha que, nesta fase, avançou para sul, conquistando terreno ao Tejo (Costa et al., 2017; no prelo), e presentes no Largo do

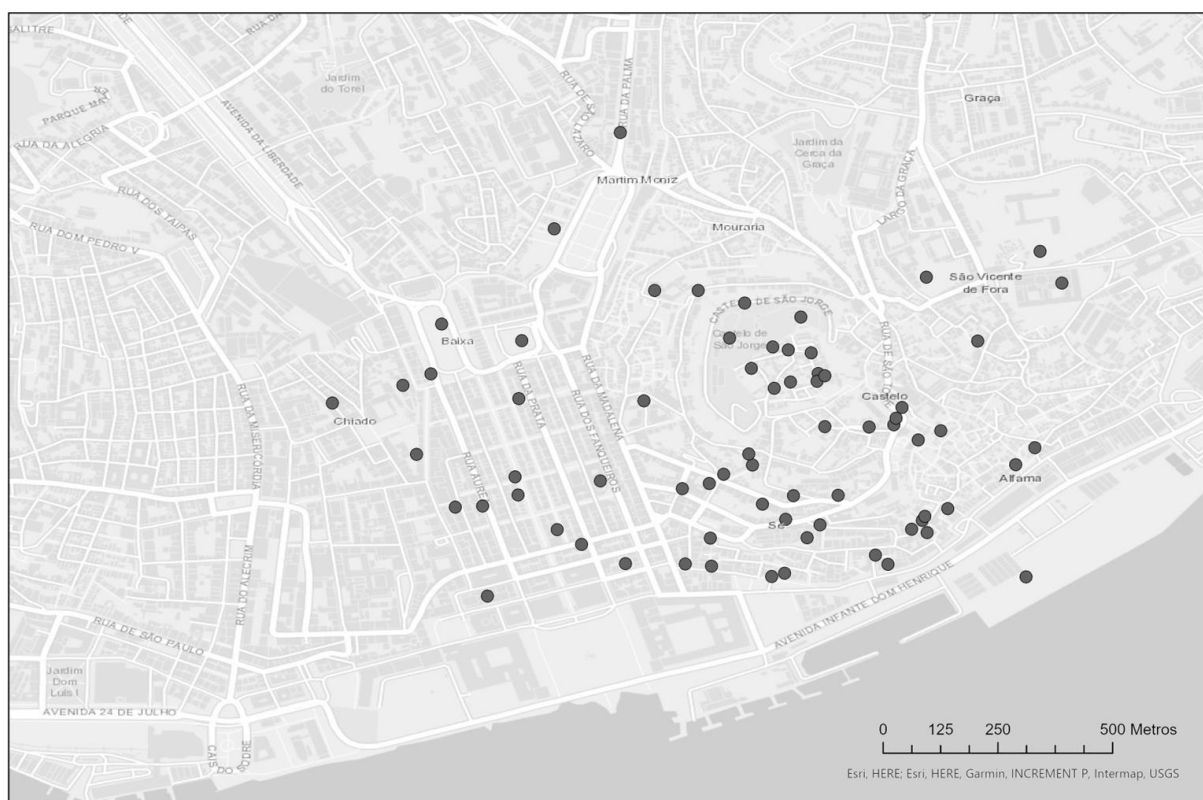


Fig. 2 — Carta de Lisboa com localização dos sítios arqueológicos da fase Medieval Islâmica.

Chafariz de Dentro, Rua de São Julião/Rua do Comércio e Banco de Portugal, bem como uma eventual estrutura portuária na Rua dos Bacalhoeiros.

Embora sobre resultados ainda inéditos, considera-se comprovada a localização da mesquita aljama da cidade sob a catedral medieval cristã (Fernandes, 1986; Alves, 1989) e da extensão, para oriente, do seu complexo de edifícios anexos, nomeadamente os banhos. Relativamente a outras mesquitas, refira-se a provável mesquita da alcáçova, eventualmente localizada sob a Igreja de Santa Cruz, bem como a pequena mesquita de bairro construída sobre as Galerias Romanas da Rua da Prata (Criptopórtico).

As fontes escritas e toponímicas indicavam a existência de duas necrópoles em Lisboa, em Alfama e na Mouraria. O almocávar de Alfama encontra-se plenamente comprovado pelo registo arqueológico (cf. CNS 35347 e 36335); já o almocávar da Mouraria não foi, até ao momento, documentado em qualquer contexto de cronologia medieval islâmica, embora se considere provável a sua existência (Silva, 2017, p. 481). Na alcáçova do Castelo de São Jorge conhecem-se dois espaços funerários, um na Praça Nova, talvez relacionado com a mesquita aí presumivelmente localizada (Santa Cruz); e um segundo na zona do Palácio das Cozinhas/Rua do Espírito Santo. Ambos deveriam servir os residentes na alcáçova.

4. *Lixbõa Medieval Portuguesa*³

Após a tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques, em 1147, a cidade ficou sob domínio cristão e foi integrada no reino de Portugal. Nos séculos XII e XIII, a carta arqueológica regista indícios de uma certa retração urbana, nomeadamente nos arrabaldes, com o abandono das estruturas oleiras islâmicas. Mas rapidamente a cidade se reorganiza (com a criação de paróquias e a construção de conventos na periferia), retoma a sua densidade urbana e se expande.

A Cerca Velha permanece em uso, tendo sido intervencionados contextos arqueológicos a ela associados, do período medieval cristão, no Castelo de São Jorge — Praça Nova, Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Pátio da Senhora de Murça, Rua de São João da Praça, Rua da Judiaria, Pátio do Marechal/Travessa das Merceeiras, Armazéns Sommer, Casa dos Bicos, Largo do Contador-Mor, Largo de Santo António, Rua do Milagre de Santo António e Escadinhas de São Crispim.

No final do século XIII, na frente ribeirinha sul da Baixa, até aí desprotegida, D. Dinis manda construir uma muralha sobre os terrenos conquistados ao rio. Um extenso lanço desta muralha foi escavado e musealizado no Banco de Portugal.

No último quartel do século XIV, D. Fernando promove a construção da fabulosa Muralha Fernandina, verdadeiro símbolo da cidade tardomedieval. Atendendo à sua grande extensão, junto a esta muralha, têm sido desenvolvidas múltiplas intervenções arqueológicas, colocando a descoberto as suas características construtivas e arquitetónicas, portas, torres e a taipa utilizada em vários dos seus panos e num alambor (Miradouro Sofia de Mello Breyner Andresen). Assim, registam-se os trabalhos, a norte, no Largo da Graça, Miradouro Sofia de Mello Breyner Andresen, Parque de Estacionamento da Graça, Largo Rodrigues de Freitas, Rua da Mouraria/Escadinhas da Saúde, Largo do Martim Moniz, Encosta e Calçada de Santana; a ocidente, na Rua da Misericórdia, Largo da Trindade, Espaço Chiado, Terraços Bragança, Paço dos Duques de Bragança e Rua António Maria Cardoso; a nascente, na Calçada da Graça, Liceu Gil Vicente, São Vicente de Fora, Rua do Museu da Artilharia e Telheiro de São Vicente; a sul, no Largo do Chafariz de Dentro, Rua do Terreiro do Trigo, Rua dos Bacalhoeiros, Praça do Comércio, Rua do Arsenal e Praça do Município. Urge um projeto de investigação que trate, sintetize e publique todo este manancial de informação, transformando-o em conhecimento efetivo sobre este fantástico monumento.

Na rede viária urbana, há a mencionar diversos arruamentos reconhecidos no Castelo de São Jorge — na Praça Nova, a rua a sul da Sé e do seu claustro (Cruzes da Sé), a rua paralela à ribeira da Baixa identificada no Mandarim Chinês (talvez antecedente à Rua das Esteiras de época moderna) e uma fundação na Rua da Conceição/Rua dos Sapateiros, eventualmente relacionada com a ponte medieval da Galonha (que permitia o atravessamento da ribeira da Baixa, a sul). Na Praça da Figueira, mantém-se em utilização a via NO da cidade, a Corredoiira.

As igrejas e os conventos tinham um papel muito relevante na estrutura urbana e, nesta fase, passaram a constituir os espaços exclusivos de necrópole. Foram intervencio-

³ Idem.

nados arqueologicamente no Claustro da Sé, Igreja de São Martinho, Convento do Salvador, Convento de São Domingos e Ermida de São Mateus; para lá do vale da Baixa, na zona de expansão da cidade medieval, o Convento do Espírito Santo da Pedreira, Convento e Igreja do Carmo, Convento de São Francisco; e ainda a Igreja de São Lourenço e o Mosteiro de São Vicente de Fora. Foram identificados espaços cemiteriais em alguns destes edifícios religiosos, bem como nas áreas exteriores envolventes — no Castelo de São Jorge, no Palácio das Cozinhas e Igreja de Santa Cruz do Castelo; Claustro da Sé, Cruzes da Sé, Igreja de São Martinho, Convento do Salvador, Convento de São Domingos e respetiva cerca, Ermida de São Mateus, Convento e Igreja do Carmo, Igreja do Santíssimo Sacramento, Convento de São Francisco, Igreja de São Lourenço e São Vicente de Fora (neste caso, eventualmente associado aos cruzados).

Refira-se ainda a identificação de contextos relacionados com edifícios palatinos na Praça Nova do Castelo de São Jorge e as referências escritas aos banhos da Travessa do Poço da Fótea, ainda não identificados no terreno.

Os contextos urbanísticos (incluindo os domésticos e habitacionais) escavados da Baixa Idade Média lisboeta são numerosos. Salientam-se: no Castelo de São Jorge, a Rua do Espírito Santo, Rua do Recolhimento, Rua das Flores, Rua da Santa Cruz; Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Largo das Portas do Sol, Largo dos Loios, Teatro Romano, Claustro da Sé, Cruzes da Sé, Casa dos Bicos, Largo do Chafariz de Dentro, Rua de São Mamede, Palácio dos Condes de Penafiel e Escadinhas de São Crispim; em Alfama, Rua de São Miguel/Beco da Cardosa, Rua dos Remédios e Beco das Barrelas; na Baixa, Rossio, edifício Confepel, Convento Corpus Christi, NARC, Mandarin Chinês, Galerias Romanas da Rua da Prata, Rua de São Julião, Rua do Comércio, Banco de Portugal, Rua do Crucifixo; na Mouraria, Pátio dos Linheiros, Rua da Amendoeira, Rua João do Outeiro, Rua da Palma, Largo da Severa; e, a norte, Largo da Graça.

As estruturas de armazenamento (silos), frequentemente reutilizadas como fossas de despejo após desativação, também pontuam o registo arqueológico na fase medieval cristã. Foram identificados silos no Castelo de São Jorge, no Palácio das Cozinhas, Beco do Forno, Rua da Santa Cruz; no Teatro Romano, Palácio dos Condes de Penafiel, Rua do Barão, Rua de São Bartolomeu e Armazéns Sommer; e ainda na Rua das Escolas Gerais, Escadinhas da Senhora da Saúde e Largo da Atafona. Destacam-se, pela sua monumentalidade, as grandes «covas de pão» do Palácio de Santa Helena.

Relativamente às estruturas de acumulação detritica, encontram-se no Castelo de São Jorge, no Beco do Forno e Rua do Recolhimento, edifício do Aljube, Claustro da Sé, Rua das Pedras Negras, Armazéns Sommer, Beco das Barrelas, Beco da Cardosa, NARC, Rua dos Correiros e Largo do Martim Moniz.

Os escassos estudos arqueozoológicos realizados sobre contextos desta fase revelaram o consumo de ovicaprídeos e bovídeos (em continuidade com a fase islâmica) e, em menor quantidade, porco, coelho e galinha (Valente & Marques, 2017). Eram igualmente consumidos bivalves, como o berbigão, a ostra, a amêijoia e a vieira, e peixes, como a pescada, o cação e a corvina, a que se junta o choco (Martínez, Gabriel & Bugalhão, 2017; Valente & Marques, 2017).

A olaria permaneceu uma atividade artesanal muito importante na cidade — presente no NARC e na Rua de São Miguel/Beco da Cardosa —, documentando-se uma

transferência progressiva destas oficinas para a zona da Mouraria — Quarteirão dos Lagares e Rua da Amendoeira —, provavelmente relacionada com a criação do arrabalde para a população islâmica e com a proximidade dos barreiros aí localizados. Os estudos arqueométricos sobre estas produções revelam uma continuidade, mas também uma diversificação dos pontos de extração de argila. A cidade manteve o estatuto de grande centro produtor e redistribuidor de olaria, nomeadamente de cerâmica comum, pintada e vidrada. A presença de cerâmicas importadas tem sido documentada, nomeadamente de produções do sul e Levante espanhol, mas, em consequência de uma mudança expressiva de circuitos, relações comerciais e culturais, predominam as importações do norte de França, principalmente da região de Saintonge, e da Flandres.

Foram também identificados na zona da Baixa vestígios de outras atividades artesanais e comerciais, como ferrarias (e outras oficinas metalúrgicas), carniçarias e moagens — Rua dos Bacalhoeiros/Rua da Padaria, NARC, Rua do Comércio, Praça do Município e Largo da Atafona — e ainda pedreiras — na Rua do Benfornoso e no Largo de Santa Clara. Refira-se igualmente as estruturas hidráulicas (poços e condutas) identificadas na Rua dos Correeiros, Mandarin Chinês e Praça da Figueira. E, por fim, o contexto de «estaleiro de catedral» ainda inédito, mas de todos conhecido pela comunicação social, localizado nas já desfuncionalizadas estruturas islâmicas relacionadas com a mesquita aljama, identificadas sob o grande aterro construído para assentamento do claustro dionisino da Sé de Lisboa.

A frente ribeirinha da cidade continuou a sofrer a pressão urbana, com despejos e aterros a contribuir para a conquista de mais solo urbano. Estes depósitos antrópicos e

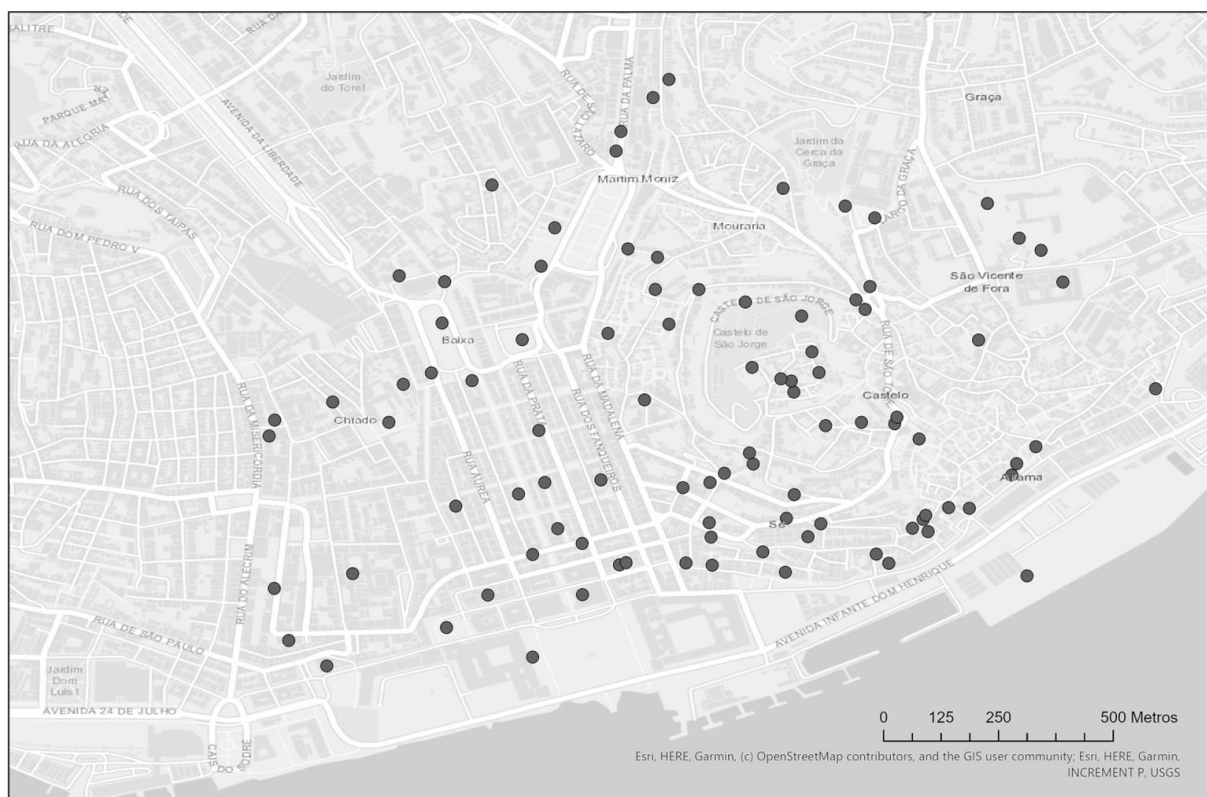


Fig. 3 — Carta de Lisboa com localização dos sítios arqueológicos da fase Medieval Cristã, ou portuguesa.

fluviais foram identificados no Largo do Chafariz de Dentro, Rua dos Bacalhoeiros/Rua da Padaria, Rua da Prata/Rua dos Correeiros, Rua do Comércio, Banco de Portugal e Praça do Município. Contextos relacionados com as tercenas de Lisboa foram intervencionados no Banco de Portugal e na Praça do Município, tendo neste último local sido igualmente recolhidos restos navais tardomedievais.

Na Rua João do Outeiro foi registado um edifício arruinado, tendo sido recolhida entre os escombros uma pia litúrgica islâmica, contexto eventualmente relacionado com uma das mesquitas da Mouraria medieval. Também foi escavada uma ampla extensão dos cemitérios tardomedievais dos mouros e dos judeus.

5. Notas Finais

Não se pretendeu, no trabalho que aqui se publica, apresentar um ensaio sobre o estado da arte do conhecimento histórico relativo à Lisboa medieval. Pretendeu-se, sim, produzir um contributo para a sistematização dos dados arqueológicos recolhidos na cidade de Lisboa, datáveis entre a Antiguidade Tardia e o fim da Idade Média, publicados e/ou disponibilizados publicamente, até ao momento presente.

O arquivo, depósito, sistematização e disponibilização à investigação de espólio, dados primários e registos de campo é um dos pontos críticos da gestão arqueológica na cidade de Lisboa. Não é fácil para qualquer investigador, mesmo sendo arqueólogo, saber, em cada momento, que contextos foram identificados, de que cronologia, em que local, quais as suas características deposicionais e estratigráficas e que informação foi recolhida. Para se avançar na construção segura de novos e mais avançados discursos históricos sobre a Lisboa medieval é necessário trabalhar à escala da cidade, que é de facto o nosso real objeto de estudo. Se é certo que é necessário investigar mais, mesmo muito mais, também é verdade que é indispensável melhorar, em muito, as condições em que decorre a investigação arqueológica e histórica-arqueológica em Lisboa. São necessárias infraestruturas públicas, necessariamente municipais, mas com a participação das universidades e associações académicas, para a gestão de dados, documentação e espólio. É essencial criar e prover mais e mais mecanismos estáveis de financiamento à investigação.

Conseguimos o mais difícil, que é escavar sempre, registar sempre. Falta agora demonstrar que este trabalho, suportado por toda a sociedade, gera os seus devidos frutos na produção de conhecimento histórico.

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Casa dos Bicos	274	Muralha; urbanismo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Muralha	Amaro, 1994, 1998; <i>Port. Isl.</i> , 1998; Matos, 2001; Fernandes, 2002, 2005; Queiroz & Mateus, 2011; Machado, 2016; Filipe et al., 2020; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Elemento arquitetónico moçárabe — igreja moçárabe — Sé; muralha; urbanismo; despejo	
			Medieval Cristão	Muralha; Níveis arqueológicos?	
Teatro Romano	327	Urbanismo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Urbanismo Elementos arquitetónicos — igreja visigótica/moçárabe?	<i>Lis. Sub.</i> , 1994; Amaro, 1998; Diogo & Trindade, 1999; Fernandes, 2007; Fernandes, Marques & Torres, 2008; Fernandes & Fernandes, 2014; Fernandes et al., 2015; Fernandes & Fernandes, 2020; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Habitacional; armazenamento (silo); despejo.	
			Medieval Cristão	Urbanismo; armazenamento (silo)	
Castelo de São Jorge — Praça Nova	1101	Castelo; urbanismo; palácio; necrópole	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Epígrafes	Amaro, 1998; Gaspar & Gomes, 2001a, 2001b, 2002, 2015b, 2018; Gomes et al., 2001; Dias et al., 2001; Gomes, 2003; Gomes et al., 2003; Gomes et al., 2005; Guerra, 2006; Serra, 2009; Dias et al., 2009a; Dias et al., 2009b; Gomes et al., 2009a; Barceló, 2013; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Muralha, habitacional (bairro); arruamentos, necrópole (14 sepulturas, duas estelas); mesquita — palácio?	
			Medieval Cristão	Muralha, urbanismo (rua); Paço dos Bispos	
Rua das Pedras Negras, n.º 22/28	1191	Urbanismo	Medieval Islâmico	Habitacional	Diogo, 2000a; Oliveira et al., 2017b; Silva et al., 2018.
			Medieval Cristão	Fossa detritica	
Mosteiro de São Vicente de Fora	1453	Necrópole; mosteiro — necrópole; muralha	Medieval Islâmico	Armazenamento (silos)?	Ferreira, 1983, 1995, 1998, 2001, 2002a; Real, 1995; Nunes, 2010.
			Medieval Cristão	Mosteiro, necrópole; muralha fernandina	

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Praça da Figueira	1925	Via; urbanismo; necrópole; ocupação agrícola	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Via	Silva, Gomes & Gomes, 2011; Silva, 2012a, 2012b; Cardoso, Casimiro & Assis, 2013; Silva, 2018a; Silva et al., 2018; Fialho, 2018; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Via; urbanismo (bairro); armazenamento; despejo	
			Medieval Cristão	Via; necrópole; hortas de convento (poços, estruturas hidráulicas)	
Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (BCP)	1950	Urbanismo; via; necrópole; olaria; despejo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Via; necrópole	Lis. Sub., 1994; Torres, 1994; Amaro, 1995, 1998; Gaspar e Amaro, 1997; Port. Isl., 1998; Torres & Macias, 1998; Duarte, 2001; Matos, 2001; Moreno-García & Gabriel, 2001; Bugalhão & Folgado, 2001; Bugalhão, Gomes & Sousa, 2003, 2007; Bugalhão et al., 2005; Bugalhão et al., 2008; Bugalhão, 2009, 2017a, 2017b, 2021; Medici, 2012; Grilo, Fabião & Bugalhão, 2013; Grilo, 2014, 2017; Gómez et al., 2015; Queiroz & Mateus, 2015; Gaspar & Gomes, 2015b; Martínez, Gabriel & Bugalhão, 2017; Bugalhão, 2021; 2022.
			Medieval Islâmico	Urbanismo; olaria; despejo; outras estruturas artesanais	
			Medieval Cristão	Urbanismo; despejo; olaria; metalurgia	
Claustro da Sé	3229	Via; urbanismo; igreja moçárabe?; mesquita; estaleiro; claustro — necrópole	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Via; habitacional	Matos, 1994, 2001, 2015; Lis. Sub., 1994; NARC, 1995, 1998, 2001; Marinho, 1998; Port. Isl., 1998; Torres & Macias, 1998; Dias et al., 2001; Moreno García & Davis, 2001; Fernandes, 2002, 2005; Nunes, 2010; Fernandes & Fernandes, 2014 Silvério, 2014, 2017; Gaspar & Gomes, 2015a; 2015b, 2020; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Elementos arquitetónicos moçárabes — igreja moçárabe? Habitacional; despejo; estrutura artesanal; via; mesquita; banhos?	
			Medieval Cristão	Habitacional; despejo; estaleiro; claustro — necrópole	

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Igreja do Santíssimo Sacramento	3503	Igreja — necrópole	Medieval Cristão	Necrópole (sepulturas)	Endovélico CNS 3503
Convento e Igreja do Carmo	3996	Igreja — convento — necrópole	Medieval Cristão	Igreja — convento — necrópole	Ferreira, 1999, 2002b, 2002c; Lopes & Neto, 1999; Ferreira & Neves, 2005; Nunes, 2010; Marques & Bastos, 2013; Pinheiro, 2015.
Largo do Martim Moniz	4790	Muralha; urbanismo	Medieval Cristão	Muralha Fernandina; despejo?	Trindade & Diogo, 1999a; Coelho, 2012.
Galerias Romanas da Rua da Prata	6083	Mesquita; urbanismo	Medieval Islâmico	Mesquita; habitacional?	Caessa, Nozes & Mota, 2016, 2018; Caessa & Mota, 2021.
			Medieval Cristão	Materiais em deposição secundária (desaterro)	
Arco de Jesus	6181	Muralha	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha; porta de muralha	Leitão, 2014; Filipe et al., 2020.
Largo de São Domingos	6187	Necrópole	Medieval Cristão	Necrópole	Diogo & Trindade, 1999; Trindade & Diogo, 2000; Trindade et al., 2001; Nunes, 2010; Silva, 2018b.
Rua de Santos-o-Velho	6252	Igreja paleocristã?	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Elemento arquitetónico — eventual templo Antiguidade Tardia	Almeida, 1966-1967; Antunes & Cunha, 1991; Fernandes, 2020, Bugalhão, 2022.
Escadinhas Marquês de Ponte de Lima	6268	Armazenamento	Medieval Islâmico	Armazenamento (silos)	Endovélico CNS 6268
Rua de São João da Praça, n.º 18/ Pátio da Senhora da Murça	6428	Muralha	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Muralha	Leitão, 2014; Filipe et al., 2020; Fialho, 2018; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Muralha — Cerca Velha	
			Medieval Cristão		

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Largo das Portas do Sol	6474	Urbanismo; armazenamento	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Níveis arqueológicos	Bugalhão, 2009; Silva, 2015a; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Armazenamento (silo)	
			Medieval Cristão	Níveis arqueológicos	
Rua do Barão	6499	Armazenamento	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento (silos)	Endovélico CNS 6499
Rua de São Bartolomeu	6500	Armazenamento	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento (silos)	Endovélico CNS 6500
Rua dos Bacalhoeiros, n.º 12	6503	Urbanismo; armazenamento	Medieval Islâmico	Elemento arquitetónico moçárabe — igreja moçárabe? Níveis estratigráficos	<i>Por. Isl.</i> , 1998; Endovélico CNS 6503.
Rua Garrett, n.º 30	6665	Armazenamento	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento (silos)	Pereira, 1924.
(antiga) Travessa do Poço da Fótea	6835	Banhos	Medieval Cristão	Referência a banhos medievais	Endovélico CNS 6835
Largo da Sé e Largo de Santo António	10632	Muralha	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Elemento arquitetónico	Vale & Fernandes, 1994; Fernandes & Fernandes, 2014; Bugalhão, 2022.
			Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha	
Praça do Município	11381; 22617	Muralha; porto; urbanismo	Medieval Cristão	Muralha Fernandina; estruturas portuárias (restos navais, estaleiro naval — tercenas); despejo ribeirinho (carniçarias)	Alves, Rieth & Rodrigues, 2001; Rodrigues & Vale, 2000; Silva et al., 2018; Bugalhão, 2019; Costa et al., 2022.
Liceu Gil Vicente	11392	Muralha	Medieval Islâmico	Materiais em deposição secundária	Fernandes, 2003; Tição et al., 2001.
			Medieval Cristão	Muralha Fernandina; convento (São Vicente de Fora)	

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Rua do Recolhimento, n.º 68 a 70	11658	Urbanismo; despejo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Estruturas; níveis estratigráficos	Mota, Pimenta & Silva, 2014; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Estruturas (muros e pavimentos)	
			Medieval Cristão	Despejo (grande fossa detritica)	
Calçada da Graça	11802	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Fernandes, 2003; Tição et al., 2001.
Rua de São Nicolau, n.º 107/111	12410	Urbanismo	Medieval Islâmico	Níveis arqueológicos	Diogo & Trindade, 2000a.
Rua das Escolas Gerais, n.º 15-13	12713	Urbanismo; armazenamento	Medieval Islâmico	Armazenamento (silo)	Silva, 2017; Endovélico, CNS 12713.
			Medieval Cristão		
Terraços Bragança	12770	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (taipa)	Endovélico CNS 12770
Rua João do Outeiro, n.º 36 a 44	12918	Urbanismo	Medieval Cristão	Edifício (recolha de pia litúrgica islâmica)	Diogo & Trindade, 1998; Diogo & Trindade, 1999.
Rua do Comércio, n.º 73 a 93 (BNC)	12930	Urbanismo Despejo;	Medieval Cristão	Despejo (depósitos fluviais de ferrarias e carniçarias); aterro	Amaro, Bugalhão & Ramalho, 1993.
Rua dos Douradores/Rua de São Nicolau	13050	Urbanismo; necrópole; via?	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Estruturas; via?; necrópole Antiguidade Tardia	Sepúlveda, Gomes & Silva, 2003; Casimiro & Silva, 2013; Casimiro et al., 2021b; Bugalhão, 2022.
Escadinhas da Senhora da Saúde	13099	Armazenamento	Medieval Cristão	Armazenamento (silos)	Trindade & Diogo, 1998; Trindade & Diogo, 1999a.
Castelo de São Jorge — Palácio das Cozinhas	13306	Necrópole; armazenamento	Medieval Islâmico	Necrópole (sepulturas); armazenamento (silos)	Filipe et al., 2013.
			Medieval Cristão	Necrópole (sepulturas); armazenamento (silos)	
Castelo de São Jorge — Rua do Espírito Santo, n.º 16 a 18/ Espírito Santo II	13308	Necrópole; urbanismo; estruturas	Medieval Islâmico	Necrópole (sepulturas);	Gaspar & Gomes, 2001b.
			Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas)	

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Rua Augusta, n.º 137 a 145/ Mandarin Chinês	13488	Urbanismo; olaria; via	Medieval Islâmico	Urbanismo; olaria; estrutura hidráulica; via	Amaro, 1998; Matos, 2001; Bugalhão & Folgado, 2001; Dias et al., 2001; Bugalhão, Sousa & Gomes, 2004; Bugalhão, Gomes & Sousa, 2007; Bugalhão et al., 2008; Bugalhão, 2017b.
			Medieval Cristão	Urbanismo; via; muralha de contenção de ribeira?	
Rua dos Fanqueiros, n.º 68 -76	13553	Via?	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Níveis arqueológicos Antiguidade Tardia	Diogo, 1994; Diogo & Trindade, 2000b; Bugalhão, 2022.
Igreja de São Lourenço	13790	Armazenamento; igreja — necrópole	Medieval Islâmico	Armazenamento (silos)	<i>Lis. Sub.</i> , 1994; Amaro 1998; Nunes, 2010; Rodrigues, 2019, 2020.
			Medieval Cristão	Igreja — necrópole	
Antigo Theatro do Gimnásio/Espaço Chiado	14406	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 14406
Rua Augusta (Zara)	15596	Urbanismo	Medieval Islâmico	Habitacional; despejo	Endovélico CNS 15596
Fundação Ricardo Espírito Santo Silva	15643	Muralha; urbanismo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Materiais descontextualizados da Antiguidade Tardia	Amaro, 1998; Gomes & Sequeira, 2001; Silva, 2005a; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Muralha, urbanismo; habitacional; armazenamento (silo)	
			Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha; urbanismo; habitacional	
Rua dos Correiros, n.º 79-85/ Sondagem 24	15808	Despejo	Medieval Cristão	Poço entulhado com despejo	Silva et al., 2018; Silva et al., 2021.
Rua de São Mamede ao Caldas, frente ao Palácio Penafiel	16063	Templo paleocristão?; necrópole; armazenamento	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Elementos arquitetónicos — templo paleocristão de São Mamede?; necrópole — templo?	Trindade & Diogo, 1999b; Salomé & Calado, 2012; Fernandes & Fernandes, 2014; Silva & De Man, 2015; Fernandes & Fernandes, 2020; Silva, 2021; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Armazenamento (silos)	

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Palácio dos Condes de Penafiel	19769	Igreja paleocristã?; necrópole; Urbanismo; armazenamento	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Elementos arquitetónicos e inscrições funerárias — igreja paleocristã de São Mamede?; necrópole (sepulturas)	Lis. Sub., 1994; Amaro, 1998; Diogo, 1999; Fernandes & Fernandes, 2014, 2020; Silva & De Man, 2015: De Man & Silva, 2016; Fernandes, 2020; Silva, 2021; Bugalhão, 2022.
Rua de São Mamede, n.º 9 C e D	19842	Igreja paleocristã?; igreja moçárabe?; armazenamento	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Elemento arquitetónico; epígrafe — templo paleocristão de São Mamede?	Trindade & Diogo, 1999a; Bugalhão, 2009; Fernandes & Fernandes, 2014; Fernandes & Fernandes, 2020; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Elemento arquitetónico moçárabe — igreja moçárabe de São Mamede?; armazenamento (silo)	
Rua de São Mamede ao Caldas, n.º 29	35895	Igreja paleocristã?; igreja moçárabe?; urbanismo; armazenamento	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Elemento arquitetónico — templo paleocristão de São Mamede?	Salomé & Calado, 2012; Fernandes & Fernandes, 2014; Fernandes & Fernandes, 2020; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Elemento arquitetónico moçárabe — Igreja moçárabe de São Mamede?; armazenamento (silos)	
			Medieval Cristão	Urbanismo; habitacional (estruturas)	
Rua São João da Praça	16194	Muralha	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Muralha da Antiguidade Tardia	Leitão, 2014; Filipe et al., 2020; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Muralha — Cerca Velha	
			Medieval Cristão		
Castelo de São Jorge — Beco do Forno, Lote 40	16222	Armazenamento	Medieval Islâmico	Armazenamento (silos)	Gomes et al., 2005; Gomes et al., 2009b.
			Medieval Cristão		
Largo do Carmo	16467	Necrópole	Medieval Cristão	Necrópole — igreja	Nunes, 2010; Marques & Bastos, 2013; Pinheiro, 2015.
Igreja do Carmo (lado sul)	16492	Necrópole	Medieval Cristão	Necrópole — igreja	Ferreira, 2002c; Nunes, 2010; Pinheiro, 2015.
Encosta de Santana/Torre do Jogo da Pela (Martim Moniz)	16617	Urbanismo; via; Muralha	Medieval Islâmico	Urbanismo; despejo; armazenamento (silos); via	Muralha, Costa & Calado, 2002; Calado & Leitão, 2005.
			Medieval Cristão	Muralha Fernandina	

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Praça Dom Pedro IV (Rossio)	16704	Despejo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Urbanismo (despejo ou depósito secundário?)	Amaro, 1998; Vale & Fernandes, 2002; Queiroz & Mateus, 2015.
Convento de São Francisco	16837	Convento — necrópole	Medieval Cristão	Convento (contextos arqueológicos diversos); necrópole — convento	Amaro, Lourenço & Ramalho, 1995; Nunes, 2010.
Castelo de São Jorge — Castelejo	18113	Muralha; urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (estruturas); armazenamento (silos); muralha	Gaspar & Gomes, 2001b; Gomes et al., 2003.
Castelo de São Jorge — Rua das Flores, n.º 31	18114	Urbanismo	Medieval Islâmico	Níveis arqueológicos	Gomes et al., 2003.
Castelo de São Jorge — Beco do Recolhimento, Lote 76	18123	Urbanismo; armazenamento; despejo; via	Medieval Cristão	Despejo (fossas); armazenamento (silos); via	Gomes et al., 2003.
Castelo de São Jorge — Rua de Santa Cruz do Castelo, n.º 42	18134	Urbanismo	Medieval Islâmico	Contextos habitacionais	Gomes et al., 2003.
Rua da Misericórdia, n.º 32 a 40	19211	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovérico CNS 19211
Escadinhas de São Crispim, n.º 18	21683	Muralha	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Cerca Velha	Endovérico CNS 21683
Rua da Saudade, n.º 2	21688	Armazenamento; despejo	Medieval Islâmico	Armazenamento (silo)/despejo (fossa)	Prata, Dias & Cuesta-Gómez, 2013.
Rua de São Julião, n.º 47-57/ Rua do Comércio, n.º 32-38	21930	Aterro ribeirinho; urbanismo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Aterro ribeirinho? Urbanismo (contexto habitacional)	Raposo, 2011.
Edifício do Aljube/Rua Augusto Rosa	21948	Urbanismo; armazenamento; despejo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento (silo)/despejo (fossa) Despejo (fossa)	Amaro et al., 2012.
Rua da Mouraria/ Escadinhas da Saúde	22030	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (taipa; porta)	Trindade & Diogo, 1998; Marques & Fernandes, 2001; Tição et al., 2001.

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Rua de São João da Praça, n.º 28-30/ Beco do Marquês de Angeja	22400	Urbanismo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Níveis arqueológicos?	Filipe & Calado, 2007.
Rua da Saudade/ Largo de São Martinho	22646	Igreja — necrópole	Medieval Cristão	Igreja de São Martinho — necrópole	Brazuna & Ferreira, 2008.
Rua da Amendoeira, n.º 9-15	25147	Urbanismo	Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas e níveis arqueológicos)	Endovélico CNS 25147
Largo do Chafariz de Dentro	30148	Despejo; olaria; muralha; urbanismo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Despejo (depósitos fluviais; olaria) Muralha Fernandina; despejo (depósitos fluviais); contextos ocupacionais	Silva et al., 2012; Bugalhão, 2019; Silva, Miranda & Nozes, 2019.
Praça D. Pedro IV, n.º 1-3 (Loja Benetton)	30966	Urbanismo	Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas e níveis arqueológicos)	Endovélico CNS 30966
Banco de Portugal	31018	Despejo; estruturas portuárias?; muralha; urbanismo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Despejo (depósitos fluviais) Despejo (depósitos fluviais); estruturas portuárias (tercenças?); Muralha Dionisina; urbanismo	Rocha et al., 2013; Rocha, 2014; Rocha, 2015; Silva & Rocha, 2016; Silva, 2017; Rocha, 2018; Bugalhão, 2019; Costa et al., 2022.
Paço dos Duques de Bragança/ Edifício do Tesouro	32914	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina — taipa	Mata, Neto & Rebelo, 2017; Neto, Rebelo & Mata, 2017.
Praça D. Luís I/ Cais de São Paulo	32983	Estrutura portuária	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Fundeadoiro da Antiguidade Tardia	Parreira & Macedo, 2013; Parreira et al., 2013; Sarrazola, 2014; Bugalhão, 2022; Costa et al., 2022.
Castelo de São Jorge — Largo de Santa Cruz, n.º 6 e 7	33538	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (aterro)	Endovélico CNS 33538

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Convento Corpus Christi	33581	Urbanismo; necrópole	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média Medieval Islâmico Medieval Cristão	Urbanismo (níveis arqueológicos); necrópole da Antiguidade Tardia (5 sepulturas) Níveis arqueológicos?	Casimiro & Silva, 2013; Casimiro et al., 2021b; Bugalhão, 2022.
Largo de São Cristóvão/ Rua da Achada	33608	Igreja moçárabe?	Medieval Islâmico	Igreja moçárabe de Santa Maria de Alcamim	Fernandes, 2002.
Rua do Arsenal, n.º 148	33743	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (e torre)	Valongo, 2017.
Armazéns Sommer	33750	Muralha; urbanismo; armazenamento; despejo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média Medieval Islâmico Medieval Cristão	Muralha da Antiguidade Tardia; urbanismo (níveis arqueológicos e aterros) Muralha — Cerca Velha; urbanismo (habitacional, estruturas hidráulicas); armazenamento (silos); despejo (fossas) Muralha — Cerca Velha; armazenamento (silos); despejo (fossas)	Gaspar & Gomes, 2015b; Ribeiro et al., 2017; Ribeiro, Neto & Rebelo, 2019; Filipe et al., 2020; Neto et al., 2021; Bugalhão, 2022.
Calçada de Santana, n.º 116 a 120	33796	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 33796
Hotel de Santa Justa	33825	Urbanismo; via	Medieval Islâmico	Urbanismo (habitacional; via (estrada NO da cidade — Corredoira?)	Filipe et al., 2015.
Beco da Cardoso	33868	Despejo	Medieval Islâmico	Despejo (fossa)	Endovélico CNS 33868
Cerca Velha — Rua Norberto de Araújo	34395	Muralha; urbanismo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média Medieval Islâmico Medieval Cristão	Muralha da Antiguidade Tardia; elemento arquitetónico Muralha — Cerca Velha; urbanismo Muralha — Cerca Velha; urbanismo	Leitão, 2014; Carvalhinhos, Mota & Miranda, 2017; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018; Filipe et al., 2020; Bugalhão, 2022.

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Escadinhas de São Crispim, n.º 3	34675		Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Nível arqueológico	Quaresma, 2020; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Aterro	
			Medieval Cristão	Aterro	
Rua António Maria Cardoso, n.º 25/29	34824	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (taipa)	Neto, Rebelo & Mata, 2017.
Largo do Contador-Mor, n.º 17 a 22	34844	Muralha	Medieval Cristão	Cerca Velha	Leitão, 2014; Carvalhinhos, Mota & Miranda, 2017; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018.
Rua da Judiaria, n.º 2 a 12	34845	Muralha	Medieval Islâmico	Muralha — Cerca Velha	Fontes, Machado & Catalão, 2012; Leitão, 2014.
			Medieval Cristão		
Largo de Santo António da Sé	34848	Muralha	Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha	Leitão, 2014; Mota, Carvalhinhos e Miranda, 2018.
Escadinhas de São Crispim, n.º 26	34849	Muralha	Medieval Islâmico	Muralha — Cerca Velha (torre e Porta da Alfoba?)	Leitão, 2014; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018.
			Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha	
Rua dos Sapateiros, n.º 130 a 144/ Rua da Assunção, n.º 73 a 77	34851	Urbanismo	Medieval Islâmico	Habitacional (estruturas e níveis arqueológicos)	Silva, 2017.
			Medieval Cristão	Níveis arqueológicos?	
Rua da Adiça, n.º 1 a 3	35083	Necrópole; urbanismo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Necrópole (sepultura da Antiguidade Tardia)	Filipe & Santos, 2017; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Habitacionais	
Largo da Trindade, n.º 14 a 20	35205	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (torre)	Endovérico CNS 35205
Telheiro de São Vicente	35260	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (torre)	Endovérico CNS 35260

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Largo da Severa, n.º 2 («Sítio do Fado»)	35334	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (estrutura)	Caessa, Marques & Mota, 2017; Valente & Marques, 2017; Marques & Casimiro, 2018.
			Medieval Cristão	Urbanismo (habitacional)	
Rua do Recolhimento, n.º 35/ Beco do Leão	35336	Urbanismo; despejo	Medieval Islâmico	Urbanismo (estruturas); despejo (fossas)	Joaquinito, 2017.
			Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas)	
Largo das Alcaçarias/ Rua de São Pedro	35337	Urbanismo; olaria	Medieval Islâmico	Urbanismo (habitacional); olaria	Bugalhão, 2009; Gomez-Paccard et al., 2014.
Rua do Ouro, n.º 133-143	35338	Despejo	Medieval Islâmico	Despejo (fossa)	Silva & Valongo, 2017; Silva, 2017.
Rua dos Bacalhoeiros, n.º 32 a 32 C/ Rua da Padaria, n.º 1 a 9	35339	Urbanismo; estrutura portuária; despejo	Medieval Islâmico	Habitacional; estrutura portuária?	Fernandes et al., 2006; Fernandes et al., 2011.
			Medieval Cristão	Despejo (depósitos fluviais das fangas da farinha e carniçarias)	
Edifício Confepel/Rua do Ouro, n.º 197/203	35341	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (aterro)	Marques & Fernandes (original não publicado); Bugalhão, 2009; Silva, 2017.
			Medieval Cristão	Urbanismo; habitacional	
Pátio do Marechal/Travessa das Merceeiras	35345	Muralha	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha	Endovélico CNS 35345
Praça do Comércio, n.º 31 a 34	35358	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 35358
Convento do Salvador	35359	Necrópole — igreja	Medieval Cristão	Necrópole (estelas discoides e sepulturas) — Ermida do Salvador	Moita, 1955.
Rua da Prata, n.º 88 a 114	35823	Necrópole	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Necrópole da Antiguidade Tardia (5 sepulturas)	Casimiro et al., 2021a; Bugalhão, 2022.
Pátio dos Linheiros/Largo dos Trigueiros, n.º 10	35894	Urbanismo	Medieval Cristão	Níveis arqueológicos	Endovélico CNS 35894

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Rua do Benfornoso, n.º 168-180	35904	Pedreira	Medieval Cristão	Pedreira	Marques, Leitão & Botelho, 2012.
Beco das Barrelas	35910	Urbanismo; armazenamento; despejo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento (silos) Urbanismo (estruturas); despejo (fossa)	Oliveira, 2012.
Largo Rodrigues de Freitas, n.º 13/21A e Costa do Castelo, n.º 164/168	35955	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 35955
Rua do Terreiro do Trigo, n.º 90-94	36038	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 36038
Rua dos Bacalhoeiros, n.º 93-115A/Rua dos Arameiros, n.º 13 a 21	36130	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 36130
Antigo Palácio dos Távoras — Campo das Cebolas, n.º 1 a 12A	36185	Muralha	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Muralha da Antiguidade Tardia	Pinheiro, Santos & Rebelo, 2017; Filipe et al., 2020; Bugalhão, 2022.
Rua da Amendoeira, n.º 30	36189	Olaria	Medieval Cristão	Olaria (fossas de rejeição)	Endovélico CNS 36189
Castelo de São Jorge — Beco do Forno/Rua de Santa Cruz	36194	Despejo	Medieval Cristão	Despejo (fossa)	Gomes et al., 2005; Gomes et al., 2009b; Gaspar & Gomes, 2018.
Igreja de Santa Cruz		Urbanismo; igreja moçárabe?; mesquita	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média Medieval Islâmico	Níveis arqueológicos Elementos arquitetónicos moçárabes — Igreja de Santa Cruz? Mesquita?	Gaspar & Gomes, 2001b; Serra, 2009; Matos, 2015; Real, 2015; Silva, 2017; Fernandes & Fernandes, 2020; Bugalhão, 2022.
Castelo de São Jorge — Rua de Santa Cruz/Largo de Santa Cruz	36195	Urbanismo; armazenamento; despejo; necrópole — igreja	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento (silos); despejo (fossas) Necrópole (sepulturas) — Igreja de Santa Cruz	Endovélico CNS 36195

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Castelo de São Jorge — Rua da Santa Cruz, n.º 21, Lote 48	36198	Armazenamento	Medieval Cristão	Armazenamento (silo e talha)	Endovélico CNS 36198
Castelo de São Jorge — Rua do Recolhimento, n.º 3 (em frente)	36199	Urbanismo	Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas e níveis arqueológicos)	Endovélico CNS 36199
Castelo de São Jorge — Rua do Recolhimento/ Rua da Santa Cruz	36200	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (níveis arqueológicos)	Endovélico CNS 36200
			Medieval Cristão	Urbanismo; habitacional (estruturas)	
Castelo de São Jorge — Rua do Recolhimento, n.º 44 (junto do)	36202	Urbanismo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas)	Endovélico CNS 36202
Rua dos Bacalhoeiros/Arco Escuro	36208	Muralha	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média Medieval Islâmico Medieval Cristão	Muralha da Antiguidade Tardia Muralha — Cerca Velha	Leitão, 2014; Filipe et al., 2020; Bugalhão, 2022.
Rua do Milagre de Santo António	36209	Muralha	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha	Leitão, 2014; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018.
Rua dos Remédios, n.º 7-9/Beco do Espírito Santo, n.º 12	36213	Urbanismo; despejo; olaria	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas hidráulicas); despejo (fossa de olaria) Níveis arqueológicos?	Silva, 2015b; Bugalhão, 2009; Silva, 2017.
Rua da Conceição/Rua dos Sapateiros	36221	Urbanismo	Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas) — fundação — ponte da Galonha?	Endovélico CNS 36221
Rua das Cruzes da Sé	36271	Urbanismo; necrópole	Medieval Islâmico	Urbanismo (estruturas e níveis arqueológicos)	Nunes, 2010; Silva, 2017; Fialho, 2018.
			Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas e níveis arqueológicos); necrópole (sepulturas e estelas discoides)	

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Miradouro Sofia de Mello Breyner Andresen	36272	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (e alambor em taipa)	Pinheiro, 2018
Rua dos Bacalhoeiros, n.º 16 a 16D	36346	Muralha	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Muralha da Antiguidade Tardia	Pinheiro, Santos & Rebelo, 2017; Pinheiro & Santos, 2020; Filipe et al., 2020; Bugalhão, 2022.
Parque de Estacionamento da Graça	36462	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 36462
Rua do Museu da Artilharia	36626	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 36626
Largo da Graça/Jardim Augusto Gil	36818	Muralha; urbanismo	Medieval Cristão	Muralha Fernandina; contextos urbanísticos	Endovélico CNS 36818
Rua do Terreiro do Trigo, n.º 6 a 26	36848	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina (e torre)	Krus, Henriques & Viera, 2021.
Rua da Prata, n.º 221/231 e Rua dos Correiros, n.º 158/168	37157	Despejo	Medieval Cristão	Despejo (depósitos fluviais de ferrarias e carniçarias)	Oliveira et al., 2017a.
Antigo Hospital da Marinha/Largo de Santa Clara/Largo Dr. Bernardino António Gomes	37337	Pedreira	Medieval Cristão	Pedreira (extração de mós)	Endovélico CNS 37337
Rua da Regueira/Beco do Espírito Santo	37458	Via; urbanismo	Antiguidade Tardia/Alta Idade Média	Via; habitacional (estruturas)	Silva, 2008; Silva, 2017; Bugalhão, 2022.
			Medieval Islâmico	Níveis arqueológicos	
Rua dos Remédios, n.º 1-3/Beco do Espírito Santo, n.º 8	37459	Urbanismo	Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas)	Endovélico CNS 37459

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Rua Nova do Almada, n.º 63-73/Calçada Nova de S. Francisco, n.º 1	37460	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (níveis arqueológicos e estruturas?)	Endovélico CNS 37460
Rua da Palma, n.º 17/19 e n.º 29	37510	Urbanismo	Medieval Cristão	Urbanismo (depósitos secundários?)	Antunes et al., 2021.
Rua do Crucifixo, n.º 69 a 79	37859	Urbanismo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Urbanismo (depósitos secundários?) — elementos arquitetónicos do Convento do Espírito Santo da Pedreira	Endovélico CNS 37859
Rua do Recolhimento, n.º 39	37953	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (estrutura)	Endovélico CNS 37953;
Largo do Regedor, n.º 3 e 4 e Travessa do Forno, n.º 1-5	38048	Muralha	Medieval Cristão	Muralha Fernandina	Endovélico CNS 38048
Largo da Atafona	38618	Urbanismo; armazenamento; atafona	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento (silos) Urbanismo (estrutura de atafona); armazenamento (silos)	Endovélico CNS 38618
Rua do Comércio, n.º 1 a 13 (Easy Lisboa Hotel)	39425	Urbanismo	Medieval Cristão	Urbanismo (estruturas)	Krus, Cameira & Martingil, 2017.
Poço do Borratém	39452	Necrópole — igreja	Medieval Cristão	Necrópole — Ermida de São Mateus	Belém et al., 2020.
Largo dos Loios	39455	Armazenamento; despejo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Armazenamento e despejo (silos) Níveis arqueológicos?	Casimiro & Filipe, no prelo.
Beco do Azinhal, n.º 13-19	39463	Estrutura agrícola	Medieval Islâmico	Poço e celeiro	Silva, 2012b; Silva, 2017.
Largo de São Miguel	39464	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (estruturas e níveis arqueológicos)	Bugalhão, 2009; Silva, 2012b; Silva, 2017.

Sítio	CNS	Tipo	Cronologia	Contextos	Bibliografia
Rua de São Miguel, n.º 43/Beco da Cardosa, n.º 1-3	39494	Urbanismo; olaria	Medieval Islâmico	Habitacional; olaria	Vieira, 2012; Silva, 2017.
Pátio de Dom Fradique	39511	Muralha; urbanismo	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Muralha — Cerca Velha (e fosso); urbanismo	Carvalhinhos, Mota & Miranda, 2017; Mota, Carvalhinhos & Miranda, 2018.
Rua do Recolhimento, n.º 38	39725	Urbanismo	Medieval Islâmico	Urbanismo (estruturas e níveis arqueológicos); estruturas negativas?	Endovélico CNS 39725
Calçadinha do Tijolo, n.º 37/43	35347	Necrópole	Medieval Islâmico	Necrópole Alfama (5 sepulturas)	Filipe, Toso & Inocêncio, 2017.
Palácio de Santa Helena — Largo do Sequeira, n.º 7-9	36335	Necrópole; armazenamento	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Necrópole Alfama (19 sepulturas) Armazenamento (silos de grande de dimensão — «covas de pão»)	Batalha et al., 2017.
Necrópole Alfama		Necrópole	Medieval Islâmico	Necrópole Alfama — Toponímia — Porta do almocávar «Portas do Sol»	Torres, 1994; Amaro, 1998; Torres & Macias, 1998.
Quarteirão dos Lagares	13683	Necrópole; olaria	Medieval Cristão	Necrópole islâmica da Mouraria?; olaria	Nunes & Filipe, 2012; Silva, 2017.
Rua dos Lagares, n.º 24/Necrópole do Quarteirão dos Lagares	35576	Necrópole	Medieval Cristão	Necrópole islâmica da Mouraria	Endovélico CNS 35576
Largo das Olarias, n.º 19 a 23/Travessa do Jordão, n.º 1 a 15	35668	Necrópole	Medieval Cristão	Necrópole islâmica da Mouraria	Castro et al., 2017; Teixeira, Medeiros & Fragoso, 2020.
Rua dos Lagares, n.º 74	36217	Necrópole	Medieval Cristão	Necrópole judaica da Mouraria	Ponce et al., 2017.
Necrópole da Mouraria		Necrópole	Medieval Islâmico Medieval Cristão	Necrópole da Mouraria Necrópole islâmica tardomedieval e moderna; lápide funerária; toponímia — Rua do Almocávar (Graça)	Moita, 1967; Torres 1994; Lis. Sub., 1994; Amaro, 1998; Torres & Macias, 1998; Silva, 2017.

Quadro 1 — Sítios arqueológicos com ocupação medieval no núcleo medieval da cidade de Lisboa, fases e tipologia ocupacional e referências bibliográficas. A cinzento, vários sítios arqueológicos que deverão corresponder a um mesmo contexto (a cinzento-claro, a necrópole de Alfama e, a cinzento-escuro, a necrópole da Mouraria).

Bibliografia

- ALARCÃO, J. (1994) — Lisboa romana e visigótica. In ARRUDA, A. M., coord. — *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa, p. 58-63.
- ALMEIDA, F. A. (1966-1967) — Mais pedras visigóticas de Lisboa e do grupo lusitano. *Arquivo de Beja*. Beja. 23-24, p. 224-240.
- ALMEIDA, F. (1974-1975) — Lisboa romana e visigótica. *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. 137-138, p. 8-19.
- ALVES, F.; RIETH, E.; RODRIGUES, P. (2001) — The Remains of a 14th century shipwreck at Corpo Santo, and of a shipyard at Praça do Município, Lisbon, Portugal. In ALVES, F., ed. lit. — *Proceedings. International Symposium on Archaeology of Medieval and Modern Ships of Iberian-Atlantic Tradition. Hull remains, manuscripts and ethnographic sources: a comparative approach*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 405-426. (Trabalhos de Arqueologia; 18).
- ALVES, J. F. (apres. e notas) (1989) — *Conquista de Lisboa aos mouros em 1147. Carta de um cruzado Inglês*. Lisboa: Livros Horizonte.
- AMARO, C. (1994) — Casa dos Bicos: sítio com dois milénios de História. In ARRUDA, A. M., coord. — *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 110-111.
- AMARO, C. (1995) — Urbanismo Tardo-Romano no Claustro da Sé de Lisboa. In *Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, 4, Lisboa, 1992. Actas. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa. p. 337-342. (Monografias de la Secció Històrico-Arqueològica; IV).
- AMARO, C. (1998) — Arqueologia Islâmica em Lisboa: um percurso possível. In TORRES, C.; MACIAS, S., coord. — *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 61-71.
- AMARO, C. (2001) — Presença Muçulmana no Claustro da Sé de Lisboa: três contextos com cerâmica islâmica. In LACERDA, M.; SOROMENHO, M.; RAMALHO, M. M.; LOPES, C., coord. — *Garb — Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR; Mérida: Junta de Extremadura. p. 165-197.
- AMARO, C.; BUGALHÃO, J.; RAMALHO, M. (1994) — A Baixa pré-pombalina: alguns aspectos urbanísticos. In ARNAUD, J. M., coord. — *Jornadas Arqueológicas*, 5, Lisboa, 1993. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses. vol. I. p. 227-237.
- AMARO, C.; HENRIQUES, J. P.; SIMÕES, S.; FILIPE, V. (2012) — Edifício da antiga prisão do Aljube, Lisboa — Dois contextos medievais. Poster apresentado no *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. [Em linha]. Disponível em WWW: URL: http://www.camertola.pt/sites/default/files/AMARO_Clementino%20Amaro,%20Jos%C3%A9%20Pedro%20Henriques,%20Sara%20Sim%C3%B5es,%20Vanessa%20Filipe%20%E2%80%93%20Edif%C3%ADcio%20da%20antiga%20pris%C3%A3o%20do%20Aljube,%20Lisboa.pdf.
- AMARO, C.; LOURENÇO, F.; RAMALHO, M. (1995) — As intervenções arqueológicas no Antigo Convento de S. Francisco da Cidade. In SILVA, R. H.; PIÇARRA, M., coord. — *OBRAÇOM — Museu do Chiado: histórias vistas e contadas*. Lisboa: Instituto Português de Museus. p. 37-42.
- ANTUNES, A. S.; GUERRA, S.; CASTRO, A.; FILIPE, V. (2021) — Contributos para a evolução do urbanismo de Época Moderna no sopé sudeste da Encosta de Santana (Rua da Palma/Martim Moniz, Lisboa). In ANTUNES, A. S.; NOZES, C.; CARVALHINHOS, M.; LEITÃO, V., ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano*, 2, Lisboa, 2018. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 442-489.
- ANTUNES, M. T.; CUNHA, A. S. (1991) — *Santos mártires de Lisboa: espólio osteológico de Santos-o-Novo*. Lisboa: Câmara Municipal.
- BARCELÓ, C. (2013) — Lisboa e Almansor (374 H./985 d. C.). *Conimbriga*. Coimbra. 52, p. 165-194.
- BATALHA, L.; NETO, N.; PEÇA, P.; BRITO, S.; CARDOSO, G. (2017) — Os silos do Palácio de Santa Helena (Lisboa). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1751-1766.
- BELÉM, I.; FILIPE, V.; VIEIRA, V. N.; FERRO, S.; SILVA, R. B. (2020) — O cemitério medieval do Poço do Borratém e a espacialidade funerária na cidade de Lisboa. In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2020 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1691-1703. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa126>.

- BRAZUNA, S.; FERREIRA, N. A. (2008) — A Igreja de São Martinho. Resultados preliminares de uma intervenção arqueológica de salvamento. *Era Arqueologia*. Cruz Quebrada. 8, p. 31-69.
- BUGALHÃO, J. (2009) — Lisboa islâmica: uma realidade em construção. In Encontro de Arqueologia do Algarve, 6, Silves, 2008. Actas. O Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo. Homenagem a José Luís de Matos. *Xelb: revista de Arqueologia, Arte, Etnologia e História*. Silves. 9, p. 337-392.
- BUGALHÃO, J. (2017a) — O eixo viário ocidental de *Olisipo*. In FERNANDES, L.; BUGALHÃO, J.; FERNANDES, P. A., ed. lit. — *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa. p. 120-123.
- BUGALHÃO, J. (2017b) — Pavimentação de espaços urbanos no arrabalde ocidental de *Madīnat Ush-būna*. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês. In FERNANDES, L.; BUGALHÃO, J.; FERNANDES, P. A., ed. lit. — *Debaixo dos Nossos Pés. Pavimentos históricos de Lisboa*. Lisboa: Museu de Lisboa. p. 138-141.
- BUGALHÃO, J. (2018) — Arqueologia urbana, em Portugal, hoje. *Revista Património*. Lisboa. 5, p. 30-39.
- BUGALHÃO, J. (2019) — Lisboa «sempre» Ribeirinha. Episódio 2. *Arqueologia & História*. Lisboa. 69, p. 19-27.
- BUGALHÃO, J., coord. (2021) — *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Rua dos Correeiros Archaeological Site*. Lisboa: Fundação Millennium BCP.
- BUGALHÃO, J. (2022) — Olysipona, entre o Império e o Islão. *Arqueologia e História*. Lisboa. 73, p. 143-156.
- BUGALHÃO, J.; FOLGADO, D. (2001) — O arrabalde ocidental da Lisboa islâmica: Urbanismo e produção oleira. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 7, p. 111-145. Actas do Colóquio «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa.
- BUGALHÃO, J.; GOMES, A. S.; SOUSA, M. J. (2003) — Vestígios de produção oleira islâmica no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 8, p. 129-191.
- BUGALHÃO, J.; GOMES, S.; SOUSA, M. J. (2007) — Consumo e utilização de recipientes cerâmicos no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica (Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros e Mandarin Chinês). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10:1, p. 317-343.
- BUGALHÃO, J.; GOMES, S.; SOUSA, M. J.; FOLGADO, D.; GONZÁLEZ TINTURÉ, A.; MORENO GARCÍA, M.; DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I. (2008) — Produção e consumo de cerâmica islâmica em Lisboa: conclusões de um projecto de investigação. *Arqueologia Medieval*. Lisboa. 10, p. 113-134.
- BUGALHÃO, J.; GÓMEZ, S. (2005) — Lisboa, uma cidade do Mediterrânico islâmico. In Barroca, M. J.; Fernandes, I. C. F., coord. — *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII-XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela; Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 237-262.
- BUGALHÃO, J.; QUEIROZ, P. (2006) — Testemunhos do consumo de frutos no período islâmico, em Lisboa. In GÓMEZ MARTÍNEZ, S., ed. — *Al-Andalus: espaço de mudança: balanço de 25 anos de história e arqueologia medievais*. Seminário Internacional, Mértola, 2005. Homenagem a Juan Zozaya Stabel-Hansen. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 195-212.
- BUGALHÃO, J.; SOUSA, M. J.; GOMES, A. S. (2004) — Vestígios de produção oleira no Mandarin Chinês, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, p. 575-643.
- CAESSA, A.; MARQUES, A.; MOTA, N. (2017) — Casa da Severa, memórias arqueológicas de um espaço (Lg. da Severa n.º 2, Lisboa, Mouraria). In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Encontro do Centro de Arqueologia de Lisboa. Uma cidade em escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: CAL, DPC/DMC, CML. p. 386-412.
- CAESSA, A.; MOTA, N. (2021) — CRLx: Um projecto de estudo e valorização do Criptopórtico Romano de Lisboa. In ANTUNES, A. S.; NOZES, C.; CARVALHINHOS, M.; LEITÃO, V., ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano*, 2, Lisboa. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 163-202.
- CAESSA, A.; NOZES, C.; MOTA, N. (2018) — Uma mesquita no arrabalde ocidental de al-Ušbūna. In ANDRADE, A. A.; TENTE, C.; SILVA, G. M.; PRATA, S., ed. lit. — *Espaços e poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. p. 521-535. (Coleção Estudos; 18).
- CALADO, M.; LEITÃO, V. (2005) — A ocupação islâmica na Encosta de Sant'Ana (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:2, p. 459-470.
- CARDOSO, F. A.; CASIMIRO, S.; ASSIS, S. (2013) — Panorama geral do espólio osteológico exumado na necrópole do extinto Hospital Real de Todos-os-Santos (Lisboa, século xv a xviii). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal — 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1103-1109.
- CARVALHINHOS, M.; MOTA, N.; MIRANDA, P. (2017) — Indagações arqueológicas na muralha antiga de Lisboa: o lanço oriental entre a Alcáçova do Castelo e o Miradouro de Santa Luzia (Santa Maria Maior, Lisboa). In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B., ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 298-336.
- CASIMIRO, S.; MANSO, C.; NETO, N.; REIS, J.; OLIVEIRA, J. M.; ALVES-CARDOSO, F. (2021a) — Núcleos Ocidentais III — Rua da Prata: evidências fúne-

- bres da Antiguidade Tardia. In SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal de Lisboa. p. 121.
- CASIMIRO, S.; OLIVEIRA, J. M.; MANSO, C.; SILVA, R. B.; SEABRA, A. (2021b) — Núcleos Ocidentais II — Rua de São Nicolau e Corpus Christi: discretas evidências da Antiguidade Tardia. In SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal de Lisboa. p. 120.
- CASIMIRO, S.; SILVA, R. B. (2013) — Enterramentos infantis tardo-antigos na Rua de São Nicolau (Lisboa). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 859-863.
- CASIMIRO, T. M.; FILIPE, V. (no prelo) — A Cerâmica Islâmica dos Lóios (séculos x-xii) — uma primeira análise. *Jornadas Internacionais «Terra, Pedras e Cacos no Garb Al-Andalus»*, Palmela, 2020. Lisboa: DGPC. (Trabalhos de Arqueologia; 57).
- CASTILHO, J. (1893) — *A Ribeira de Lisboa: descrição histórica da margem do Tejo desde a Madre de Deus até Santos-o-Velho*. Lisboa: Imprensa Nacional. 750 p.
- CASTILHO, J. (1934-1938) — *Lisboa Antiga: Bairros Orientais*. Lisboa: S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa. 12 v.
- CASTILHO, J. (1879) — *O Bairro Alto*. Lisboa: Livraria de A. M. Pereira, Editor. 360 p.
- CASTRO, A.; PAULA, N. A. de; TORRES, J. B.; CURADO, T.; TEIXEIRA, A. (2017) — Evidências de produção oleira nos séculos xvi e xvii no largo das Olarias, Mouraria (Lisboa). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1731-1749.
- COELHO, A. B., ed. lit. (1972-1975) — *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Seara Nova. 4 v.
- COELHO, A. B. (1994) — O domínio germânico e muçulmano. In MOITA, I., ed. lit. — *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 75-88.
- COELHO, A. B. (2001) — Lisboa nos primeiros séculos após a «Reconquista». *Arqueologia Medieval Mértola*. 7, p. 235-243. Actas do Colóquio «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa.
- COELHO, R. G. (2012) — Céramiques décorées à la peinture blanche issues de la production régionale appartenant au Moyen Âge tardif (Place Martim Moniz, Lisbonne, Portugal). Poster apresentado no *10th International Congress on Medieval Pottery in the Mediterranean*, 10, Silves, 2012. [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: camertola.pt/sites/default/files/COELHO_Ceramique%20de%20Lisbonne.pdf>.
- COSTA, A. M.; BUGALHÃO, J.; FREITAS, M. C. (no prelo) — Meter by meter, conquers the people land to the sea. Medieval Tagus Estuary shoreline evolution at Lisbon' oldest city centre (Portugal) combining geological, archaeological and cartographic data. In *VI Conferência Internacional «Medieval Europe in Motion»: O Mar*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa.
- COSTA, A. M.; FREITAS, C.; LOPES, V.; ANDRADE, C.; BUGALHÃO, J.; BAROS, P. (2017) — Reconstrução paleoambiental da margem Norte do rio Tejo através da análise multiproxy de sedimentos recolhidos em contexto de obra com achados arqueológicos. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 365-774.
- COSTA, A. M.; FREITAS, C.; LOPES, V.; BUGALHÃO, J.; ANDRADE, C. (2021) — A contribuição da geologia na compreensão da evolução ambiental da margem norte do rio Tejo — resultados do projecto Lisbon Stories. In ANTUNES, A. S.; NOZES, C.; CARVALHINHOS, M.; LEITÃO, V., coord. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano*. Lisboa, 2, 2018. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Direcção Municipal de Cultura, Câmara Municipal. p. 603-631.
- COSTA, A. M.; FREITAS, M. da C.; BUGALHÃO, J.; FONSECA, C.; LOPES, V.; PINTO, C. (2022) — Paisagens submersas do Porto de Olisipo: primeira abordagem. *Revista SCAENA Lisboa*. Lisboa, 3, p. 18-29. Ciclo de Palestras «O rio como horizonte».
- CURRÁS, A.; COSTA, A. M.; FREITAS, M. C.; DANIELSEN, R.; BUGALHÃO, J. (2020) — Landscape Change and Vegetation History in the City of Lisbon during Roman Times and the Early Medieval Period. *The Holocene*. [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <https://doi.org/10.1177/0959683620961514>>.
- DE MAN, A.; SILVA, R. B. da (2016) — Um refinamento de dados alto medievais do Palácio dos Condes de Penafiel. In FONTES, J. L. I.; TENTE, C.; MARTINS, M. G., ed. lit. — *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM. p. 57-65. (Coleção Estudos; 15).
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; BUGALHÃO, J.; GOMES, S.; BRUM, M. J. S.; FOLGADO, D. (2008) — A produção de cerâmicas no arrabalde ocidental da Lisboa islâmica — primeiros resultados arqueométricos. In *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 4, Faro, 2004. Actas. *A ocupação islâmica da Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve. p. 157-167. (Promontoria Monográfica; 11).
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; GOUVEIA, M. Â. (2001) — Arqueometria de cerâmicas islâmicas das regiões de Lisboa, Santarém e Alcácer do Sal (Portugal): caracterização química e mineralógica. In *Garb, Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR; [S. l.]: Junta de Extremadura. p. 257-281.

- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; GOUVEIA, M. A.; GOMES, A.; AMARO, C. (2009a) — Evolução das tecnologias de produção cerâmica dos séculos XI a XVI na cidade de Lisboa. In *Congreso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo*, 8, Ciudad Real-Almagro, 2006. Actas. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo II. p. 509-514.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; GOUVEIA, M. A.; GOMES, A.; AMARO, C. (2009b) — Tecnologias de produção de cerâmicas pintadas dos séculos XI a XII do Castelo de São Jorge (Lisboa, Portugal). In *Congreso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo*, 8, Ciudad Real-Almagro, 2006. Actas. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo II. p. 963-966.
- DIOGO, A. M. D. (1994) — Cetária da rua dos Fanqueiros. In SANTANA, F.; LUCENA, E., ed. lit. — *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: Carlos Quintas e Associados. p. 267-268.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) — Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, n.º 36/44, na Mouraria, em Lisboa. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval. Métodos e resultados para o seu estudo*, 2, Tondela, 1995. Actas. Tondela: Câmara Municipal. p. 257-265.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1999) — Ânforas e *sigillatas* tardias (claras, focéenses e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 2:2, p. 83-95.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (2000a) — Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa). *Arqueologia & História*. Lisboa. 52, p. 231-253. Estudos de Lisboa, Séculos XV a XIX, I Colóquio Temático.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (2000b) — Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3:1, p. 181-205.
- DUARTE, C. (2001) — Sepultura tardo-romana do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros. Descrição antropológica. In BUGALHÃO, J. — *A indústria romana de transformação e conserva de peixe, em Olisipo. Núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. p. 161-167. (Trabalhos de Arqueologia; 15).
- FERNANDES, H. (1986) — Uma cidade no imaginário medieval: Lisboa muçulmana nas descrições de Idrisi e de Ranulfo de Granville. *Estudos Medievais*. Porto. 7, p. 3-28. Separata.
- FERNANDES, L. (2003) — A muralha fernandina de Lisboa: troço existente na Escola Gil Vicente — Largo da Graça. *Património e Estudos*. Lisboa. 5, p. 176-185.
- FERNANDES, L. (2007) — Teatro romano de Lisboa. Os caminhos da descoberta e os percursos da investigação arqueológica. *Al-madan*. Almada. II Série, 15, p. 28-39.
- FERNANDES, L.; COROADO, J.; CALADO, M.; COSTANTINO, C. (2015) — Ocupação medieval islâmica no Museu de Lisboa — Teatro Romano de Lisboa: o caso do aproveitamento do *post scaenium* no decurso do século XII. In GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S., ed. lit. — *Congresso Internacional A Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal. p. 509-518.
- FERNANDES, L.; FERNANDES, P. A. (2014) — Entre a Antiguidade Tardia e a Época Visigótica: novos dados sobre a decoração arquitectónica na cidade de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 225-243.
- FERNANDES, L.; MARQUES, A.; FILIPE, V.; CALADO, M. (2006) — Intervenção arqueológica na Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa, 2005-2006). *Al-Madan*. Almada. II Série, 14, p. 60-65.
- FERNANDES, L.; MARQUES, A.; FILIPE, V.; CALADO, M. (2011) — A transformação de produtos piscícolas durante a Época Romana em *Olisipa*: o núcleo da Rua dos Bacalhoeiros (Lisboa). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 239-261.
- FERNANDES, L.; MARQUES, A.; TORRES, A. (2008) — Ocupação baixo medieval do Teatro Romano de Lisboa: a propósito de uma estrutura hidráulica, as cerâmicas vidradas e esmaltadas. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 10, p. 159-183.
- FERNANDES, P. A. (2002) — O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista. *Artis: Revista do Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*. Lisboa. 1, p. 57-87.
- FERNANDES, P. A. (2005) — Visigótico ou moçárabe? O núcleo de arte da Alta Idade Média da cidade de Lisboa. In ARNAUD, J. M.; FERNANDES, C. V., coord. — *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 264-293.
- FERNANDES, P. A. (2020) — O fim de um tempo; o princípio de outro. *Felicitas Iulia Olisipo* entre romanos, bárbaros e cristãos. In CACHÃO, M.; FREITAS, M. da C., ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. O território e a memória*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal. p. 141-149.
- FERNANDES, P. A.; FERNANDES, L. (2020) — Da cidade romana à cidade medieval: «desmonumentalização» e reconfiguração urbana. In FERNANDES, L.; FERNANDES, P. A., ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal. p. 214-231.
- FERREIRA, F. E. R. (1983) — Escavação do ossário de São Vicente de Fora: seu relacionamento com a história de Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa. Série II, 4, p. 5-36.

- FERREIRA, F. E. R. (1995) — O cemitério dos cruzados de São Vicente de Fora. *Monumentos*. Lisboa. 2, p. 8-13.
- FERREIRA, F. E. R. (1998) — Ensaio para uma leitura económica e social do contexto arqueológico de São Vicente de Fora. *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. 2.ª Série, 6, p. 11-37.
- FERREIRA, F. E. R. (1999) — Escavação da Igreja do Convento do Carmo. *Arqueologia & História*. Lisboa. 51, p. 73-164.
- FERREIRA, F. E. R. (2001) — Os silos medievais de São Vicente de Fora. *Arqueologia & História*. Lisboa. 53, p. 49-66. Estudos de Lisboa — séculos VIII-XV — II Colóquio Temático.
- FERREIRA, F. E. R. (2002a) — A Cerca Fernandina de Lisboa em S. Vicente de Fora. *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. II Série, 17, p. 95-99.
- FERREIRA, F. E. R. (2002b) — Escavações Arqueológicas na Igreja do Carmo. In *Roteiro da Exposição Permanente — Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 37-43.
- FERREIRA, F. E. R. (2002c) — Intervenção Arqueológica de Emergência no Corredor do Carmo. *Olisipo: Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*. Lisboa. II Série, 17, p. 113-117.
- FERREIRA, F. E. R.; NEVES, M. C. (2005) — Intervenção Arqueológica na Igreja do Convento do Carmo. In *Construindo a Memória. As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 580-609.
- FIALHO, M. (2018) — O sistema viário da Lisboa medieval. In SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I., ed. lit. — *Meios, vias e trajetos... Entrar e Sair de Lisboa*. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML e Sociedade de Geografia de Lisboa, Secção de Arqueologia. p. 133-145. (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 2).
- FILIPPE, V.; CALADO, M. (2007) — Ocupação romana no Beco do Marquês de Angeja, Alfama: evidências de estruturas termas junto da porta nascente de *Olisipo*. *Al-Madan Online*. 15, p. 1-10. [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: https://issuu.com/al-madan/docs/almadan_online_15>.
- FILIPPE, V.; CALADO, M.; FIGUEIREDO, M.; CASTRO, A. (2013) — Intervenção Arqueológica na Rua do Espírito Santo, Castelo (Lisboa). Do romano republicano à época contemporânea: dados preliminares. [Em linha]. *Al-Madan Online*. 17:2, p. 6-12. Disponível em WWW: <URL: https://issuu.com/al-madan/docs/maqueta_17_2_completa_online>.
- FILIPPE, V.; CALADO, M.; GUERRA, S.; VALONGO, A.; LEÓNIDAS, J.; RAMOS, R.; ROCHA, M.; COSTA, J. (2015) — A cerâmica de importação no arrabalde ocidental de *Luxbuna* (Lisboa). Dados preliminares da intervenção realizada no Hotel de Santa Justa. In GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, S., ed. lit. — *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico. p. 711-718.
- FILIPPE, V.; LEITÃO, M.; LEITÃO, V.; NETO, N.; REBELLO, P.; RIBEIRO, R. (2020) — As muralhas de Felicitas Iulia Olisipo. In FABIÃO, C., ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A morfologia urbana*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal. p. 46-71.
- FILIPPE, V.; SANTOS, R. (2017) — As termas romanas às portas de Alfama. In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 247-253.
- FILIPPE, V.; SANTOS, R. (2020) — Banhos termas na Rua da Adiça. In FERNANDES, L.; FERNANDES, P. A., ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal. p. 80-85.
- FILIPPE, V.; TOSO, A.; INOCÊNCIO, J. (2017) — Perspectivas arqueo-biológicas sobre a Necrópole Islâmica de Alfama. In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 338-347.
- FONTES, L.; MACHADO, A.; CATALÃO, S. (2012) — *Cerca Velha da Rua da Judiaria e Torre de São Pedro: Alfama, Lisboa*. Braga: Universidade do Minho, Unidade de Arqueologia. (Trabalhos Arqueológicos da UAUM. Memórias; 30).
- GASPAR, A.; AMARO, C. (1997) — Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa. In *La Céramique Médiévale en Méditerranée. Congrès l'AIECM2*, 5, Aix-en-Provence, 1995. Actes. Aix-en-Provence: Narration Éditions. p. 337-345.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2001a) — Resultados preliminares das escavações arqueológicas no Castelo de São Jorge. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 7, p. 95-102.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2001b) — O Castelo de São Jorge: da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo. In FERNANDES, I. C. F., ed. lit. — *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal. p. 397-404.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2015a) — Cerâmicas comuns da Antiguidade Tardia provenientes do Claustro da Sé de Lisboa, Portugal. In GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, S., ed. lit. — *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal de Silves; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 851-860.

- GASPAR, A.; GOMES, A. (2015b) — Recipientes de medidas da cidade de Lisboa. In GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, S., ed. lit. — *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 229-235.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2018) — As cerâmicas do século XIV na Alcáçova do Castelo de S. Jorge, Lisboa, Portugal. In YENISEHIRLIOGLU, F., ed. lit. — *Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics*, 11, Antalya, 2015. Proceedings. Antalya: Association Internationale pour l'Etude des Céramiques Médiévales et Modernes en Méditerranée, Vekam: Koç University. vol. 2. p. 411-418.
- GASPAR, A.; GOMES, A. (2020) — As Ruas da Sé de Lisboa. In FERNANDES, L.; FERNANDES, P. A., ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal. p. 105-109.
- GOMES, A. (2003) — Cerâmica pintada a branco de Lisboa. In *Congrès International sur la Céramique Médiévale en Méditerranée*, 7, Tessalónica, 1999. Actes. Atenas: Ministère de la Culture, Caisse des Recettes Archéologiques. p. 659-668.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; VALONGO, A.; PINTO, P.; MENDES, H.; RIBEIRO, S.; GUERRA, S. (2001) — A cerâmica pintada de época medieval da Alcáçova do Castelo de São Jorge. In *Garb, Sitios Islâmicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR; [Mérida]: Junta de Extremadura. p. 119-163.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; PIMENTA, J.; GUERRA, S.; MENDES, H.; RIBEIRO, S.; VALONGO, A.; PINTO, P. (2003) — Castelo de São Jorge: balanço e perspectivas dos trabalhos arqueológicos. *Património e Estudos*. Lisboa. 4, p. 214-223.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; GUERRA, S.; MENDES, H. C.; RIBEIRO, S.; PINTO, P.; VALONGO, A.; PIMENTA, J. (2005) — Cerâmicas medievais de Lisboa. Continuidades e rupturas. In BARROCA, M.; FERNANDES, I. C., ed. lit. — *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII-XIII)*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela; Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 221-236.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; GUERRA, S.; VALONGO, A.; PIMENTA, J.; PINTO, P.; MENDES, H. C.; RIBEIRO, S. (2009a) — A cerâmica vidrada da Alcáçova do Castelo de S. Jorge. In *Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo*, 8, Ciudad Real-Almagro, 2006. Actas. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo I. p. 399-404.
- GOMES, A.; GASPAR, A.; VALONGO, A.; PINTO, P.; GUERRA, S.; RIBEIRO, S.; MENDES, H. C.; PIMENTA, J. (2009b) — Cerâmicas medievais provenientes do Beco do Forno — Castelo de S. Jorge. In *Congresso Internacional de Cerâmica Medieval en el Mediterráneo*, 8, Ciudad Real-Almagro, 2006. Actas. Ciudad Real: Asociación Española de Arqueología Medieval. Tomo I, p. 955-962.
- GOMES, A.; SEQUEIRA, M. J. (2001) — Continuidades e descontinuidades na arquitectura doméstica do período islâmico e após a conquista da cidade de Lisboa: escavações arqueológicas na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 7, p. 103-110.
- GÓMEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; INÁCIO, I.; SANTOS, C.; COELHO, C.; LIBERATO, M.; GOMES, A. S.; BUGALHÃO, J.; CATARINO, H.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; FERNANDES, I. C. (2015) — A cidade e o seu território no Gharb al Andalus através da cerâmica. In GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S., ed. lit. — *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 19-50.
- GÓMEZ-PACCARD, M.; TEMA, E.; MCINTOSH, G.; LEITÃO, M. (2014) — Full-vector Archaeomagnetic and rock-magnetic results from Portuguese kilns. *Geophysical Research Abstracts* 16. [Em linha]. Poster apresentado na European Geosciences Union — General Assembly. Disponível em WWW: <URL: https://www.researchgate.net/publication/281861860_Full-vector_archeomagnetic_and_rock-magnetic_results_from_Portuguese_kilns>.
- GONÇALVES, L. R. (2011) — *Sistemas de povoamento e organização territorial: dois vales na periferia de Lisboa: séculos IX-XVI*. Tese de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GRILO, C. (2014) — Produção e consumo na economia local de Olisipo. A cerâmica de imitação de *sigillata* do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; SOUSA, M. J., ed. lit. — *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Congreso Internacional da SECAH*, 2, Braga, 2013. Atas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH). vol. 1. p. 85-98. (Monografías Ex Officina Hispana; 1).
- GRILO, C. (2017) — A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. Os contextos fabris. In CAESAR, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 255-271.
- GRILO, C.; FABIÃO, C.; BUGALHÃO, J. (2013) — Um contexto tardo-antigo do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (NARC). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 849-857.
- GUERRA, A. (2006) — Os mais recentes achados epigráficos do Castelo de S. Jorge, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9:2, p. 271-297.

- JOAQUINHO, A. (2017) — Estruturas pré-pombalinas e espólio associado no Pátio José Pedreira (Rua do Recolhimento e Beco do Leão, freguesia de Santa Maria Maior). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1767-1779.
- KRUS, A.; CAMEIRA, I.; MARTINGIL, M. (2017) — Rua do Comércio n.º 1 a 13. Lisboa: metamorfose espacial. In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Encontro do Centro de Arqueologia de Lisboa*, 1, Lisboa, 2015. *Uma cidade em escavação*. Lisboa: CAL/Câmara Municipal. p. 414-424.
- KRUS, A.; HENRIQUES, J. P.; VIEIRA, V. N. (2021) — «Cerca Fernandina»: Rua do Terreiro do Trigo, 6-26, Alfama. In ANTUNES, A. S.; NOZES, C.; CARVALHINHOS, M.; LEITÃO, V., ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano*, 2, Lisboa, 2018. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 285-300.
- LAMELAS, I. P., introd. e notas (2020) — *Potâmio de Lisboa, escritos*. Lisboa: Universidade Católica Editora. 456 p.
- LEITÃO, M. (2014) — Murallas de Lisboa. *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa. 3, p. 66-79.
- LISBOA Subterrânea* (1994). Lisboa: Soc. Lisboa 94; Museu Nacional de Arqueologia; Milão: Electa. 278 p. Catálogo.
- LOPES, G.; BUGALHÃO, J.; GOMES, S.; INÁCIO, I.; LIBERATO, M.; SANTOS, C.; CAVACO, S.; COVANEIRO, J.; GÓMEZ, S.; GONÇALVES, M. J.; FERNANDES, I. C.; CATARINO, H. (no prelo) — Olarias no Garb al-Andalus. Comunicação apresentada no *Congreso de Arqueología Medieval, España y Portugal, como espacio de debate e intercambio de las investigaciones arqueológicas medievales*, 6, Alicante, 2019.
- LOPES, L.; NETO, M. C. (1999) — Notas sobre alguns aspectos antropológicos dos restos humanos exumados da Igreja do Antigo Convento do Carmo de Lisboa. *Arqueologia & História*. Lisboa. 51, p. 205-219.
- MACHADO, C. G. (2016) — *A Lisboa ribeirinha e o comércio de cerâmica no período islâmico: estudo dos materiais cerâmicos islâmicos provenientes da Casa dos Bicos*. Tese de Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- MARINHO, J. (1998) — A moeda no Garb al-Ândaluz. In *Portugal Islâmico — Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 175-184.
- MARQUES, A.; BASTOS, M. (2013) — Subsídios arqueológicos para a história da Igreja do Convento do Carmo (Lisboa). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1091-1101.
- MARQUES, A.; CASIMIRO, T. M. (2018) — «Um poder do outro mundo»: o demónio da Casa da Severa, Lisboa. In ANDRADE, A. A.; TENTE, C.; SILVA, G. M.; PRATA, S., ed. lit. — *Espaços e Poderes na Europa Urbana Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. p. 571-588. (Coleção Estudos; 18).
- MARQUES, A.; FERNANDES, L. (2001) — Intervenção arqueológica nas Escadinhas da Saúde. *Al-Madan*. Almada. II Série, 10, p. 194-196.
- MARQUES, A.; FERNANDES, L. (2004) — Ocupação muçulmana e medieval cristã na Rua do Ouro n.º 197/203 (Lisboa — 2002). Comunicação apresentada ao *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 4, Faro, 2004. Original não publicado.
- MARQUES, A.; LEITÃO, E.; BOTELHO, P. (2012) — Rua do Benfornoso 168/186 (Lisboa — Mouraria/Intendente): entre a nova e a velha cidade, aspectos da sua evolução urbanística. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A., ed. lit. — *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, FCSH, UNL; Ponta Delgada: Universidade dos Açores. vol. 1. p. 123-134. (Arqueoarte; 1).
- MARTÍNEZ, S.; GABRIEL, S.; BUGALHÃO, J. (2017) — 2500 anos de exploração de recursos aquáticos em Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros (versão corrigida pós-edição). In SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; MELO, A. Á.; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I., ed. lit. — *Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade*. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML; Sociedade de Geografia de Lisboa, Secção de Arqueologia. p. 41-54. (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 1).
- MATA, V.; NETO, Nuno; REBELO, P. (2017) — Construções em taipa de época medieval e moderna: o exemplo do Chiado. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1539-1549.
- MATOS, J. L. (1994) — As escavações no interior dos Claustros da Sé de Lisboa e o seu contributo para o conhecimento das origens de Lisboa. In MOITA, I., ed. lit. — *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 81-87.
- MATOS, J. L. (1997) — Lisboa, o ponto de vista arqueológico — urbanismo e arqueologia. In *Colóquio Temático «O município de Lisboa e a dinâmica urbana (séculos XVI-XX)»*, 1, Lisboa, 1995. Actas das Sessões. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, p. 13-19.
- MATOS, J. L. (1999) — *Lisboa Islâmica*. Lisboa: Instituto Camões. 42 p.
- MATOS, J. L. (2001) — Lisboa islâmica. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 7, p. 79-87. Actas do Colóquio «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa.

- MATOS, J. L. (2015) — *Lisboa na civilização islâmica*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. 15 p.
- MEDICI, T. (2012) — O espólio vítreo do núcleo museológico da Rua dos Correiros, Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 313-353.
- MELO, S. S. (2014) — Lisboa Islâmica: contributos para o estudo do sistema defensivo. *Al-Madan Online*. 18:2, p. 42-52.
- MOITA, I. (1955) — Cemitério cristão do Largo do Salvador. *Revista Municipal*. Lisboa. 64, p. 47-50.
- MORENO-GARCÍA, M.; DAVIS, S. (2001) — Estudio de las asociaciones faunísticas recuperadas en Alcácer do Sal, Convento de São Francisco, Santarém y Sé de Lisboa. In *Garb. Sitios Islámicos do Sul Peninsular*. Lisboa: IPPAR; [Mérida]: Junta de Extremadura. p. 231-255.
- MOTA, N.; CARVALHINHOS, M.; MIRANDA, P. (2018) — A «cerca velha» de Lisboa na Antiguidade Tardia e Idade Média: novas leituras a partir das fontes arqueológicas. In ANDRADE, A. A.; TENTE, C.; SILVA, G. M.; PRATA, S., ed. lit. — *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. p. 495-520. (Coleção Estudos; 18).
- MOTA, N.; PIMENTA, J.; SILVA, R. B. da (2014) — Acerca da ocupação romana republicana de *Olisipo*: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.º 68-70. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 3 (dez. 14), p. 149-177. Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo.
- MURALHA, J.; COSTA, C.; CALADO, M. (2002) — Intervenções arqueológicas na Encosta de Sant'Ana (Martim Moniz). *Al-Madan*. Almada. II Série, 11, p. 245-246.
- NARC (1995) — *Núcleo Arqueológico Rua dos Correiros*. Lisboa: Fundação Banco Comercial Português. 55 p.
- NETO, N.; REBELO, P.; MATA, V. (2017) — A Cerca Fernandina: das Portas de Sta. Catarina ao Postigo do Duque — Lisboa. In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 287-297.
- NETO, N.; REBELO, P.; RIBEIRO, R. Á.; GOMES, A.; GASPAR, A. (2021) — As muralhas de Lisboa: o exemplo dos antigos Armazéns Sommer. In ANTUNES, A. S.; NOZES, C.; CARVALHINHOS, M.; LEITÃO, V., ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano*, 2, Lisboa, 2018. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 301-325.
- NUNES, M. M. A. (2010) — *A morte em Lisboa na Idade Média: contributo arqueológico (séculos XII a XV)*. Tese de Doutoramento em História — Arqueologia apresentada à FCSH, UNL.
- NUNES, T.; FILIPE, I. (2012) — Quarteirão dos Lagares: contributo para a história económica da Mouraria. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A., ed. lit. — *Velhos e Novos Mundos. Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, FCSH, UNL; Ponta Delgada: Universidade dos Açores. vol. 1, p. 140-150. (Arqueoarte; 1).
- OLIVEIRA, F. A. S. (2012) — *Espólio de Idade Moderna do Beco das Barrelas, Alfama, Lisboa*. Tese de Mestrado apresentada à FCSH, UNL.
- OLIVEIRA, F.; MIGUEZ, J.; FURTADO, C.; COSTA, C. (2017a) — Caracterização da ocupação tardo medieval na Rua da Prata 221-231 e Rua dos Correiros 158-168, Lisboa. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1567-1580.
- OLIVEIRA, F.; SILVA, R. B.; BARGÃO, A.; FERREIRA, S. (2017b) — O comércio medieval de cerâmicas importadas em Lisboa: o caso da Rua das Pedras Negras n.º 21-28. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1523-1538.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. (2013) — O fundeadoiro romano da Praça D. Luís I. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 747-754.
- PARREIRA, J.; MACEDO, M. L.; SARRAZOLA, A.; BRAGA, P. (2013) — O «Fundeadoiro» romano da Praça D. Luís I: séculos I a. C./VI d. C. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Cruz Quebrada. 9, p. 79-82.
- PEREIRA, F. A. (1924) — Antiquitus. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 1, 26, p. 171-186.
- PINHEIRO, H. I. H. (2015) — *Arqueologia urbana em Lisboa: o convento do Carmo entre os séculos XIV e XIX*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FCSH, UNL.
- PINHEIRO, H.; SANTOS, R. (2020) — Estruturas públicas e domésticas de época romana no edifício da Rua dos Bacalhoeiros, n.º 16-16D/Arco das Portas do Mar, n.º 1-5. In FERNANDES, L.; FERNANDES, P. A., ed. lit. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. A capital urbana de um município de cidadãos romanos. Espaço(s) de representação de cidadania*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal. p. 122-127.
- PINHEIRO, H.; SANTOS, R.; REBELO, P. (2017) — Contextos romanos identificados na frente ribeirinha de Lisboa. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1293-1304.
- PINHEIRO, R. (2018) — Sondagens no Caracol da Graça. *Al-Madan Online*. 22:1, p. 152-157.
- PONCE, M.; OLIVEIRA, F.; NUNES, T.; PINTO, M.; LOURENÇO, M. (2017) — O sítio dos Lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal*

2017. *Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1703-1714.

PORTUGAL Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo (1998) — Lisboa: Instituto Português de Museus. 335 p. Catálogo.

PRADALIÉ, G. (1975) — *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*. Lisboa: Palas. 154 p.

PRATA, S.; DIAS, D.; CUESTA-GÓMEZ, F. (2013) — A memória de um espaço urbano — Trabalhos de acompanhamento arqueológico na reabilitação do n.º 2 da Rua da Saudade (Freguesia de Santiago, Lisboa). In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1041-1048.

QUARESMA, J. C. (2020) — Late contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal): Escadinhas de São Crispim. In DUGGAN, M.; TURNER, S.; JACKSON, M., ed. lit. — *Ceramics and Atlantic Connections: Late Roman and Early Medieval Imported Pottery on the Atlantic Seaboard. International Symposium*, New Castle University, 2014. Oxford: Archaeopress. p. 108-134. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 15).

QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. (2011) — *Estudo paleoecológico do depósito orgânico medieval conservado na estratigrafia arqueológica da Casa dos Bicos, Lisboa*. (Terra Scenica — Território Antigo Relatório, 25). DOI: 10.13140/RG.2.2.19017.75367.

QUEIROZ, P. F.; MATEUS, J. E. (2015) — As plantas no quotidiano do mundo islâmico. Vestígios arqueobotânicos do Sul de Portugal. In GÓMEZ MARTÍNEZ, S., ed. lit. — *Memória dos sabores do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola; Coimbra, Porto: Centro de Estudos Arqueológicos. p. 177-200.

RAPOSO, R. C. (2011) — *Resultados finais da intervenção arqueológica (escavação) realizada no âmbito da construção do Hotel Vincci, Rua de São Julião, 47-57/Rua do Comércio, 32-38, Lisboa*. [Em linha]. [Consult. 16 dez. 2015]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.webartigos.com/artigos/resultados-finais-da-intervencao-arqueologica-escavacao-realizada-no-ambito-da-construcao-do-hotel-vincci-rua-de-sao-juliao-47-57-rua-do-comercio-32-38-lisboa/58656/>>.

REAL, M. L. (1995) — Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no ocidente peninsular. In *Reunión d'Arqueología Cristiana Hispánica*, 4, Barcelona, 1992. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans — Universitat de Barcelona. p. 17-68.

REAL, M. L. (2015) — Os moçárabes entre a convivência e a intolerância: resistências, apostasias, dissimulações e ambiguidades. In AYALA MARTÍNEZ, C.; FERNANDES, I. C. F., ed. lit. — *Cristãos contra mulçumanos na Idade Média Peninsular. Bases ideológicas e doutrinais de um confronto (séculos X-XIV)*. Lisboa: Ed. Colibri; Madrid: Universidad Autónoma. p. 29-64.

REI, A. (2017) — Elementos vegetais na alimentação de *al-Uṣbūna*, entre os séculos X e XII. In SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; MELO, A. Á.; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I., ed. lit. — *Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade*. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML e Sociedade de Geografia de Lisboa, Secção de Arqueologia. p. 67-75. (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 1).

RIBEIRO, R. Á.; NETO, N.; REBELO, P. (2019) — As mil e uma cidades de Lisboa nos antigos Armazéns Sommer. *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa. 8, p. 156-169.

RIBEIRO, R. Á.; NETO, N.; REBELO, P.; ROCHA, M. (2017) — Dados preliminares de uma intervenção arqueológica nos antigos Armazéns Sommer, Lisboa (2014-2015) — Três mil anos de História da cidade de Lisboa. In CAESSA, A.; NOZES, C.; CAMEIRA, I.; SILVA, R. B. da, ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, 1, Lisboa, 2015. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 222-245.

ROCHA, A. (2014) — Uma muralha, vários percursos. *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa. 3, p. 80-87.

ROCHA, A. (2015) — *A muralha de D. Dinis e a cidade de Lisboa: fragmentos arqueológicos e evolução histórica*. Lisboa: Banco de Portugal, Museu do Dinheiro. 59 p.

ROCHA, A. (2018) — Muralha, tercenas e judiaria. Evidências arqueológicas medievais na Baixa de Lisboa. In ANDRADE, A. A.; TENTE, C.; SILVA, G. M.; PRATA, S., ed. lit. — *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. p. 537-552. (Coleção Estudos; 18).

ROCHA, A.; REPRESAS, J.; MIGUEZ, J.; CORREIA, J. (2013) — Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1011-1018.

RODRIGUES, A. F. M. (2019) — *Nos arrabaldes de al-Uxbuna: a ocupação islâmica no sítio arqueológico da igreja de São Lourenço (Mouraria, Lisboa)*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FCSH-UNL.

RODRIGUES, A. F. M. (2020) — A igreja de São Lourenço (Mouraria, Lisboa): um conjunto de silos e de cerâmica medieval islâmica. In ARNAUD, J. M.; NEVES, C.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2020. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1559-1569. DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-8970-25-1/arqa115>.

RODRIGUES, P. J. P.; VALE, A. (2000) — Os navios de Lisboa. In *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 3, Vila Real, 1999. Actas. Porto: ADECAP. vol. 8, «Terrenos» da Arqueologia da Península Ibérica. p. 453-459.

- SALOMÉ, R.; CALADO, M. (2012) — Um pequeno conjunto cerâmico de Época Medieval da Rua de São Mamede (Lisboa). *Al-Madan Online*. II.ª Série, 17:1 (junho), p. 23-30.
- SARRAZOLA, A. (2014) — O fundeadouro romano da actual Praça D. Luís I (Séculos I a. C./VI d. C.). *Rossio. Estudos de Lisboa*. Lisboa. 3, p. 34-46.
- SEPÚLVEDA, E.; GOMES, N.; SILVA, R. B. da (2003) — Intervenção arqueológica urbana na Rua dos DouRADORES/Rua de S. Nicolau (Lisboa). 1: a *terra sigillata*. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6:2, p. 401-414.
- SERRA, S., dir. (2009) — *Castelo de São Jorge. Núcleo Museológico*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, EGEAC.
- SIDARUS, A.; REI, A. (2001) — Lisboa e o seu termo segundo os geógrafos árabes. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 7, p. 37-72. Actas do Colóquio «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa.
- SILVA, A. V. da (1948) — *A cerca fernandina de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal. 2 vol.
- SILVA, A. V. da (1899) — *A cerca moura de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 206 p.
- SILVA, A. V. da (1900) — *As muralhas da Ribeira de Lisboa*. Lisboa: Typ. do Commercio. 304 p.
- SILVA, M. F. (2017) — *Mutação urbana na Lisboa Medieval: das Taifas a D. Dinis*. Tese de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SILVA, M. F.; ROCHA, A. J. F. (2016) — A génese da judiaria pequena de Lisboa no século XIV. In FONTES, J. L. I.; TENTE, C.; MARTINS, M. G., ed. lit. — *Lisboa Medieval. Gentes, espaços e poderes*. Lisboa: IEM. p. 223-240. (Coleção Estudos; 15).
- SILVA, R. B. (2012a) — Arqueologia viária romana em Lisboa: a I.A.U. da Praça da Figueira. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 1 (junho '12), p. 74-87. Atas da mesa-redonda — De *Olisipo a Ierabriga*.
- SILVA, R. B. (2012b) — *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Tese de Doutoramento apresentada à FCSH-UNL.
- SILVA, R. B. (2015a) — Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira. 3 (dez. '14), p. 178-199. Atas do Congresso Conquista e Romanização do Vale do Tejo.
- SILVA, R. B. (2015b) — Um contexto alto-imperial da Rua dos Remédios, Lisboa. In QUARESMA, J. C.; MARQUES, J. A., ed. lit. — *Contextos estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 41-67. (Monografias; 1).
- SILVA, R. B. (2018a) — A «via Norte» de Olisipo: a arqueologia na Praça da Figueira (Lisboa), a caracterização dos troços viáveis e a dinâmica da paisagem suburbana envolvente. In SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I., ed. lit. — *Meios, vias e trajetos... Entrar e sair de Lisboa*. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML e Sociedade de Geografia de Lisboa, Secção de Arqueologia. p. 73-86. (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 2).
- SILVA, R. B. (2018b) — O Convento de São Domingos, em Lisboa, e a leitura arqueológica das suas hortas, entre os séculos XIII e XV. In ANDRADE, A. A.; TENTE, C.; SILVA, G. M.; PRATA, S., ed. lit. — *Espaços e poderes na Europa urbana medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais. p. 553-569. (Coleção Estudos; 18).
- SILVA, R. B. (2021) — Núcleos Ocidentais I — Palácio dos Condes de Penafiel. In SILVA, R. B., coord. — *Lisboa Romana Felicitas Iulia Olisipo. Para além desta vida. A memória funerária da cidade*. Lisboa: Caleidoscópio, Câmara Municipal, p. 117-119.
- SILVA, R. B.; BARGÃO, A.; FERREIRA, S.; OLIVEIRA, F. (2018) — Between Mediterranean and the Ocean: Lisbon's Pottery in a Transitional Period in Late Middle Ages. In YENISEHIRLIOGLU, F., ed. lit. — *Congress AIECM3 on Medieval and Modern Period Mediterranean Ceramics*, 11, Antalya, 2015. Proceedings. Antalya: Association Internationale pour l'Étude des Céramiques Médiévales et Modernes en Méditerranée; Vekam: Koç University. vol. 2. p. 175-180.
- SILVA, R. B.; BARGÃO, A.; FERREIRA, S.; TORRES, J. B.; TEIXEIRA, A. (2021) — Um contexto cerâmico da Baixa Idade Média da Rua dos Correiros (Baixa de Lisboa): Revisão crítica dos dados da sondagem 24-1991. In ANTUNES, A. S.; NOZES, C.; CARVALHINHOS, M.; LEITÃO, V., ed. lit. — *Encontro de Arqueologia de Lisboa. Arqueologia em Meio Urbano*, 2, Lisboa, 2018. Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML. p. 328-348.
- SILVA, R. B.; DE MAN, A. (2015) — Palácio dos Condes de Penafiel: a Significant Late Antique Context from Lisbon. In GONÇALVES, M. J.; GÓMEZ-MARTÍNEZ, S., ed. lit. — *Congresso Internacional a Cerâmica Medieval no Mediterrâneo*, 10, Silves, 2012. Silves: Câmara Municipal; Mértola: Campo Arqueológico de Mértola. p. 455-460.
- SILVA, R. B.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2011) — O Bairro Islâmico da Praça da Figueira (Lisboa). In *Cristãos e muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa e do Algarve. p. 17-25.
- SILVA, R. B.; MIRANDA, P.; NOZES, C. (2019) — O Largo do Chafariz de Dentro e a frente ribeirinha. *Arqueologia & História*. Lisboa. 69 (2017), p. 43-53.
- SILVA, R. B.; MIRANDA, P.; VIEIRA, V. N.; VICENTE, A. M.; LOPES, G. C.; NOZES, C. (2012) — Largo do Chafariz de Dentro: Alfama em época moderna. In TEIXEIRA, A.; BETTENCOURT, J. A., ed. lit. — *Velhos*

e novos mundos. *Estudos de arqueologia moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, FCSH-UNL; Ponta Delgada: Universidade dos Açores. vol. 1, p. 71-84. (Arqueoarte; 1).

SILVA, R. B.; VALONGO, A. (2017) — A urbanística do subúrbio ocidental de *Felicias Iulia Olisipo* (Lisboa): Um contributo da I. A. U. da Rua do Ouro n.º 133-145. *Círculo de Leitores*. Vila Franca de Xira. 5, p. 116-148.

SILVÉRIO, S. A. D. (2014) — *Arqueologia da Arquitetura — contributo para o estudo da Sé de Lisboa*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada à FCSH-UNL.

SILVÉRIO, S. (2017) — As marcas de canteiro da Sé de Lisboa. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1513-1521.

SOROMENHO, P. C. (1974-1975) — Lisboa moura. *Olisipo: boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*. Lisboa. A. XXXVII-XXXVIII: 137-138, p. 20-26.

TEIXEIRA, A.; MEDEIROS, L.; FRAGOSO, I. (2020) — Arqueologia, recuperação da memória e afirmação da identidade: o caso do Bairro da Mouraria, Lisboa. *Revista Memória em Rede*. Pelotas, Brasil. 12:23, p. 19-48.

TIÇÃO, A.; DIAS, A.; FERNANDES, L.; BASTOS, M.; BARREIROS, M. H.; TEIXEIRA, P.; MATOS, R. (2001) — As muralhas de Lisboa. Novos dados. In FERNANDES, I. C. F., ed. lit. — *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500). Simpósio Internacional sobre Castelos*, Palmela, 2000. Actas. Lisboa: Edições Colibri; Palmela: Câmara Municipal de Palmela. p. 849-854.

TORRES, C. (1994) — Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 80-85.

TORRES, C. (2001) — Lisboa muçulmana. Um espaço urbano e o seu território. *Arqueologia Medieval Mértola*. 7, p. 73-77. Actas do Colóquio «Lisboa, encruzilhada de Muçulmanos, Judeus e Cristãos». 850.º Aniversário da Reconquista de Lisboa.

TORRES, C.; MACIAS, S. (1998a) — Lisboa. In *O legado islâmico em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 96-105.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (1998) — Intervenção arqueológica nas Escadinhas da Saúde, em Lisboa *Olisipo: Boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*. Lisboa. II Série, 7, p. 21-30.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (1999a) — Estudos Arqueológicos efectuados pelo G. T. T. R. L. no Mar-

tim Moniz e sua envolvente. *Olisipo: boletim do Grupo «Amigos de Lisboa»*. Lisboa. II Série, 8 (maio), p. 44-54.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. D. (1999b) — Inscrição funerária paleocristã da Rua de São Mamede ao Caldas em Lisboa. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 62: 284.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. M. D. (2000) — Elementos sobre o cemitério do adro da igreja de São Domingos. *Arqueologia & História*. Lisboa. 52, p. 59-71. Estudos de Lisboa, séculos XV a XIX, I Colóquio Temático.

TRINDADE, L.; LOPES, L.; NETO, J. L.; DIOGO, A. M. D. (2001) — Elementos para o estudo dos restos humanos da intervenção arqueológica de 1991 no cemitério do adro da Igreja de S. Domingos em Lisboa. *Arqueologia & História*. Lisboa. 53, p. 109-124. Estudos de Lisboa, séculos VIII-XV, II Colóquio Temático.

VALE, A.; FERNANDES, L. (1994) — Intervenção arqueológica no Largo de Santo A. da Sé. *Al-Madan*. Almada. II Série, 3, p. 109.

VALE, A.; FERNANDES, L. (2002) — Intervenção arqueológica na Praça de D. Pedro IV (Rossio) em Lisboa. In *Encontro de Arqueologia Urbana*, 3, Almada, 1997. Actas. Almada: Câmara Municipal. p. 109-121.

VALENTE, M. J.; MARQUES, A. (2017) — Alimentação mudéjar em Lisboa: dados preliminares sobre a zooarqueologia do Largo da Severa (Mouraria, Lisboa). In SENNA-MARTÍNEZ, J. C.; MARTINS, A. C.; MELO, A. Á. de; CAESSA, A.; MARQUES, A.; CAMEIRA, I., ed. lit. — *Diz-me o que comes... Alimentação antes e depois da cidade* Lisboa: CAL, DPC, DMC, CML e Sociedade de Geografia de Lisboa, Secção de Arqueologia. p. 76-91. (Fragmentos de Arqueologia de Lisboa; 1).

VALONGO, A. (2017) — Rua do Arsenal 148, Lisboa. Resultados da escavação arqueológica. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal 2017. Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1551-1565.

VIEIRA, V. N. (2012) — Os mosaicos, pinturas e elementos arquitectónicos do Beco das Cardosas em Alfama. In *Portugal Romano.com — Revista de Arqueologia Romana*. A. I, 3.

ENDOVÉLICO, *Sistema de Informação e Gestão Arqueológica*. DGPC. [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php>>.

Da Caça ao Tesouro à Longa Duração: Algumas Reflexões sobre a Relação entre Arqueologia e História

MANUEL FIALHO SILVA*

1. História e Arqueologia: Uma Relação Complexa...

A relação ideal entre arqueologia e história deveria ser regida por uma colaboração intensa, caracterizada por uma vigorosa troca de ideias, que, por sua vez, daria origem a debates, os quais contribuiriam decisivamente para o avanço do conhecimento sobre o processo histórico, sustentado em teses fundamentadas e testadas, tanto sobre o registo documental como sobre o registo arqueológico. Infelizmente, esta descrição raras vezes se pode aplicar à realidade nacional. Neste artigo tentaremos perceber os obstáculos que se levantam a esta relação ideal.

Um breve olhar sobre os percursos de ambas as disciplinas no ensino superior permite-nos perceber como ambas são ainda relativamente jovens no panorama cultural nacional. Neste sentido, recordemos que apenas em 1957 se autonomizou a licenciatura em História, nas Faculdades de Letras de Lisboa e Porto, desassociando a antiga licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas em dois cursos diferentes (Homem, 2011). No que respeita à arqueologia, foi ainda mais recente a sua autonomia relativamente à História, pois, até há poucas décadas, o curso de Arqueologia era, em várias faculdades, uma variante da Licenciatura de História.

Na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, foi apenas nos anos 80 do século passado que surgiu a variante de Arqueologia, da licenciatura em História (Encarnação, 1982, p. 181). Esta ligação formal à História apenas foi descontinuada em 2006, quando a licenciatura em Arqueologia e História alterou a sua denominação para licenciatura em Arqueologia. Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a Arqueologia surgiu como uma variante do curso de licenciatura de História em 1994, adquirindo o estatuto de licenciatura em Arqueologia em 2006 (Bugalhão, 2016).

Note-se que a atual licenciatura em Arqueologia reside no Departamento de História, apesar de estar emancipada no que respeita ao Centro de Investigação, através do reconhecido UNIARQ. Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, o Departamento de História, criado em 1977, é também responsável pela licenciatura em Arqueologia.

Na Faculdade de Letras do Porto, a variante em História da Arte e Arqueologia apenas surgiu em 1980, inserida na licenciatura em História, sendo que a verdadeira emancipação ocorreu em 1999, ano em que a licenciatura em Arqueologia deixou de ser considerada uma variante de História. Note-se como a Faculdade de Letras da Universidade

* Centro de História — Universidade de Lisboa; Gabinete de Estudos Olisiponenses — Câmara Municipal de Lisboa.
E-mail: manuel.fialho@cm-lisboa.pt; manuelsilva@edu.ulisboa.pt.
Texto concluído no final de 2021.

do Porto foi a primeira instituição em Portugal que disponibilizou uma licenciatura autónoma em Arqueologia (Centeno, Soeiro & Sanches, 2013, p. 46).

Nas universidades de Coimbra¹, Évora², Minho³ e Algarve⁴, a génese da licenciatura em Arqueologia não foi muito diferente, sendo comum a origem na variante, evoluindo para uma licenciatura autónoma (Bugalhão, 2016)⁵.

É natural que a afirmação de uma nova disciplina implique um corte com o passado, o que poderia explicar parcialmente um afastamento de uma mais jovem arqueologia relativamente à história.

Lembremos ainda que o mundo universitário representa apenas uma face da questão, e que arqueologia e história detêm uma relação com um longo passado, como revela a extraordinária longevidade da Associação dos Arqueólogos Portugueses, herdeira direta da Associação dos Architectos Civis Portugueses, a mais antiga associação de defesa do património em Portugal, fundada em 1863 (Fabião, 1989, 1999 e Martins, 2005)⁶. No entanto, o nosso foco prende-se com a situação atual, e por isso centraremos a nossa atenção nas últimas décadas.

Em relação ao panorama da evolução profissional dos arqueólogos, tema já amplamente abordado, importa aqui considerar que, apenas a partir dos anos 80 do século passado, a profissão de arqueólogo se generalizou, e só na década seguinte as empresas privadas de arqueologia se implantaram plenamente no cenário nacional (Bugalhão, 2011; Lago, 2003; Lago & Valera, 2008)⁷.

Como se sabe, na década de 90 do século passado assistiu-se a um aumento drástico no número de intervenções arqueológicas no país, com especial destaque para Lisboa, dadas as particularidades da capital (Costa et al., 2014, p. 33).

Numa publicação de 2008, Jacinta Bugalhão afirmava que, entre 1995 e 2005, se tinham realizado no concelho de Lisboa 385 intervenções arqueológicas (Bugalhão, 2008, p. 220). Segundo uma informação apresentada no programa televisivo *Lisboa — Cidade sem fim*, transmitido no dia 12 de setembro de 2019, na SIC Notícias, o número de intervenções arqueológicas em Lisboa superou as cinco centenas, em cada ano, desde 2016 até 2018. Deste modo, é inquestionável que a arqueologia nacional se encontra numa fase de expansão desde a última década do século passado até à atualidade e que o epicentro dessa expansão é a capital do país.

Não se pode negar a posição sólida em que se encontra atualmente a arqueologia portuguesa, considerando todos os seus atores, no campo da defesa do património cultural. Devido a uma questão legal, que obriga à execução de trabalhos arqueológicos nos centros históricos das cidades portuguesas, enquadrada numa realidade económica que

¹ No caso de Coimbra, a variante em Arqueologia é instituída em 1980, surgindo a licenciatura em Arqueologia e História em 2003, a qual se transformou na licenciatura em Arqueologia apenas em 2015.

² A Universidade de Évora abriu a variante de Arqueologia da licenciatura em História em 2000, e desde 2009 até ao momento presente oferece uma licenciatura em História e Arqueologia.

³ A variante de Arqueologia da licenciatura em História iniciou-se em 1998 na Universidade do Minho, sendo substituída pela licenciatura em Arqueologia em 2003.

⁴ Encontrámos, na Universidade do Algarve, a única exceção, em que a licenciatura em Arqueologia, iniciada em 2008, foi antecedida não por uma variante do curso de História, mas sim por uma licenciatura em Património Cultural.

⁵ Todos os dados referentes a estas universidades foram recolhidos no documento produzido por Jacinta Bugalhão (2016).

⁶ Sobre a longa história da arqueologia até aos nossos dias, consultar Fabião, 1989; 1999.

⁷ Sobre a evolução das empresas de arqueologia em Portugal e as suas relações com o universo académico e estatal, ver Lago & Valera, 2018. Sobre o processo de profissionalização da arqueologia no país, ver Lago, 2003; Bugalhão, 2011.

impulsiona obras no património imobiliário das cidades, a arqueologia encontrou uma posição confortável. Numa sociedade que atribui uma importância substancial ao carácter utilitário das disciplinas científicas é recompensada a capacidade de navegação sobre as dinâmicas económicas atuais. Ou seja, há, neste momento, uma conjuntura económica, suportada por uma imposição legal, que promove a realização da prática da arqueologia em meio urbano, que se destaca especialmente em Lisboa⁸.

A história, considerando sobretudo a investigação académica — pois é aí que reside o núcleo de pessoas que a produz —, não está, no momento atual, numa posição minimamente comparável ao da sua irmã mais nova, a arqueologia. Os agentes que gerem o turismo realizado em Portugal, atual motor principal da economia nacional, não têm recorrido com frequência ao vasto património histórico que indubitavelmente constitui uma óbvia mais-valia. Quando nos referimos a património histórico, pretendemos ir além do património arquitetónico e arqueológico, pois cremos que a noção de património cultural, no século XXI, deve abranger uma perspetiva multidisciplinar em que as humanidades e ciências sociais são parte do núcleo central, tendo a história um papel primordial. Neste sentido, importa realçar que o conhecimento do processo histórico é um aspeto fundamental para se entender e explicar o património cultural em toda a sua globalidade. Tal como afirma Jessica Moody, numa obra coletiva relativa ao património cultural, compreender que os historiadores detêm um papel fundamental na reconstrução do passado é compreender a própria importância do processo histórico (Moody, 2015, p. 124). No sentido contrário, consideramos que a implementação de uma «indústria da memória», direcionada apenas ao entretenimento do turista, revela uma incompreensão preocupante da relevância do processo histórico.

Recordemos então que, por um lado, o património arqueológico se encontra hoje, felizmente, protegido por legislação que, através da atividade arqueológica preventiva, possibilita o acompanhamento e intervenção de arqueólogos nas obras que se multiplicam nos centros históricos das cidades, assoladas por uma vaga de remodelações e reconstruções que têm como móbil principal o incremento do turismo (Bugalhão, 2015)⁹. Por outro lado, nenhum quadro legal obriga à presença, nem ao parecer de historiadores nas mesmas obras, resumindo-se a sua ação estritamente ao meio académico e pouco mais. Estas posições, de algum modo assimétricas no que diz respeito ao património, não contribuem para a fluidez necessária ao debate científico entre ambas as disciplinas; ou seja, se é muito positivo que a arqueologia tenha conseguido marcar uma posição no espaço de decisão relativo ao património cultural, convém admitir que a história não o soube fazer.

Atualmente, tal como afirmou Jacinta Bugalhão (2011, p. 40), «a Arqueologia vive do mercado e é essa a sua única regra», uma realidade incontornável que levanta algumas questões relativamente às relações entre o mundo académico e as empresas de arqueologia, cujo principal objetivo não é, naturalmente, produzir conhecimento científico. A verdade é que as empresas detêm um papel de importância extrema, dado o seu peso

⁸ Cf. Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, publicado no *Diário da República*, n.º 213/2014, Série I, de 11 de abril, p. 5633-5640, e a Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, publicada no *Diário da República*, n.º 209/2001, Série I-A, de 8 de setembro, p. 5808-5829.

⁹ Sobre a evolução da legislação relativa ao Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, ver Bugalhão, 2015.

incontornável no panorama da arqueologia nacional. Deste modo, importa afirmar que as boas relações entre as empresas de arqueologia e o mundo académico são da maior importância para o avanço do conhecimento científico. Além destes dois atores, existe um terceiro, o Estado, o qual se desdobra, por um lado, no governo central, que atualmente centra a gestão e salvaguarda do património arqueológico na Direção-Geral do Património Cultural e, por outro lado, nas autarquias. As relações entre todos estes atores, empresas de arqueologia, universidades, governo central e local, são muitas vezes de natureza complexa e problemática e, admitamos, não têm facilitado a fluidez do conhecimento gerado pela arqueologia (Bugalhão, 2011; Silva, 2014; Lago & Valera, 2018)¹⁰. Não pretendemos aqui apresentar soluções que resolvam as entropias que têm perturbado as relações entre os referidos atores, podemos apenas afirmar que todos teriam a ganhar com um ambiente construtivo, tomando em consideração os vários interesses em jogo e, sobretudo, sem perder a noção do objetivo último de qualquer ciência: a produção de conhecimento.

2. Arqueologia com Pouca História e História com Pouca Arqueologia

Regressando à questão central, relembremos que um dos elementos essenciais para uma produção científica robusta e fundamentada consiste no debate. Neste sentido, torna-se imprescindível um debate entre pares e também um debate entre perspetivas diferentes que, no caso da arqueologia e da história, permitiria avanços consideráveis na construção do processo histórico. Há várias formas de possibilitar o debate, sobressaindo duas. Em primeiro lugar, o debate realizado por escrito, em publicações de artigos científicos, o qual necessita impreterivelmente que haja informação relevante publicada e que essa seja lida, interpretada e debatida pelos intervenientes. Em segundo lugar, os encontros científicos, que são momentos privilegiados para se realizar o salutar debate de ideias. Começando por estes, analisámos o programa de três eventos recentes divulgados entre a comunidade de arqueólogos, procurando a presença de historiadores portugueses, pois apenas com a presença de ambas as partes o referido debate poderia acontecer. Ressalvamos que todos os eventos referidos apresentam comunicações e conferências da maior relevância científica e não pretendemos de modo nenhum desacreditar a validade científica e a relevância cultural dos referidos eventos, mas tão-somente observar a questão do ponto de vista das potencialidades para o debate entre historiadores e arqueólogos.

Seminário Internacional «S. Cucufate no Mundo Romano»

(21 de setembro de 2019, na Vidigueira)

Neste seminário estiveram presentes vários arqueólogos-historiadores (ou seja, arqueólogos que produzem obras de carácter indubitavelmente histórico), portugueses e estrangeiros, de renome internacional e com um indiscutível currículo de topo no

¹⁰ Sobre as complexas relações entre estes vários atores, ver Lago & Valera, 2018; Bugalhão, 2011; 2018; Silva, 2014.

mundo académico. Marcou também presença um arquiteto com vasta experiência no campo dos banhos de época romana. Participaram também dois arqueólogos especializados na produção de reconstituições em 3D. Não estiveram presentes historiadores portugueses.

Encontro Internacional «O Território e a Gestão dos Recursos entre a Antiguidade Tardia e o Período Islâmico»

(10 e 11 de maio de 2019, em Mértola)

Neste encontro internacional estiveram presentes, mais uma vez, arqueólogos-historiadores, portugueses e estrangeiros, de renome internacional, possuidores de um indiscutível currículo de topo no mundo académico. Destaca-se a presença de um historiador espanhol, Antonio Malpica Cuello, possuidor de um renomado currículo e autor de obras historiográficas onde a arqueologia é parte das suas fontes, a par do registo documental. E também de Bilal Sarr Marroco, historiador espanhol que, tal como Malpica Cuello, considera com toda a atenção as informações arqueológicas na sua produção científica. Participaram também vários arqueólogos que ou lecionam em universidades ou são investigadores de centros de investigação nacionais ou internacionais, ou são ainda funcionários de autarquias. Esteve presente uma equipa constituída por investigadores do Laboratório Hercules, por arqueólogos das universidades de Coimbra e Évora, antropólogos da Universidade de Coimbra, biólogos da Universidade de Évora e uma arqueóloga da Universidade do Algarve. Não estiveram presentes historiadores portugueses.

Encontro Internacional «A Península Ibérica entre os Séculos V e X: continuidade, transição e mudança»

(21 e 22 de março de 2019, no Museu Arqueológico do Carmo)

Neste colóquio participaram arqueólogos-historiadores portugueses e estrangeiros de renome, possuidores de um indiscutível currículo de topo no mundo académico. Participaram também vários arqueólogos que ou lecionam em universidades ou são investigadores de centros de investigação nacionais ou internacionais, ou são ainda funcionários de autarquias. Participou o historiador medievalista espanhol Bruno Franco Moreno, o qual suporta a sua investigação tanto no registo arqueológico como no registo documental, conseguindo resultados muito relevantes. Estiveram também presentes um historiador-arqueólogo português, Santiago Macias, que constitui um caso original no panorama nacional, pois, apesar de ser um historiador, dirigiu escavações arqueológicas e tem obra onde conjuga informações do registo arqueológico com o registo documental, e um historiador de arte português, Manuel Luís Real, que na sua longa e profícua investigação tem estado atento ao registo arqueológico. Com a exceção de Santiago Macias e Manuel Luís Real não estiveram presentes outros historiadores portugueses nas 12 conferências e 23 comunicações deste evento.

Observando os currículos académicos e profissionais dos intervenientes nestes eventos evidencia-se a ausência de historiadores portugueses, com raras exceções. Esta ausência reflete o atual afastamento entre historiadores e arqueólogos que marca o panorama

nacional. Antes de interpretarmos e tentarmos compreender melhor esta questão, direcionemos a nossa atenção para o debate por escrito, nomeadamente para a produção historiográfica recente e para o modo como a informação proveniente da arqueologia tem sido considerada pelos historiadores.

Antes de mais, consideremos uma obra de síntese, que reúne alguns dos mais relevantes historiadores nacionais em redor de um tema em que, indubitavelmente, a arqueologia poderia oferecer um contributo relevante: *A História da Vida Privada em Portugal: A Idade Média*, editada pela Temas e Debates, em duas edições, ambas de 2011. Obra de inegável excelência, cujo contributo científico é indiscutível e não se pretende aqui colocar em causa, possui alguns capítulos onde esperaríamos encontrar argumentos e interpretações fundadas não só no registo documental, mas também nas informações provenientes da arqueologia. No entanto, tal não acontece, pois capítulos como «O espaço urbano e espaço rural», «O paço», «A alimentação», «A criança», «A mulher», «O corpo, a saúde e a doença», «A morte e o além» revelam investigações notáveis, todavia apenas fundadas sobre o registo documental. Note-se uma exceção para o capítulo «A casa», de Manuel Sílvio Conde, onde encontrámos um parágrafo que merece a nossa atenção:

«A elucidação de muitos dos problemas relativos à casa e ao habitar medieval impõe o confronto das informações dos textos com as das fontes figurativas e com os dados arqueológicos e arquiteturais. O enfoque transdisciplinar é imprescindível, e o historiador encontra, na arqueologia e na história de arte, mas também noutras áreas científicas — sobretudo na Geografia, na Etnologia e na Arquitetura — importantes contributos para o conhecimento da casa.»
Conde, 2011, p. 56

A transdisciplinaridade que Sílvio Conde considera para a casa medieval será, obviamente, também válida para uma multidão de outros temas, relativos a todos os períodos históricos. Notámos, também, que um dos trabalhos fundamentais, citado por praticamente todos os autores deste volume, é a obra de referência *A Sociedade Medieval Portuguesa: Aspectos de vida quotidiana*, cuja primeira edição, da Livraria Sá da Costa, data de 1964. Esta imprescindível monografia de António de Oliveira Marques (com nove edições, em 2010) ainda é uma obra essencial para quem estuda a época medieval, no entanto, tal como é natural, dada a sua data de produção, a arqueologia encontra-se praticamente ausente dela, sendo toda a ampla investigação do autor fundada sobre o arquivo documental. Estamos convencidos de que, mais de meio século depois da publicação da obra de Oliveira Marques, existe atualmente informação proveniente de intervenções arqueológicas a nível nacional que permite avançar para além da investigação seminal deste autor.

Outros dois campos em que a arqueologia nacional pode e seguramente irá contribuir de forma decisiva para o avanço do processo histórico é na história urbana e do urbanismo, ao nível do conhecimento dos assentamentos rurais. Até agora, é escassa a produção científica nacional verdadeiramente transdisciplinar sobre estes temas, em todos os períodos históricos, desde a Pré-História até à História Contemporânea. No sentido contrário, encontramos, na produção científica referente ao atual território espa-

nhol, trabalhos como os de Antonio Malpica Cuello sobre a evolução do espaço rural e urbano na área de Granada durante a Época Medieval (Malpica Cuello, 1994; 2000; 2003), ou a investigação de Thomas Glick (1970; 1995) sobre sociedade e tecnologia no período medieval, os quais se suportam tanto no registo arqueológico como no registo documental. Não restam dúvidas de que a leitura e a interpretação destes dois registos são fundamentais para que os historiadores e arqueólogos-historiadores nacionais possam contribuir decisivamente para o avanço do processo histórico. Mas para tal é necessário que exista um debate dinâmico e saudável entre historiadores e arqueólogos nacionais. Para que esse debate ocorra é previamente necessário que os historiadores conheçam os resultados das intervenções arqueológicas, que, como vimos, ocorrem atualmente em número e extensão muito maior do que há duas ou três décadas. É caso para afirmar que os historiadores não se podem dar ao luxo de perder a oportunidade de testar as suas teses e de conceber novas ideias com base na confrontação entre as informações possibilitadas pelo registo arqueológico e o registo documental.

Esta leitura crítica também deve ser observada na perspetiva do arqueólogo, pois este também deve conhecer o trabalho mais recente dos historiadores, que, na verdade constitui a sua primeira ferramenta quando interpreta os dados arqueológicos. Note-se o exemplo concreto da arqueologia urbana que se realiza na área de Lisboa, que mantém o ímpar trabalho de Augusto Vieira da Silva como chave mestra do subsolo da capital (Silva, 1937; 1939; 1948-1949). As obras de Vieira da Silva, de incontestável valor descritivo, não apresentam interpretações históricas sobre a evolução da cidade de Lisboa, fator que pode resultar em interpretações arqueológicas que não se adequam à complexa densidade histórica de uma cidade com três milénios de história. Além disso, refira-se a imensa profusão de estruturas apenas descritas como «pré-pombalinas» em centenas de relatórios relativos a intervenções realizadas na capital e imagine-se o contributo que descrições cronologicamente mais precisas e rigorosas destas realidades poderiam oferecer para a construção do processo histórico da evolução urbana de Lisboa.

Compreendemos que as prioridades do arqueólogo atual se prendam com uma realidade complexa em que se vê obrigado a articular os vários interesses que o rodeiam, do dono de obra, da empresa onde trabalha, da tutela que o inspeciona, antes de poder tentar sequer produzir qualquer tipo de informação que se integre no registo arqueológico. Mas parece-nos importante que este não se afaste demasiado dos objetivos primordiais da disciplina que escolheu como profissão: contribuir para o avanço do processo histórico.

Importa não deixar de sublinhar que encontramos também casos muito positivos na produção científica portuguesa, em que arqueólogos, historiadores e historiadores de arte colaboraram extensivamente. Neste sentido destaca-se a obra *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo*, que consiste num catálogo de uma exposição homónima que esteve patente no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa, de 16 de julho de 1998 a 30 de setembro de 1999, onde a transdisciplinaridade foi uma constante (Torres & Macias, 1998). Sobressaem também os vários colóquios e encontros internacionais organizados pela Câmara Municipal de Palmela, onde é habitual a presença de historiadores e arqueólogos nacionais e estrangeiros, o que possibilita debates de interesse acrescido. É notório, no caso dos vários eventos organizados em Palmela, uma crescente

vontade em continuar a promover um diálogo interdisciplinar muito saudável¹¹. Sobre a evolução urbana de Braga desde a Época Romana até à Idade Média, sobressai, entre outros, o trabalho de Maria do Carmo Ribeiro (2008), que tem colaborado diretamente com historiadores, demonstrando os seus trabalhos científicos uma estreita ligação entre o registo arqueológico e o documental. Existem vários outros casos, no entanto é necessário admitir que o tom geral atual não pauta por um debate saudável entre historiadores e arqueólogos, apesar de todos assumirem que a transdisciplinaridade é um aspeto crucial e elementar da sua produção científica.

3. Haverá Tempo para o Tempo Longo?

Recuperemos agora, em síntese, a categorização do tempo concebida por Fernand Braudel ao longo da sua vasta obra historiográfica, para tentarmos compreender se existe atualmente tempo para o tempo longo. Impulsionador da transdisciplinaridade, Fernand Braudel teve excecional impacto na metodologia do processo histórico, deixando marcas também na historiografia nacional. Recordemos as palavras de Braudel, escritas por volta de 1958:

«A história situa-se em patamares diferentes, eu distinguiria de bom grado três patamares, mas não passa de uma maneira de falar, simplificando muito. São dez, cem patamares que seria preciso pôr em causa, dez, cem durações diferentes. À superfície, uma história *événémentielle* inscreve-se no tempo curto: é uma micro-história. A meia encosta, uma história conjuntural segue um ritmo mais largo e mais lento. Este ritmo tem sido sobretudo estudado no plano da vida material, dos ciclos ou interciclos económicos. (...) Para além deste 'recitativo' da conjuntura, a história estrutural, ou de longa duração, põe em causa séculos inteiros; esta história está no limite daquilo que se move e do imóvel, e, pelos seus valores muito tempo fixos, faz figura de qualquer coisa que não varia em relação às outras histórias, mais vivas a correr e a realizar-se, e que, em suma, gravitam à volta desta.»
Braudel, 1965, p. 23

A categorização do processo histórico proposta por Braudel tem sido aplicada por diversos investigadores, em várias áreas das ciências humanas, e especialmente na história. Deste modo, é natural que os historiadores e arqueólogos-historiadores nacionais tenham construído teses e propostas fundadas na categorização do tempo concebida por Braudel. Neste sentido, consideremos as palavras de José Mattoso no capítulo «O tempo longo», da obra *Identificação de Um País*, editada pela primeira vez em 1985:

«A demonstração de coerência, através da seleção de dados que revelam a interdependência dos níveis históricos, dos paralelismos significativos, das formas de transmissão dos movimentos em sectores aparentemente independentes, será, pois, o objetivo fundamental para a

¹¹ Como exemplo recente, refira-se o programa das *Jornadas Internacionais: Terra, pedras e cacos do Gharb al-Andalus*, que decorreram em Palmela, entre 23 e 25 de janeiro de 2020, onde encontramos arqueólogos, arqueólogos-historiadores e historiadores portugueses e estrangeiros nas várias sessões.

interpretação do passado e, conseqüentemente, para tornar possível o seu relacionamento com o presente. O que não poderá deixar de revelar simultaneamente a identidade que nos une — as permanências do tempo longo —, e as diferenças que os separam — a alteridade de um sistema cultural e económico-social definitivamente desaparecido. Assim se reúnem os elementos para conduzirem à tomada de consciência da coletividade nacional: o reconhecimento do que permaneceu idêntico através de formas e soluções historicamente diferentes»

Mattoso, 1995, p. 30

As palavras de Mattoso revelam a sua perceção da longa duração na interpretação histórica, considerando a identidade nacional portuguesa à luz do pensamento de Braudel. Note-se a forma como o historiador português resume uma das diretrizes da sua produção historiográfica: «o reconhecimento do que permaneceu idêntico através de formas e soluções historicamente diferentes». Perante esta ideia, consideremos a posição privilegiada em que se encontra a arqueologia para reconhecer permanências que só se podem observar na longa duração. Neste sentido, apresentamos aqui um exemplo concreto relativo a uma realidade perceptível na longa duração de uma característica que se tornou intrínseca à cidade de Lisboa.

Referimo-nos à extraordinária perenidade na utilização de telha nas coberturas dos edifícios desta cidade, uso que percorreu longos séculos desde a época romana até hoje. Este traço patente na imagem urbana de Lisboa confirma-se tanto no registo arqueológico como no registo documental. Para os períodos romano e islâmico, esta observação é validada pela existência de vestígios de telha em vários sítios arqueológicos da cidade¹². Este facto obriga-nos a abandonar totalmente a ideia romântica de que a Lisboa muçulmana se pintava apenas de branco. Com efeito, durante o período islâmico, a maioria das coberturas da cidade era feita de telha, e a existência de terraços e açoteias possivelmente nunca terá tido grande expressão na cidade. Já em época de domínio cristão, a documentação confirma a prevalência do telhado nas coberturas dos vários edifícios da cidade, através de uma fórmula que se repete inúmeras vezes nos aforamentos:

«e devedes as ditas casas adubar, afazer, arrefazer de pedra de cal, de madeira, de telha, de todalas outras coisas que lhe cumprir, fazendo mester a vossa custa...»¹³

¹² Referência a telhados em cronologias medievais no Castelo de S. Jorge (Gomes & Gaspar, 2002, p. 403). Sobre as várias habitações de época islâmica encontradas por Vítor Filipe no subsolo do atual Hotel de Santa Justa, o arqueólogo afirma: «As coberturas das habitações eram compostas por telhados, tendo sido registados derrubes de telha em quase todas as sondagens.» (Filipe, 2012, p. 12). Os exemplos da existência de vestígios de telha desde a Época Romana até hoje são inúmeros e foram verificados durante a consulta a inúmeros relatórios de escavações arqueológicas no Arquivo de Arqueologia da DGPC.

¹³ ANTT, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Inc. Mç. 7, doc. 35, de 27 de dezembro de 1328. Ver também: um aforamento de casas na Cruz, em 1297: «... por tal preito e por tal condição que vos façades as ditas casas de pedra, de cal, de madeira, de telha aquela que ouber mester...» (ANTT, Mosteiro de Chelas, Maço 6, n.º 105); um aforamento de casas, sótão e sobrado em S. Miguel, em 1302: «sotal condiçom que vos adubedes e refaçades asditas casas de Pedra e de cal e de telha e de madeira E detodalas Cousas que lhes comprir...» (cf. Títulos e escrituras dos prazos foreiro a Irmandade dos Clerigos Ricos da Charidade, vol. IV, fl. 146 [Reservados da BN]); uma doação de lagares a par da Fonte dos Cavalos, em S. Estêvão, em 1310: «... de pedra e cal, madeira e telha...» (cf. ANTT, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 5, doc. 30). Estas referências são apenas uma pequena amostra do material disponível. A consulta dos fundos documentais do Arquivo Nacional da Torre do Tombo revela centenas de documentos medievais onde se encontram referências aos mesmos materiais.

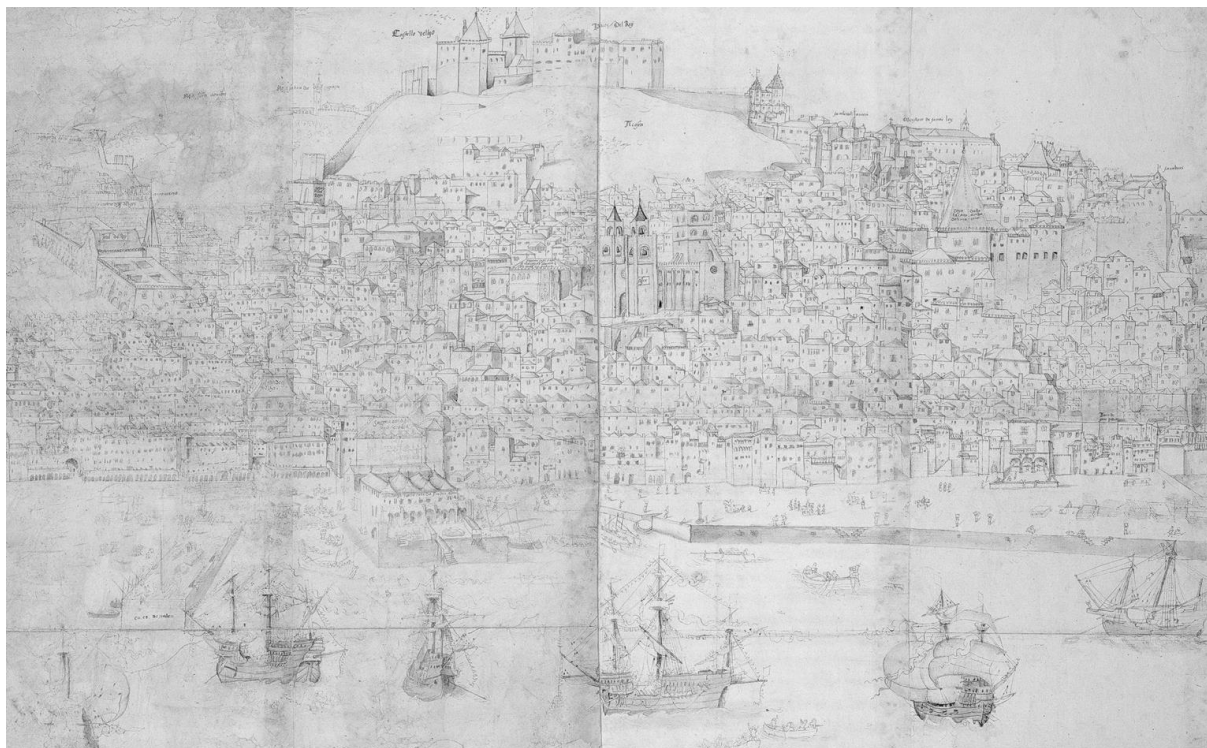


Fig. 1 — Vista de Lisboa, ca. 1530. Leiden University Libraries.

A partir do século XVI, a iconografia e, mais tarde, as fotografias aéreas referentes a Lisboa atestam, mais uma vez, o predomínio dos telhados de duas ou mais águas nas coberturas dos edifícios. Para a Lisboa quinhentista, o desenho que se mantém na Biblioteca de Leiden mostra-nos uma cidade completamente coberta de telhados (fig. 1). Desde aí até hoje, todas as representações de Lisboa revelam a permanência da telha nas coberturas da cidade.

Perante estas informações, provenientes da arqueologia, do arquivo documental, da iconografia e da fotografia, é de facto possível demonstrar que a telha e os telhados constituem um elemento inerente à própria cidade desde a época romana até hoje, uma realidade que se prende com o clima subtropical mediterrânico e com as necessidades humanas relativas a esse clima, que varia entre invernos com alguma precipitação e verões secos e quentes. Podemos também referir que os três principais tipos de telha, na nomenclatura atual, são ainda a telha Marselha, a telha mourisca e a telha romana, uma onomástica que revela influências milenares, que, mesmo que não se mantenham na forma, permanecem nas palavras. A telha de Lisboa é um bom exemplo dessa história, quase imóvel, quase fora do tempo, que caracteriza a longa duração.

A pergunta que importa aqui colocar é se a arqueologia atual, feita no território nacional, e mais especificamente em Lisboa, tem disponibilidade para contribuir para a observação e interpretação desta história de lentas transformações. Consideramos que sim, que o potencial específico da arqueologia urbana de Lisboa, e naturalmente também de outras cidades do país, permite uma contribuição decisiva para o processo histórico e também para as interpretações da história mais lenta que marca a longa duração. No entanto, para que tal aconteça, é importante que os historiadores conheçam melhor o

trabalho árduo e complexo dos arqueólogos, e vice-versa. Deste modo, consideramos que sem uma colaboração estreita, voluntária e estável entre os vários atores que operam no universo da arqueologia e os historiadores haverá poucas oportunidades para se estudar a longa duração e os processos históricos que apenas se compreendem através de um olhar demorado e abrangente.

4. Conclusão

Para concluir, importa referir que nos encontramos perante uma das últimas oportunidades de observação direta, através da arqueologia, de *Olisipo*, de *Al-Ushbuna*, de todo o passado oculto de Lisboa. O nosso contacto com essa cidade que permanece subterrânea encontra-se condicionado por vários fatores. Desde o momento em que o arqueólogo encontra um vestígio, até ao momento em que o historiador o insere no complexo *puzzle* do processo histórico, há um longo e sinuoso caminho a percorrer. Realçamos alguns obstáculos desse percurso.

Se o achado arqueológico tiver a «sorte grande» de ser encontrado por um historiador-arqueólogo que publique regular e atempadamente os resultados das suas escavações, é possível que o achado, seja ele qual for, entre imediatamente na corrente do conhecimento científico. Todavia, raras vezes será assim, pois há outros caminhos mais longos e menos conhecidos, abertos pelas disposições legais a que os arqueólogos estão atualmente obrigados.

Lembremos que esse hipotético arqueólogo, que se encontra perante os subterrâneos do passado, trabalha numa empresa por conta de outrem, provavelmente numa situação de precariedade laboral¹⁴. Ele, ou ela, dará conta do achado ao responsável pela escavação, um outro arqueólogo que terá de cumprir as diretrizes da empresa e que decidirá se o achado é relevante ou não para ser registado e o modo como e onde será preservado no imediato. Haverá tempo para aprofundar a investigação? Provavelmente não. Compreensivelmente, o dono de obra, cliente final, estará mais preocupado em recuperar o seu investimento do que em financiar o processo histórico. Seja como for, a informação do achado segue para a DGPC, onde uma equipa reduzida de esforçados funcionários se afunda em centenas de processos vindos de todo o país. Nas universidades, os historiadores teimam em não estar atentos a esta oportunidade, que em breve se perderá. No entanto, pode ser que um historiador, meses ou anos depois, se lembre de ir ao Portal do Arqueólogo fazer uma pesquisa sobre uma realidade referente ao período cronológico que lhe interessa, e talvez os resultados lhe indiquem o sítio arqueológico onde se encontrou o referido achado. Mas encontrado o sítio no portal, e perscrutado o seu potencial num breve parágrafo, muitas vezes vago e pouco esclarecedor, escrito pelo respon-

¹⁴ Segundo o relatório do Projeto DISCOS 2014, a comunidade profissional de arqueólogos é jovem, com uma média de idades de 36,8 anos (Costa et al., 2014, p. 36). Relativamente às causas da precariedade laboral, afirma-se no Projeto DISCOS 2014: «... a Arqueologia portuguesa possui algumas especificidades que vêm de longa data: sempre se registou uma elevada sazonalidade, precariedade e muitas oscilações no mercado de trabalho porque, não tendo evoluído como uma 'indústria' estável, depende claramente de ciclos económicos. Tal situação tem sido agravada porque a atividade arqueológica em Portugal se encontra muito agregada a processos de obras e pouco enraizada na sociedade e consequentemente pouco exposta a processos que a relacionem com a valorização patrimonial, a educação ou o turismo». (Costa et al., 2014, p. 88).

sável da intervenção arqueológica, é ainda assim possível que o historiador ganhe coragem para ler o complexo relatório da intervenção *online*, se este estiver disponível, ou então, num cenário mais provável, tenha de se dirigir ao Palácio da Ajuda, num dos dois únicos dias da semana em que o poderá fazer, para tentar consultar um processo que poderá estar disponível, ou não. Consulta que terá de ser feita apenas em papel, lendo os complexos relatórios disponíveis antes que termine o dia, transcrevendo à mão a informação que conseguir decodificar da linguagem semicodificada em que são escritos os relatórios de arqueologia. Talvez nesse momento o historiador consiga contextualizar a importância daquele achado, dando-lhe contexto histórico, tornando-se assim mais uma peça do complexo *puzzle* em que consiste a construção da história.

Não é, como se percebe, um caminho simples, nem fácil, nem fluido, tais são os acidentes que a informação pode sofrer. No entanto, a comunidade de arqueólogos nacionais parece estar atenta às dificuldades que a arqueologia urbana atravessa atualmente e tem dado voz aos vários problemas, sendo de imensa relevância o parágrafo seguinte, que extraímos de uma importante recente declaração pública intitulada «Arqueologia também é Cultura», assinada por vários destacados membros da referida comunidade.

«O sector do património cultural, em particular o da Arqueologia, tem sido remetido a uma função subsidiária da construção civil. A atividade vem crescendo, mas de forma desequilibrada e pouco sustentada, dependente quase exclusivamente da Arqueologia de salvaguarda. Trabalha-se para preservar o património em contexto de projetos e obras, apenas, e não para o estudar, conservar, valorizar e divulgar. Os promotores de obras e projetos financiam estas intervenções, mas o Estado, com exceção de algumas autarquias, desabitou-se de investir em investigação, conservação, valorização e divulgação do património cultural.»

Jornal *Público*, 24 de abril de 2020¹⁵

Outros problemas inerentes ao crescimento exponencial da arqueologia urbana nas últimas décadas foram já estudados e abordados por vários autores, destacando-se uma frase de Jacinta Bugalhão que resume a nossa posição relativamente a esta questão: «Toda a atividade arqueológica, para além de impedir a destruição patrimonial, deve visar, sem qualquer equívoco, a produção de conhecimento histórico» (Bugalhão, 2011, p. 41). Concordamos também com as palavras de Catarina Tente, que considera que a existência de diversos atores no palco da arqueologia urbana de Lisboa causa um «acumular de informação dispersa, não uniformizada, que dificulta o aparecimento de estudos de síntese» (Tente, 2018, p. 65), os quais poderiam ajudar os historiadores a digerir a torrente de informação que a arqueologia tem dado a conhecer sobre uma Lisboa cada vez menos subterrânea e cada vez mais dispersa pelos lugares quase misteriosos onde se acumula o espólio arqueológico.

Ainda assim, importa sublinhar que o panorama tem melhorado nos últimos anos, em que por fim se tornou regra a entrega do relatório da intervenção arqueológica às entidades competentes, tendo aparentemente finalizado a época áurea da caça ao tesouro, quando era comum não se entregar relatórios nem prestar contas das atividades

¹⁵ <https://www.publico.pt/2020/04/24/culturaipsilon/opiniaao/arqueologia-tambem-cultura-1913763>

arqueológicas a qualquer instituição. Estamos convictos de que a relação entre historiadores e arqueólogos está no caminho certo. A questão que se coloca é se ambas as disciplinas se irão encontrar em tempo útil, pois, como sabemos, as cidades, e em particular Lisboa, encontram-se sob uma enorme pressão proveniente do mercado imobiliário, e os trabalhos arqueológicos aumentam incessantemente, não sofrendo sequer paragens significativas com a pandemia que assolou a humanidade em 2020. Visto que cada intervenção arqueológica traz danos irreversíveis ao património, é da maior importância que os arqueólogos estejam preparados, da melhor maneira possível, para que, ao realizarem as suas pesquisas, as suas inevitáveis escolhas tenham perdas mínimas.

Assinalemos o caso positivo de Braga, modelar no que respeita ao estudo de uma cidade com um longo passado, sobretudo no modo como a informação arqueológica contribuiu para o avanço do conhecimento do processo histórico (Lemos, 2014; Ribeiro, 2008; Martins & Ribeiro, 2013). Uma das principais causas do sucesso de Braga residia no seu modelo de gestão do património centralizado, onde a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho detinha uma direção científica única. Como justificação sobre as dificuldades que têm surgido em Lisboa, poderá ser levantado o argumento da dimensão, no entanto recordemos que as áreas urbanas de ambas as cidades em época romana ou medieval não tinham a disparidade que têm atualmente. A maior diferença entre Braga e Lisboa no que respeita à gestão do património não reside na dimensão do perímetro urbano dos dois centros históricos, mas sim na atual complexidade das relações entre empresas e instituições, que adquire uma profundidade maior na capital, e que por vários motivos foi superada em Braga, em determinado momento. Relativamente à questão dos modelos de gestão do património arqueológico em Portugal, Jacinta Bugalhão apresentou soluções claras e objetivas para os principais problemas dos centros urbanos portugueses relativos à prática da arqueologia urbana, que aqui subscrevemos integralmente (Bugalhão, 2018). No entanto, no que respeita à questão particular que aqui nos concerne — a relação entre história e arqueologia —, tendo em conta os vários atores desse processo e também o impacto dessa relação na produção de conhecimento, nomeadamente a contribuição para o processo histórico, consideramos que, além de investimento e de uma muito necessária e atualmente ausente «política estratégica de promoção da investigação científica nas cidades» (Bugalhão, 2018, p. 39), será também necessário que historiadores e arqueólogos alterem gradualmente a sua atitude relacional, considerando a produção científica de uns e outros com mais atenção, aspeto fundamental para a existência do indispensável debate científico. Se assim for, temos a certeza de que a observação de permanências e roturas, indispensável ao reconhecimento dos fenómenos históricos no tempo longo, será mais facilmente visível e que serão mais profícuos e frutíferos os debates entre historiadores e arqueólogos na sua longa conversa que é a construção da história.

Bibliografia

- BARBOSA, R. et al. (2020) — Arqueologia também é Cultura. *Jornal Público* Lisboa. n.º 10957, Ano XXXI (Edição Lisboa), Suplemento Ípsilon (24 de abril).
- BRAUDEL, F. (1965) — História e Sociologia. *Revista de História*. [S. l.]. 61, p. 11-31.
- BUGALHÃO, J. (2008) — Lisboa e a sua arqueologia: uma realidade em mudança. *Era Arqueologia*. Cruz Quebrada. 8, p. 217-230.
- BUGALHÃO, J. (2011) — A arqueologia portuguesa nas últimas décadas. *Arqueologia e História*. Lisboa. 60-61, p. 19-43.
- BUGALHÃO, J. (2015) — Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro). *Al-Madan*. Almada. S. II, 19, p. 40-48.
- BUGALHÃO, J. (2016) — Arqueologia. Universidades e ensino, em números e em gráficos. Comunicação proferida no âmbito do Ciclo de Encontros *Discurrir Arqueologia*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- BUGALHÃO, J. (2018) — Arqueologia urbana, em Portugal, hoje. *Revista Património*. Lisboa. 5, p. 30-39.
- CENTENO, R.; SOEIRO, T.; SANCHES, M. (2013) — Caminhos e encruzilhadas. O ensino e a investigação em arqueologia na Faculdade de Letras U. P. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*. Porto. XII, p. 31-48.
- CONDE, M. S. A. (2011) — A Casa. In SOUSA, B. V., ed. lit. — *História da vida privada em Portugal: A Idade Média*. Lisboa: Temas e Debates. p. 54-77.
- COSTA, C.; DUARTE, C.; TERESO, J.; LAGO, M.; VIEGAS, C.; GRILO, C.; RAPOSO, J.; DINIZ, M.; LIMA, A. (2014) — *Discovering the Archeologists of Portugal 2012-14*. Associação Profissional de Arqueólogos.
- ENCARNAÇÃO, J. (1982) — Noticiário Arqueológico 1980. *Conímbriga*. Coimbra. XXI, p. 169-188.
- FABIÃO, C. (1989) — Para a história da arqueologia em Portugal. *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa. 2, p. 10-26.
- FABIÃO, C. (1999) — Um século de arqueologia em Portugal I. *Al-Madan*. Almada. S. II, 8, p. 104-126.
- FILIPE, V. (2012) — *Relatório Final do projecto de alterações para a Rua dos Correios n.º 194 a 208, Esquina com a Rua de Santa Justa n.º 42 a 48*. Consultável no Arquivo de Arqueologia da DGPC (poli-copiado).
- GLICK, T. (1970) — *Irrigation and Society in Medieval Valencia*. Cambridge: Harvard University Press.
- GLICK, T. (1995) — *From Muslim Fortress to Christian Castle: Social and Cultural Change in Medieval Spain*. Manchester: Manchester University Press.
- GOMES, A.; GASPAR, A. (2002) — O Castelo de São Jorge: da fortaleza islâmica à alcáçova cristã. Contribuição para o seu estudo. In FERNANDES, I. C., coord. — *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri. p. 397-404.
- HOMEM, A. L. C. (2011) — Saber Positivo e teorização nos primitivos currículos da licenciatura em História (1957 e 1968). *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto. IV S., 1, p. 23-27.
- LAGO, M. (2003) — Profissão: Arqueólogo (na transição do Milénio). In CARNEIRO, S., ed. lit. — *Nos 10 anos da APA. Que futuro para a arqueologia profissional?* Porto: Associação Profissional de Arqueólogos. p. 95-108.
- LAGO, M.; VALERA, A. C. (2008) — *Citações 02. Arqueologia: textos sobre o seu ensino, organização e prática profissional*. Lisboa: NIA-ERA.
- Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro. *Diário da República*, n.º 209/2001, Série I-A, de 2001-09-08, p. 5808-5829.
- LEMONS, F. S. (2014) — Bracara Augusta. Arqueologia urbana no fio da navalha. *Revista Mínia*. Braga. 12, p. 5-53.
- MALPICA CUELLO, A. (1994) — *Poblamiento y territorio de la costa de Granada en época medieval*. Granada: Ayuntamiento de Motril.
- MALPICA CUELLO, A. (2000) — *Granada, ciudad islámica. Mitos y realidades*. Granada: Asukaría Mediterránea.
- MALPICA CUELLO, A. (2003) — *Los Castillos en Al-Andalus y la organización del territorio*. Cáceres: Universidad de Extremadura.
- MARTINS, A. C. (2005) — *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial*.

nial. *100 Anos de (trans)formação (1863-1963)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTINS, M.; RIBEIRO, M. C. (2013) — Em torno da Rua Verde: a evolução urbana de Braga na longa duração. In RIBEIRO, M. C.; MELO, A. S., coord. — *Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos*. Braga: CITCEM. p. 11-44.

MATTOSO, J. (1995) — *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)* — *Oposição*. 5.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa. vol. I.

MOODY, J. (2015) — Heritage and History. In WATERTON, E.; WATSON, S., ed. lit. — *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*. [S. l.]: Palgrave Macmillan. p. 113-129.

REGULAMENTO de Trabalhos Arqueológicos. *Diário da República*, n.º 213/2014, Série I, de 2014-11-04. p. 5633-5640.

RIBEIRO, M. C. (2008) — *Braga entre a Época Romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço*. Tese de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho.

SILVA, A. (2014) — Depois de Abril: quatro décadas de arqueologia municipal em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. Porto. XIII, p. 75-88.

SILVA, A. V. (1937) — *O Castelo de S. Jorge em Lisboa: Estudo histórico-descritivo*. 2.ª ed. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

SILVA, A. V. (1939) — *A cerca moura de Lisboa: Estudo histórico-descritivo*. 2.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

SILVA, A. V. (1948-1949) — *A cerca fernandina*. 1.ª ed. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 2 vol.

TENTE, C. (2018) — Os últimos 30 anos da arqueologia medieval portuguesa (1987-2017). In QUEIRÓS CASTILLO, J. A., ed. lit. — *Treinta años de arqueología medieval en España*. Oxford: Archaeopress Publishing. p. 49-94.

TORRES, C.; SANTIAGO, M., ed. lit. (1998) — *Portugal Islâmico: Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de S. Vicente de Fora, 1.ª Inc. Maço 7, doc. 35.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Chelas, Maço 6, doc. 105.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de S. Vicente, 1.ª Incorporação, Maço 5, doc. 30.

Biblioteca Nacional, Títulos e escrituras dos prazos foreiro a Irmandade dos Clérigos Ricos da Charidade, vol. IV, fl. 146

Necrópoles Medievais e Modernas de Lisboa

NATHALIE ANTUNES-FERREIRA*, FRANCISCO CURATE**

1. Introdução

O corpo morto, o esqueleto humano, é um dos focos deste trabalho — mas apenas porque se situa no espaço mortuário e é a razão de ser deste. E se o esqueleto representa metaforicamente uma identidade social e, *lato sensu*, a organização social e a cultura onde existiu (Curate et al., 2019), o mesmo se pode afirmar acerca das *idades dos mortos*, e talvez até com mais propriedade.

As necrópoles, ou os cemitérios (nome dado pelos primeiros cristãos ao terreno destinado ao sepultamento dos fiéis), são lugares de inscrição da cultura, da religião, da economia e da política, são um reflexo fiel da sociedade dos vivos, com os seus arruamentos, as suas estruturas edificadas, os seus remansos de privilégio ou aflição. Santo Agostinho deixou bem claro que as honras devidas aos mortos serviam sobretudo os interesses dos vivos (Ariès, 1977). A morte nunca foi, afinal, a grande «niveladora»: as hierarquias sociais que existem em vida são transpostas para a sepultura (Antunes-Ferreira, 2015).

O afastamento progressivo dos ritos e locais fúnebres da Antiguidade, iniciado no século V, com a aproximação dos vivos aos mortos, e a intrusão dos campos-santos nos espaços da urbe ou da aldeia, era já uma reminiscência esmaecida na sociedade lisboeta do século XII. A capital do país, pejada de igrejas e adros, capelas e ermidas, acomodava no seu seio a morte e os seus espaços, e, como todas as cidades e vilas do medievo, não a recusava: a morte era ineludível e próxima, fazia parte do quotidiano. Este quadro social e mental mantém-se inalterado no Período Moderno e começa a ceder apenas no século XIX, quando o Estado, adotando com fervor as emergentes ideias da higiene pública, legisla contra os enterramentos *Apud Ecclesiam*, cria os cemitérios públicos e afasta os mortos das cidades (Araújo, 1997).

Neste longo período, os ritos cristãos católicos, embora multímodos, apresentam uma série de traços comuns (Antunes-Ferreira, 2015). A inumação em solo sagrado era o modo de garantir a salvação da alma. Todavia, a escolha da área dependia das condições sociais do indivíduo: os ricos eram, normalmente, sepultados nas igrejas, de preferência junto ao altar ou numa capela lateral à nave principal, enquanto os menos

* Egas Moniz Center for Interdisciplinarity Research, Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal; LCFPEM — Laboratório de Ciências Forenses e Psicológicas Egas Moniz, Egas Moniz School of Health & Science, Monte da Caparica, Portugal. *E-mail:* natantfer@egasmoniz.edu.pt

** Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Laboratório de Antropologia Forense, Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal; Escola Superior de Tecnologia de Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, Tomar/Mação, Portugal. *E-mail:* fcurate@uc.pt

Texto concluído no final de 2021.

privilegiados apenas teriam acesso ao adro. O anonimato da sepultura era, normalmente, a regra, as exceções subtraíam-se à realeza, aos grandes nomes da nobreza ou clero, ou aos santos. O caixão, dispendioso, era reservado ao segmento privilegiado da comunidade, a maioria da população era sepultada sem qualquer mobiliário funerário. O amortalhamento do cadáver era um procedimento comum e transversal a todas as classes sociais na Europa desde a Idade Média. A família do defunto deveria colocar alguns objetos religiosos (e. g. medalhas, crucifixos, rosário, escapulários, moedas) que facilitassem a sua integração no mundo dos mortos. De salientar que as moedas, relativamente comuns no Período Medieval, são pouco frequentes no Período Moderno.

A avaliação da (aparente) inércia das estruturas mentais relativas à morte só é possível numa paisagem interdisciplinar, onde se valide plenamente a intersecção de dados da arqueologia, da história e da antropologia. Numa conjuntura em que proliferam as intervenções arqueológicas na cidade de Lisboa, o mais das vezes ditas «de emergência», urge concatenar informação e dados dispersos para que se possam constituir séries contínuas e representativas do mundo funerário lisboeta. Esta primeira achega, por um lado identificativa e, por outro, expositiva, pretende catalogar os espaços funerários — as necrópoles, as igrejas e os seus adros, bem como áreas extracemiteriais — no concelho de Lisboa, num período que vai desde o século XII ao século XIX. Os objetivos deste trabalho incluem a inventariação, sistematização e descrição concisa dos espaços de necrópoles escavados ou em escavação em Lisboa, servindo de base para trabalhos de investigação futuros cujo foco seja a anatomia dos rituais fúnebres e espaços sepulcrais da capital portuguesa.

2. Materiais e Métodos

Na inventariação das necrópoles recorreu-se ao Portal do Arqueólogo (<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>), ao Geoportal (<http://patrimoniogpc.maps.arcgis.com>), ao SIPA — Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (<http://www.monumentos.gov.pt>), ao Lx Conventos (<http://lxconventos.cm-lisboa.pt>), a *sites* institucionais de empresas de arqueologia, a revistas de divulgação da atividade arqueológica, à imprensa local, a redes sociais (Facebook e Instagram) e ao contacto com arqueólogos e especialistas em antropologia biológica, bem como com empresas de arqueologia. Alguma informação foi complementada com artigos científicos, teses e/ou relatórios, sendo estes indicados ao longo do texto.

Na organização da informação optou-se por discriminar, sempre que possível, as seguintes categorias, de acordo com as características dos espaços sepulcrais e das respetivas inumações: (1) interior ou exterior (adro) de edifício religioso; (2) interior de edifício religioso: inumações da comunidade eclesial ou não eclesial; (3) espaços extracemiteriais, como quintais, lixeiras ou aterros.

No que respeita à informação sobre os espaços mortuários, a pesquisa centrou-se nos seguintes elementos: local de inumação, tipo de sepultura, número de indivíduos (inumações primárias e secundárias e reduções ósseas), perfil biológico e patológico dos indivíduos. Por fim, a cultura material votiva e não-votiva associada às inumações.

3. Necrópoles Medievais e Modernas

3.1. Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo (n.º 1)

O Convento e a Igreja de Nossa Senhora do Carmo, localizados na freguesia de Santa Maria Maior, foram alvo de diversas intervenções arqueológicas, tanto no interior como no adro do edifício, onde se registaram inumações do Período Moderno.

As campanhas de escavação que decorreram no século XX incidiram no interior da igreja, tendo-se descoberto vários carneiros e sepulturas pertencentes a indivíduos de estatuto social elevado. Exumaram-se indivíduos de ambos os sexos e de todas as classes etárias. Foi também identificado um não-adulto (feto/recém-nascido) inumado em panela. O espólio votivo é constituído por contas de terço/rosários, crucifixos e medalhas. Destaca-se uma prótese em prata, na região do polegar direito de um dos esqueletos, relativamente ao espólio não-votivo (Ferreira, 1999).

No início do século seguinte, em 2001, foi efetuada uma intervenção no adro, que serviria os membros menos privilegiados da população. Levantaram-se 150 inumações primárias e 19 ossários datados entre os séculos XVI e XVII (Benisse, 2005). Dois indivíduos apresentavam alterações ósseas compatíveis com o diagnóstico de sífilis (Codinha, 2002). Em 2010/2011 foi realizada uma sondagem no início da Travessa de D. Pedro de Menezes, onde foi encontrada parte da necrópole do adro. Exumaram-se 41 indivíduos: inumações primárias, completas e parciais, assim como secundárias. Identificou-se uma jovem de ancestralidade africana com os dentes intencionalmente modificados (Alves et al., 2017). O espólio votivo é constituído por moedas, contas, crucifixos e medalhas, bem como por alguns elementos de mobiliário funerário. Foram ainda recolhidos alfinetes de mortalha.

3.2. Igreja do Espírito Santo da Pedreira (n.º 2)

Na freguesia de Santa Maria Maior, durante o acompanhamento das obras dos Armazéns do Chiado, identificou-se uma área de necrópole localizada na cripta da antiga Igreja do Espírito Santo da Pedreira. Registaram-se 20 sepulturas delimitadas por muretes e recolheu-se algum material votivo (medalhas) e não-votivo (botões). A necrópole foi enquadrada no Período Moderno (Ramalho & Viegas, 1994).

3.3. Rua da Misericórdia, n.º 94 (n.º 3)

No acompanhamento da obra realizada num edifício da Rua da Misericórdia, na freguesia de Santa Maria Maior, identificaram-se remanescentes esqueléticos. Estes encontravam-se descontextualizados: dado a proximidade da Igreja de São Roque, pode tratar-se de restos provenientes do seu adro, onde existiu um cemitério de peste, antes mesmo da construção daquele templo. Foram enquadrados no Período Moderno. O número de indivíduos é de pelo menos oito: quatro adultos (três do sexo feminino e um

do masculino), três não-adultos (duas crianças e um adolescente) e um indivíduo de sexo indeterminado. Não foi recuperado qualquer tipo de cultura material.

3.4. Igreja do Santíssimo Sacramento (n.º 4)

A Igreja do Santíssimo Sacramento localiza-se na freguesia de Santa Maria Maior. Aquando de obras de beneficiação no seu interior, em 1990, designadamente do seu pavimento, foram descobertas duas inumações primárias parciais depositadas sobre fragmentos de telha e tijoleira. Foram atribuídas ao Período Medieval Cristão.

3.5. Igreja de Nossa Senhora do Loreto (n.º 5)

Na Rua da Misericórdia, na freguesia de Santa Maria Maior, junto à Igreja do Loreto, foram identificados remanescentes esqueléticos desarticulados balizados cronologicamente no Período Moderno. Trata-se, possivelmente, de restos de inumações do adro desta igreja.

3.6. Igreja de Nossa Senhora da Encarnação (n.º 6)

A Igreja de Nossa Senhora da Encarnação localiza-se na freguesia da Misericórdia, tendo a intervenção arqueológica realizada no seu interior revelado ossos humanos do Período Moderno/Contemporâneo. Os ossos encontravam-se revolidos devido à gestão do espaço de necrópole, mas também devido a obras de repavimentação. A cota de afetação da obra foi superficial, pelo que foi impossível fazer o registo de eventuais inumações intactas mais abaixo. O número mínimo de indivíduos é de 25: 19 adultos e seis não-adultos.

3.7. Igreja de São Paulo (n.º 7)

Foi identificado o espaço de necrópole exterior (adro) da Igreja de São Paulo aquando de uma obra num edifício sito na Travessa de São Paulo/Travessa do Carvalho, na freguesia da Misericórdia. As duas inumações detetadas são do Período Moderno: a da sondagem I foi enquadrada entre os séculos XVI e XVII, enquanto na da sondagem IV foi impossível a atribuição de uma cronologia mais fina.

3.8. Igreja de Santa Catarina (n.º 8)

A antiga Igreja de Santa Catarina localizava-se na freguesia da Misericórdia. Na área que corresponderia ao seu interior foram descobertas 75 inumações primárias. A maioria

destas inumações esteve associada ao primeiro período de funcionamento da igreja, do século XVI até 1755. Foram recuperadas contas de terços/rosários, assim como pregos de caixão (Bugalhão & Duarte, 2003).

3.9. Liceu Passos Manuel (n.º 9)

O Liceu Passos Manuel situa-se na freguesia da Misericórdia, tendo sido instalado na área da cerca do antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus (a noroeste), a sudeste do Convento dos Paulistas. Durante as obras de remodelação do liceu foi recuperado um vasto conjunto de ossos humanos, em deposição secundária, datado do Período Moderno e primórdios do Contemporâneo (séculos XVI a XVIII/XIX).

3.10. Convento de Nossa Senhora de Jesus (n.º 10)

O Convento de Nossa Senhora de Jesus localiza-se na freguesia da Misericórdia, constituindo atualmente as instalações da Academia das Ciências e do Museu do Instituto Geológico e Mineiro.

A área de necrópole encontrava-se nas alas claustrais (norte, poente e sul), estando identificada, nas alas norte e poente, por tampas de sepultura numeradas que pertenceram a frades franciscanos. A sua utilização foi balizada entre a segunda metade do século XVII e a primeira metade do XVIII.

As sepulturas apresentavam muros de alvenaria argamassada, organizadas em estruturas retangulares. Os esqueletos encontravam-se em decúbito dorsal, com as mãos sobre a região do peito. Recolheu-se espólio votivo e não-votivo associado às inumações, como terços/rosários, crucifixos, contas, medalhas religiosas, assim como resquícios de indumentária e calçado (solas). Em níveis mais superficiais, nas alas sul e nascente do claustro, foi encontrada uma deposição secundária com milhares de ossos humanos, cujo número mínimo de indivíduos é superior a 2000, tendo sido interpretada pelos arqueólogos como um testemunho da mortalidade provocada pelo Grande Terramoto de 1755 (Cardoso, 2017). Aqueles investigadores referem, igualmente, que foram identificados dois crânios de indivíduos de ancestralidade africana com mais de 50 anos.

3.11. Rua do Século (n.º 11)

Foi recentemente acompanhada a abertura de uma vala na Rua do Século, na freguesia da Misericórdia, onde foram identificados restos esqueléticos datados do século XVIII. Coloca-se a hipótese de se tratar de inumações do adro da antiga igreja paroquial das Mercês.

3.12. Palácio dos Condes de Tomar (n.º 12)

No Palácio dos Condes de Tomar, situado na freguesia da Misericórdia, foi identificada uma inumação de um não-adulto. Dada a proximidade com a Igreja de São Roque, coloca-se a hipótese de ser uma das inumações do seu adro.

3.13. Igreja de São Roque (n.º 13)

No interior da Igreja de São Roque, na freguesia da Misericórdia, foram identificadas áreas de necrópole, datáveis do Período Moderno. As inumações encontravam-se associadas à antiga Ermida de São Roque e, mais tarde, à Igreja de São Roque.

Na sondagem realizada em 2006 foram detetadas duas áreas de necrópole distintas: a suposta área sepulcral das vítimas da peste do século XVI, associada à Ermida de São Roque, bem como as estruturas e necrópole da Casa Professa, onde se registou uma inumação primária (esta área não foi completamente intervencionada). Em 2007, os trabalhos arqueológicos incidiram no sector sul do edifício do museu, tendo sido descobertas inumações que podem estar relacionadas com a utilização, numa fase mais tardia, da área de necrópole da Igreja de São Roque e da Ermida de São Roque (século XVI). Destaca-se a identificação de um indivíduo de 9,5-15 anos com modificações dentárias intencionais¹. Relativamente ao espólio associado foram recolhidos, nas várias campanhas, contas de terços, crucifixos, medalhas e moedas.

No Largo Trindade Coelho, junto à Igreja de São Roque, foi identificado um esqueleto com alterações dentárias intencionais.

3.14. Rua D. Pedro V (n.º 14)

Na Rua D. Pedro V, situada na freguesia da Misericórdia, identificaram-se vários esqueletos, do Período Moderno, aquando do acompanhamento arqueológico de uma vala da EDP. Para além dos remanescentes esqueléticos, foram recolhidos materiais cerâmicos e registadas estruturas. De acordo com a informação disponível, os esqueletos não foram exumados.

3.15. Rua do Instituto Bacteriológico (n.º 15)

A Rua do Instituto Bacteriológico situa-se na freguesia de Arroios. A necrópole aqui localizada foi datada dos séculos XVII a XVIII. Identificaram-se 134 inumações primárias, sendo que 27 sepulturas, em fossa simples, foram escavadas no substrato geológico. Os corpos foram depositados em decúbito dorsal e orientados com a cabeça a oeste. Nas deposições secundárias foram contabilizados 29 indivíduos. O espólio votivo era

¹ Comunicação pessoal com a mestre Raquel Granja.

constituído por contas de terços/rosários, medalhas e moedas. A diagnose sexual apenas foi possível em 50% (67 indivíduos) das inumações primárias, identificando-se 66 homens e uma mulher. No que concerne à idade à morte registaram-se 102 adultos e 32 não-adultos. Identificaram-se três indivíduos do sexo masculino de 20-29 anos com os dentes anteriores intencionalmente modificados (Filipe & Figueiredo, 2007; Godinho, 2008). Tendo em conta a proximidade da Igreja do Convento de Santana, coloca-se a hipótese de que este espaço cemiterial fizesse parte do seu adro.

3.16. Convento de Santana (n.º 16)

O Convento de Santana localiza-se na freguesia de Arroios, tendo sido realizadas duas campanhas arqueológicas no seu interior que permitiram identificar o espaço cemiterial das religiosas. As inumações são do Período Moderno, entre 1562, quando o convento recebeu as primeiras habitantes, e 1884, quando este foi encerrado.

Na campanha de 2002/2003 exumaram-se 18 inumações primárias. Em 2009/2010 foram levantados, na ala este do claustro, 17 esqueletos completos e parcialmente articulados. Os sepultamentos foram realizados em fossas simples escavadas no solo. No espólio votivo destaca-se a descoberta de uma armação de ferro (coroa) à volta do crânio do indivíduo do Enterramento 19. As defuntas foram amortalhadas (presença de alfinetes) e inumadas em caixão. Algumas foram cobertas por cal. Recolheram-se terços, contas, crucifixos e medalhas religiosas, assim como solas de sapatos. Identificaram-se exclusivamente indivíduos adultos do sexo feminino, sendo que as patologias mais comuns foram as cáries, a perda de dentes *ante mortem* e a osteoartrose.

3.17. Convento de Santa Joana (n.º 17)

Na cerca do Convento de Santa Joana, localizada na Rua de Santa Marta, na freguesia de Santo António, foram identificadas estruturas conventuais e recuperados restos esqueléticos, designadamente inumações primárias de indivíduos adultos e não-adultos, reduções ósseas e um ossário. Recolheram-se, entre outros elementos, moedas associadas a algumas inumações.

3.18. Igreja de São José dos Carpinteiros (n.º 18)

Na Igreja de São José dos Carpinteiros, na freguesia de Santo António, foi intervencionado um corredor lateral da igreja onde se identificaram ossos humanos. Trata-se de um espaço de necrópole do Período Moderno, possivelmente utilizado a partir da segunda metade do século XVII. Levantaram-se 16 inumações primárias e cinco ossários (número mínimo, provisório, de 122 indivíduos).

3.19. Igreja de São Domingos (n.º 19)

A Igreja de São Domingos localiza-se na freguesia de Santa Maria Maior. A intervenção arqueológica realizada no seu adro revelou a presença de restos ósseos humanos enquadrados no Período Medieval. Registaram-se 12 sepulturas simples, em fossa, escavadas no substrato, tendo sido exumados 21 indivíduos. A maioria das sepulturas foi reutilizada. Os indivíduos estavam orientados com a cabeça para oeste, tendo sido identificados ambos os sexos e várias classes etárias. Destaca-se a sepultura 11, que continha os restos esqueléticos² de um jovem adulto do sexo masculino de possível ancestralidade africana. Não foram registados indícios de caixão nem espólio associado (Trindade & Diogo, 2000).

Atualmente decorre uma intervenção num edifício contíguo à igreja onde, numa primeira fase, foram identificadas 207 inumações primárias (206 não-adultos e um adulto) e vários ossários do Período Moderno.

3.20. Hospital Real de Todos-os-Santos (n.º 20)

Em 1999/2000 foi identificada, na Praça da Figueira, a necrópole do Hospital Real de Todos-os-Santos, localizada na freguesia de Santa Maria Maior e enquadrada no Período Moderno, entre os séculos XV e XVIII. Foram exumadas 18 inumações primárias e 6-8 indivíduos foram contabilizados num ossário, além de ossos dispersos. Um dos adultos exibia alterações ósseas compatíveis com o diagnóstico de sífilis (Assis, Casimiro & Alves-Cardoso, 2015).

3.21. Igreja de Nossa Senhora da Pena (n.º 21)

Na Travessa da Pena, junto à Igreja de Nossa Senhora da Pena, na freguesia de Arroios, foram detetados ossos humanos no decorrer de vários acompanhamentos de obras. A localização sugere tratar-se de um espaço de necrópole no adro da Igreja de Nossa Senhora da Pena ou da Igreja do Convento de Santana, estando cronologicamente balizados no Período Moderno. O conjunto de ossos identificados, relativamente amplo, foi mantido *in situ*. Noutra intervenção foram recolhidos os ossos de pelo menos oito indivíduos.

3.22. Convento da Boa-Hora (n.º 22)

No Convento da Boa-Hora, localizado na freguesia de Santa Maria Maior, foi descoberto um conjunto de ossos num vão de escadas. Esta situação excecional caracteriza uma deposição secundária representada por, pelo menos, 43 indivíduos, alegadamente não

² Perfil biológico avaliado pela professora doutora Francisca Alves-Cardoso.

associada à gestão de um espaço sepulcral, mas relacionada com obras que terão sido executadas em meados do século XX. A equipa de arqueologia associa este conjunto de restos esqueléticos aos séculos XVII a XIX, quando este edifício funcionava como convento. Foram recolhidos ainda solas de sapatos e resquícios de têxteis.

3.23. Convento de São Francisco (n.º 23)

O Convento de São Francisco acomoda atualmente a Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa e o Museu Nacional de Arte Contemporânea, situando-se na freguesia de Santa Maria Maior. A informação relativa a este sítio arqueológico é parca, sabendo-se que foram identificados remanescentes esqueléticos que remontam ao Período Medieval Cristão. Na Rua Victor Cordon (n.º 2-6) foi identificada uma sepultura retangular com cobertura em tijolo, datada do Período Moderno. No seu interior foram identificados ossos desarticulados sem espólio associado. Os arqueólogos referem que poderá eventualmente estar relacionada com o Convento de São Francisco. No entanto, antes do terramoto de 1755 localizava-se nesta área a antiga Basílica dos Mártires.

Em 2012, no Largo da Academia das Belas-Artes, foram detetados uma inumação primária e três ossários com cerca de 11 indivíduos, tratando-se provavelmente de sepultamentos do adro do Convento de São Francisco.

3.24. Igreja de São Julião (n.º 24)

A antiga Igreja de São Julião localiza-se na freguesia de Santa Maria Maior, sendo propriedade do Banco de Portugal. Durante as obras de reabilitação do espaço e instalação do Museu do Dinheiro, parte da nave da igreja onde se localizavam 310 inumações primárias e 30 ossários foi alvo de uma intervenção arqueológica. As sepulturas foram enquadradas na primeira metade do século XIX (Rocha et al., 2013). Muitos esqueletos em deposição primária foram truncados durante a intensa reutilização deste espaço sepulcral.

3.25. Basílica de Nossa Senhora dos Mártires (n.º 25)

A Basílica de Nossa Senhora dos Mártires, situada na Rua Serpa Pinto, na freguesia de Santa Maria Maior, revelou, na nave central e em possível área do pátio, uma necrópole do Período Moderno. Destaca-se que a área tem as mesmas características da outra também identificada no prédio adjacente (Fundação Sousa Pedro). Foram identificadas 28 sepulturas, delimitadas por muros de argamassa. As sepulturas 1 e 2 apresentavam as suas tampas *in situ* e a sepultura 3 estava coberta por tijolos de barro.

3.26. Quarteirão das Olarias (n.º 26)

A área referida como Quarteirão dos Lagares (Largo das Olarias, Travessa do Jordão, Rua dos Lagares, etc.), situada na freguesia de Santa Maria Maior, foi profusamente intervencionada por diversas empresas de arqueologia, tendo sido identificados espaços de necrópole enquadrados, entre outros, nos Períodos Medieval Cristão e Moderno.

Nos trabalhos dirigidos por Marina Lourenço (2016) foram identificados dois indivíduos do Período Moderno com modificações intencionais dos dentes anteriores.

Os trabalhos arqueológicos encontram-se, em alguns casos, ainda a decorrer, tendo já facultado largas centenas de esqueletos (Ponce et al., 2017).

3.27. Miradouro da Graça (n.º 27)

No Miradouro da Graça, freguesia de São Vicente, foi identificado um contexto de necrópole datado do Período Medieval Cristão.

3.28. Igreja de Nossa Senhora da Graça (n.º 28)

A Igreja de Nossa Senhora da Graça localiza-se na freguesia de São Vicente. No claustro foram identificadas 360 sepulturas da necrópole dos frades agostinianos (que não foram escavadas), assim como uma cripta contendo ossos de numerosos indivíduos, datados do Período Moderno. As sepulturas apresentam muros de alvenaria, sendo organizadas em estruturas retangulares. No exterior do edifício foi identificada parte do adro da igreja.

3.29. Igreja de São Lourenço (n.º 29)

A Igreja de São Lourenço localiza-se na freguesia de Santa Maria Maior. Foram identificados pelo menos 40 inumações e vários ossários na nave. As inumações mais antigas são medievais (século XIII), seguindo-se sepultamentos datados até inícios do século XIX. Os mais tardios foram, no geral, realizados em caixão.

3.30. Poço do Borratém (n.º 30)

No Poço do Borratém, localizado na freguesia de Santa Maria Maior, foi detetado um espaço de necrópole no contexto da obra para colocação de vários ecopontos. Foi balizada no Período Medieval Cristão, entre o século XIV e meados do século XV. O limite cronológico inicial poderá ser mais recuado, no entanto os trabalhos cingiram-se à cota de afetação da obra, não tendo sido possível atingir os níveis mais antigos de utilização da necrópole.

Identificaram-se 61 sepulturas, com 58 inumações primárias de indivíduos de ambos os sexos e de todas as classes etárias, e ainda 11 ossários. De referir que ocorreu reutilização destas sepulturas e que 22 não foram escavadas por não terem sido afetadas pela obra. As inumações primárias apresentavam-se em decúbito dorsal e orientadas com a cabeça a oeste. Os indivíduos foram amortalhados (presença de alfinetes) e colocados em fossas simples abertas no solo. Recuperaram-se raros objetos associados.

3.31. Igreja de São Cristóvão (n.º 31)

No decorrer de acompanhamentos de obras na Rua da Achada e no Largo de São Cristóvão, na freguesia de Santa Maria Maior, foram identificadas áreas da necrópole (adro) da antiga Igreja de São Cristóvão.

Em 2010 foram efetuadas duas sondagens. Na sondagem em frente da igreja foram registados seis inumações primárias e um ossário, do Período Moderno, entre os séculos XVI e finais do século XVII. Na segunda sondagem, realizada na Rua da Achada (traseiras da igreja), também foi detetada uma área de sepultamentos, mas de cronologia indeterminada (Medieval ou Moderna), tendo sido identificados nove inumações primárias (cinco adultos e quatro não-adultos) e três ossários. As inumações estão orientadas com cabeça a oeste, de acordo com a orientação da igreja, com os corpos dispostos em decúbito dorsal. Destaca-se uma sepultura cuja fossa aberta no solo foi revestida de argamassa, encontrando-se um esqueleto em posição fetal. Não foi indicada a sua cronologia. Em 2012 identificaram-se, na sondagem 1, duas inumações primárias e um ossário em fossas abertas no substrato e orientadas a oeste-este, enquanto na sondagem 2 foi detetada uma área de deposições secundárias. Os arqueólogos associaram estes restos esqueléticos ao Período Moderno.

3.32. Igreja de São Nicolau (n.º 32)

Na Rua da Vitória, junto da Igreja de São Nicolau, na freguesia de Santa Maria Maior, detetaram-se inumações balizadas nos Períodos Medieval Cristão e Moderno. Trata-se do adro da Igreja de São Nicolau, identificando-se dez inumações primárias e nove ossários cujo número mínimo de indivíduos é de 28. Registaram-se indivíduos de ambos os sexos e de várias classes etárias.

3.33. Convento Corpus Christi (n.º 33)

O antigo Convento Corpus Christi localiza-se na freguesia de Santa Maria Maior. Em 2011 foi realizada uma sondagem, no seu interior, tendo sido recuperada abundante quantidade de ossos humanos. A sua cronologia enquadra-se no Período Moderno.

3.34. Mosteiro de São Vicente (n.º 34)

O Mosteiro de São Vicente localiza-se na freguesia de São Vicente, sendo o sítio arqueológico com maior número de campanhas de escavação levadas a cabo, desde 1960 até 2015. Os espaços de sepultamento estão balizados cronologicamente nos Períodos Medieval Cristão e Moderno.

No interior do atual mosteiro, renovado em 1582, identificaram-se inumações do edifício primitivo, designadamente no carneiro e na sacristia. No carneiro, os sepultamentos mais antigos correspondiam aos efetuados no Cemitério Afonsino, onde foram inumados, de acordo com Ferreira (2010), os cruzados que pereceram na conquista de Lisboa. O Cemitério Afonsino assentava sobre sepulturas antropomórficas paleocristãs e foi utilizado até finais do século XIV. Na sacristia foram detetadas oito inumações medievais, podendo esta área corresponder à continuação do Cemitério Afonsino. Na cerca do mosteiro foram encontradas inumações primárias, bem como reduções ósseas, dos séculos XIV a XVI, com indivíduos de ambos os sexos e de todas as classes etárias. Fernando E. R. Ferreira (2010) referiu, ainda, a presença de um esqueleto de uma mulher de ancestralidade africana com cerca de 30 anos encontrado junto à Cerca Fernandina. No entanto, Inês Serafim (2017), que realizou o estudo paleobiológico dos indivíduos exumados na sacristia, carneiro e cerca, identificou um adulto, não jovem, do sexo masculino com características compatíveis com uma ancestralidade africana.

Sob o piso da Capela dos Meninos de Palhavã recolheu-se um pote com os restos viscerais de D. João VI (1767-1826), cuja análise indicou envenenamento (Carvalho et al., 2002).

3.35. Ermida de Nossa Senhora do Paraíso (n.º 35)

Na antiga Ermida de Nossa Senhora do Paraíso, que se localizava na freguesia de São Vicente (Largo de Santa Clara/Largo Dr. Bernardino António Gomes), foi identificado um espaço cemiterial para onde foram encaminhados mortos do surto de peste do século XVI. A prática de inumações foi mantida até ao século XVII. Levantaram-se mais de 200 inumações primárias e pelo menos 800 indivíduos contabilizados nas reduções ósseas e ossários.

3.36. Igreja de Santo Estêvão (n.º 36)

Em sondagens efetuadas no Beco do Loureiro, freguesia de Santa Maria Maior, em 2012, foi encontrado um crânio que pode ter sido arrastado do adro da Igreja de Santo Estêvão.

3.37. Rua do Recolhimento (n.º 37)

Na Rua do Recolhimento, freguesia de Santa Maria Maior, foram detetadas mais de 1000 inumações atribuídas ao Período Moderno. Foi identificado um elevado número de indivíduos do sexo masculino. A equipa de arqueologia refere que o edifício poderia pertencer ao recolhimento feminino do Castelo (a fraca representatividade de enteramentos classificados no sexo feminino parece indicar a existência de uma área reservada aos homens, no século XVIII). O Hospital dos Soldados de S. João de Deus constitui, de acordo com os arqueólogos, outra hipótese para a proveniência destes indivíduos.

3.38. Convento do Santíssimo Rei Salvador (n.º 38)

O Convento do Santíssimo Rei Salvador situa-se na freguesia de Santa Maria Maior. Em 2004 foram realizadas sondagens nas alas claustrais e no exterior do edifício, nas quais foram revelados remanescentes esqueléticos do Período Moderno.

Na ala nascente do claustro foram identificadas nove inumações primárias de religiosas, datadas da primeira metade do século XVIII, bem como um carneiro com a sua entrada entulhada de ossos, terras e materiais cerâmicos, cronologicamente enquadrado entre o dealbar do século XVII e a segunda metade do século XVIII. Relativamente às religiosas, as sepulturas caracterizavam-se por simples fossas, não tendo sido identificados elementos de mobiliário funerário. Foram recolhidas contas de terços e medalhas, assim como uma armação em ferro (coroa), envolvendo o crânio de uma das freiras. A amostra é constituída exclusivamente por adultos do sexo feminino. As alterações patológicas mais comuns são as cáries e a osteoartrose.

Numa das sondagens exteriores (no adro) foram detetadas quatro inumações primárias: um não-adulto com cerca de dois anos, dois adultos do sexo masculino e um adulto de sexo indeterminado, mas apenas três foram exumados. As sepulturas eram fossas simples escavadas no solo.

3.39. Igreja de São Mamede (n.º 39)

A antiga Igreja de São Mamede situava-se da Rua de São Mamede, na freguesia de Santa Maria Maior. Aqui, em 1993, em frente ao Palácio Penafiel, foi descoberta uma sepultura medieval, da primeira metade do século XII. A sepultura foi associada ao adro da antiga Igreja de São Mamede, erigida em 1220 e destruída em 1755, pelo terramoto. Nesta sepultura, em fossa aberta no solo, foi identificada uma inumação cristã. A fossa encontrava-se coberta por cinco pedras dispostas de forma transversal, estando três delas trabalhadas e cuja proveniência foi apontada como sendo uma basílica paleocristã. Foi registado um indivíduo com cerca de 40 anos, orientado com a cabeça a oeste (Diogo, 1993 *apud* Nunes, 2010).

3.40. Igreja e Convento dos Loios (n.º 40)

O Convento dos Loios localiza-se na freguesia de Santa Maria Maior. A intervenção arqueológica realizada no interior da igreja revelou 36 inumações primárias, três reduções ósseas e oito ossários, perfazendo um total de 74 indivíduos. Identificaram-se dez não-adultos e 64 adultos. O espaço de necrópole foi datado no Período Moderno.

3.41. Catedral de Santa Maria Maior — Sé de Lisboa (n.º 41)

No claustro da Sé, situada na freguesia de Santa Maria Maior, foi identificado, em intervenções arqueológicas que decorrem desde 1990, um vasto ossário, sendo indicada como cronologia a Época Cristã.

No espaço exterior, nas Cruzes da Sé, numa obra da EMEL para a instalação de um elevador para permitir a ligação desta área ao Campo das Cebolas, foram encontradas cerca de 70 inumações e estelas funerárias do Período Medieval Cristão (segunda metade do século XII). Foram também descobertos adornos, moedas e alfinetes de mortalha associados às inumações (Boaventura, 2016).

3.42. Igreja de São Martinho (n.º 42)

A antiga Igreja de São Martinho localizava-se na freguesia de Santa Maria Maior. Durante os trabalhos arqueológicos efetuados no âmbito de uma obra foram encontrados vestígios estruturais desta igreja construída no século XII e destruída no século XIX. Os remanescentes esqueléticos identificados enquadram-se nesta cronologia.

As inumações primárias e secundárias (ossários) foram encontradas na área que corresponderia ao interior da igreja. Registaram-se 25 inumações primárias (22 adultos e três não-adultos), caracterizadas sobretudo por esqueletos parcialmente articulados, e um número mínimo de 18 indivíduos (13 adultos e cinco não-adultos) nas inumações secundárias. Os corpos foram depositados em covas abertas no substrato, em decúbito dorsal e com a cabeça orientada a sudoeste. A descoberta de pregos, tachas e resquícios de madeira sugere que vários indivíduos foram enterrados em caixão. A cal foi vertida sobre alguns indivíduos.

O espólio votivo era constituído por contas de terços/rosários e moedas, enquanto no não-votivo foram recolhidos anéis e botões. Nas inumações primárias foram identificados seis indivíduos do sexo feminino (entre os quais, uma jovem adulta e duas adultas maduras) e 13 do sexo masculino (entre os quais, dois jovens adultos, um adulto maduro e três idosos), bem como três indivíduos com diagnose inconclusiva por fraca representatividade óssea. Identificaram-se ainda três não-adultos: um feto no último trimestre de gestação, *in situ*, na região pélvica de uma jovem adulta, e duas crianças. Em relação aos 13 indivíduos das inumações secundárias, a estimativa sexual permitiu discriminar sete indivíduos do sexo masculino e cinco do sexo feminino. Todas as classes etárias estão representadas (Brazuma & Antunes-Ferreira, 2007).

3.43. Convento de Nossa Senhora da Luz (n.º 43)

No decorrer da abertura de uma vala técnica durante as obras no Convento da Luz, localizado na freguesia de Carnide, foram identificados restos esqueléticos humanos do Período Moderno. Foi escavada a Sepultura 1, onde estava depositada uma inumação primária associada ao século XVI.

3.44. Ermida do Espírito Santo (n.º 44)

A antiga Ermida do Espírito Santo localizava-se na freguesia de Carnide, tendo sido construída no século XIII. A necrópole anexa foi trasladada em 1859 (Caessa & Mota, 2013). Exumaram-se oito inumações primárias e um ossário com dez indivíduos, estando representados adultos de ambos os sexos.

3.45. Convento das Bernardas (n.º 45)

O Convento das Bernardas localiza-se na freguesia da Estrela. Na intervenção no seu claustro foram identificadas áreas de inumação, dos Períodos Moderno e Contemporâneo, designadamente duas sepulturas ou carneiros.

3.46. Palácio dos Condes de Murça (n.º 46)

No Palácio dos Condes de Murça, que se situa na freguesia da Estrela, foi identificada uma cripta funerária datada entre o século XVII e meados do século XIX. Trata-se de um espaço intensivamente reutilizado, identificando-se pelo menos 49 indivíduos (13 inumações primárias e pelo menos 36 nos ossários). Estes foram depositados em caixões e cobertos de cal de forma a promover a degradação dos corpos (Filipe, Silva & Figueiredo, 2012).

3.47. Fábrica dos Pastéis de Belém (n.º 47)

Numa obra na Fábrica dos Pastéis de Belém, na freguesia da Belém, recolheram-se os ossos de um indivíduo do sexo masculino cronologicamente situado no século XVI (Campanacho, Gonçalves & Duarte, 2014). A documentação histórica refere a Ermida dos Reis Magos, com localização aproximada ao local da atual Fábrica dos Pastéis de Belém, podendo eventualmente ser uma das suas inumações.



Fig. 1 — Espaços funerários e extracemiteriais referenciados no concelho de Lisboa, dos Períodos Medieval Cristão ao Moderno/inícios do Contemporâneo.

1. Convento e Igreja de Nossa Senhora do Carmo; 2. Igreja do Espírito Santo da Pedreira; 3. Rua da Misericórdia, n.º 94; 4. Igreja do Santíssimo Sacramento; 5. Igreja de Nossa Senhora do Loreto (n.º 5); 6. Igreja de Nossa Senhora da Encarnação; 7. Igreja de São Paulo; 8. Igreja de Santa Catarina; 9. Liceu Passos Manuel; 10. Convento de Nossa Senhora de Jesus; 11. Rua do Século; 12. Palácio dos Condes de Tomar; 13. Igreja de São Roque; 14. Rua D. Pedro V; 15. Rua do Instituto Bacteriológico; 16. Convento de Santana; 17. Convento de Santa Joana; 18. Igreja de São José dos Carpinteiros; 19. Igreja de São Domingos; 20. Hospital Real de Todos-os-Santos; 21. Igreja de Nossa Senhora da Pena; 22. Convento da Boa-Hora; 23. Convento de São Francisco; 24. Igreja de São Julião; 25. Basílica de Nossa Senhora dos Mártires; 26. Quarteirão das Olarias;



27. Miradouro da Graça; 28. Igreja de Nossa Senhora da Graça; 29. Igreja de São Lourenço; 30. Poço do Borratém; 31. Igreja de São Cristóvão; 32. Igreja de São Nicolau; 33. Convento Corpus Christi; 34. Mosteiro de São Vicente; 35. Ermida de Nossa Senhora do Paraíso; 36. Igreja de Santo Estêvão; 37. Rua do Recolhimento; 38. Convento do Santíssimo Rei Salvador; 39. Igreja de São Mamede; 40. Igreja e Convento dos Loios; 41. Catedral de Santa Maria Maior — Sé de Lisboa; 42. Igreja de São Martinho; 43. Convento de Nossa Senhora da Luz; 44. Ermida do Espírito Santo; 45. Convento das Bernardas; 46. Palácio dos Condes de Murça; 47. Fábrica dos Pastéis de Belém; 48. Rua do Vale; 49. Rua Marquês de Angeja; 50. Escola Secundária D. João de Castro.

3.48. Áreas extracemiteriais (n.º 48, 49 e 50)

Para além dos espaços de necrópole localizados no interior, cercas e adros dos edifícios religiosos, foram identificados alguns contextos extracemiteriais com achados isolados de não-adultos em idade fetal ou recém-nascidos enterrados (ou despejados) diretamente em fossa aberta no solo ou em panela, bem como uma sepultura coletiva.

Na Rua do Vale (n.º 48), na freguesia da Misericórdia, em área que corresponderia a quintal, foram recolhidos cinco fetos com cerca de 30 semanas de gestação, dos séculos XVII/XVIII.

Na Rua Marquês de Angeja (n.º 49), na freguesia de Belém, foi descoberto um feto numa panela que data dos séculos XVI/XVII.

Por fim, na Escola Secundária D. João de Castro (n.º 50), localizada na freguesia de Alcântara, foi identificada uma elevada concentração de ossos humanos no perfil de uma vala de obra. A equipa de arqueologia concluiu que não se tratava de sepulturas organizadas, mas de uma sepultura coletiva. Amostras de ossos foram datadas pelo método de radiocarbono, obtendo-se datas enquadradas no Período Medieval Cristão: 1 sigma de 1400-1436 cal AD e para 2 sigma de 1309-1355 cal AD a 1384-1449 cal AD. Foram registadas conexões anatómicas intactas, inclusivamente esqueletos com orientações não ortodoxas e vestígios de cal. O local foi interpretado como uma área de inumação coletiva, em vala comum, muito possivelmente de indivíduos de baixo estatuto socioeconómico. Adiantou-se como hipótese explicativa uma epidemia ou naufrágio, o que justificaria a adoção excecional destes procedimentos funerários em espaço presumivelmente não religioso.

4. Considerações Finais

Foram identificados e sumariamente descritos 47 espaços funerários e três extracemiteriais referenciados no concelho de Lisboa, dos Períodos Medieval Cristão ao Moderno/inícios do Contemporâneo, entre os séculos XII e XIX (fig. 1). A inventariação das necrópoles de Lisboa (bem como a informação coligida a elas relativa) é naturalmente lacunar, sem pretensões interpretativas, mas rigorosa, e deve ser entendida como uma plataforma de sustentação para trabalhos de investigação mais aprofundados, complexos, e plurianuais — em suma, investigações multidisciplinares de síntese.

As principais limitações ao conhecimento dos espaços funerários alvos de intervenção arqueológica em Lisboa resultaram da concisão da informação bioantropológica e funerária disponível, muitas vezes superficial ou irrelevante, sobretudo em intervenções mais antigas, e também da não publicação/disponibilização de dados e/ou não entrega de relatórios dos trabalhos arqueológicos à Direção-Geral do Património Cultural.

Agradecimentos

Os autores expressam o seu reconhecimento aos colegas e empresas de arqueologia (em especial à Era-Arqueologia S. A. e à Cota 80.86) que contribuíram com informação relevante relativa às suas intervenções arqueológicas na cidade de Lisboa.

Um agradecimento especial ao Carlos Boavida, pelas discussões tidas acerca dos espaços de necrópole e suas delimitações, bem como aos seus contributos, que muito enriqueceram este trabalho.

Bibliografia

- ALVES, R. V.; GARCIA, S. J.; MARQUES, A.; WASTERLAIN, S. N. (2017) — Osteological analysis of a skeleton with intentional dental modifications, exhumed from Largo do Carmo (17th-18th centuries) Lisbon. *Antropologia Portuguesa*. Coimbra. 32/33, p. 61-75.
- ANTUNES-FERREIRA, N. (2015) — *Antropologia funerária e paleobiologia das populações pós-medievais portuguesas: os casos de Nossa Senhora da Anunciada e Espírito Santo*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- ARAÚJO, A. C. (1997) — *A morte em Lisboa: atitudes e representações 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias.
- ARIÈS, P. (1977) — *L'homme devant la mort*. Paris: Éditions du Seuil.
- ASSIS, S.; CASIMIRO, S.; ALVES-CARDOSO, F. (2015) — A possible case of acquired syphilis at the former Royal Hospital of All-Saints (RHAS) in Lisbon, Portugal (18th century): a comparative methodological approach to differential diagnosis. *Anthropologischer Anzeiger*. Stuttgart. 72:4, p. 427-449.
- BENISSE, V. (2005) — *Retrato da Lisboa Moderna: estudo paleobiológico de uma amostra da população exumada do Convento do Carmo (sécs. XVI-XVIII)*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- BOAVENTURA, I. (2016) — Que histórias têm para contar os 70 cadáveres encontrados junto à Sé de Lisboa? *Jornal Público*. [Em linha]. Lisboa. N.º 9694, Ano XXVII, 31 de outubro. Disponível em WWW: <<https://www.publico.pt/2016/10/31/local/noticia/que-historias-tem-para-contrar-os-70-cadaveres-encontrados-junto-a-se-de-lisboa-1749229>>.
- BRAZUMA, S.; ANTUNES-FERREIRA, N. (2007) — A Igreja de São Martinho. Resultados preliminares de uma intervenção arqueológica de salvamento. *Era-Arqueologia*. Cruz Quebrada. 8, p. 51-69.
- BUGALHÃO, J.; DUARTE, C. (2003) — Intervenção Arqueológica na Igreja de Santa Catarina, Lisboa. In *Encontro de Arqueologia Urbana*, 4, Lisboa. Actas. Amadora: Museu Municipal de Arqueologia da Amadora, Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora p. 147-161.
- CAESSA, A.; MOTA, N. (2013) — Redescobrimo a história de Carnide: a Intervenção arqueológica no Largo do Coreto e Envolvente. In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1025-1032.
- CAMPANACHO, V.; GONÇALVES, D.; DUARTE, C. (2014) — Análise osteobiográfica e paleopatológica do esqueleto da Fábrica dos Pastéis de Belém, Lisboa, Portugal. *Cadernos do Grupo de Estudo de Evolução Humana*. Coimbra. 3:2, p. 24-34.
- CARDOSO, J. L. (2017) — Primeira evidência das vítimas do terramoto de 1755 na cidade de Lisboa comprovada pelas escavações arqueológicas realizadas no antigo Convento de Jesus. In ANTUNES, M.; CARDOSO, J. L., ed. lit. — *Testemunhas do caos: as faces do Terramoto de 1755*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. p. 89-126.
- CARVALHO, M. L.; FERREIRA, F. E. R.; NEVES, M. C. M.; CASACA, C.; CUNHA, A. S.; MARQUES, J. P.; AMORIM, P. MARQUES, A. F.; MARQUES, M. I. (2002) — Arsenic detection in nineteenth century portuguese King post-mortem tissues by energy-dispersive x-ray fluorescence spectrometry. *X-Ray Spectrometry*. 31, p. 305-309.
- CODINHA, S. (2002) — Two cases of venereal syphilis from the cemetery of the Igreja do Convento do Carmo (Lisboa). *Antropologia Portuguesa*. Coimbra. 19, p. 29-40.
- CURATE, F.; ANTÓNIO, T.; ROSA, S.; HENRIQUES, F. R. (2019) — Entre a vida e a morte: notas sobre a bioarqueologia da Ermida do Espírito Santo (Almada). *Al-Madan*. Almada. 22:4, p. 58-66.
- FERREIRA, F. (1999) — Escavação da Igreja do Convento do Carmo: relatório de escavação. *Arqueologia e História*. Lisboa. 51, p. 73-164.
- FERREIRA, F. (2010) — S. Vicente de Fora (o espaço, o tempo, o contexto): breve abordagem. *Olisipo*. Lisboa. 31, p. 17-40.
- FILIFE, I.; FIGUEIREDO, A. (2007) — Necrópole do Colégio de Santo Antão-o-Novo: síntese preliminar dos resultados arqueológicos e antropológicos. *Era-Arqueologia*. Cruz Quebrada. 8, p. 69-91.
- FILIFE, I.; SILVA, I.; FIGUEIREDO, A. (2012) — *Relatório final dos trabalhos arqueológicos na cripta do Palácio dos Condes de Murça (Lisboa)*. Cruz Quebrada: Era Arqueologia.
- GODINHO, R. (2008) — *Vestígios de um império passado: a necrópole do Colégio de Santo Antão-o-*

-*Novo e a Lisboa dos séculos XVI-XVIII*. Tese de Mestrado em Evolução Humana. Coimbra: Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

LOURENÇO, M. (2016) — *Relatório final dos trabalhos antropológicos: rua dos Lagares n.º 74, Lisboa*. Cruz Quebrada: Era-Arqueologia.

NUNES, M. M. (2010) — *A morte em Lisboa na Idade Média: contributo arqueológico (séculos XII a XV)*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

PONCE, M.; OLIVEIRA, F.; NUNES, T.; PINTO, M. LOURENÇO, M. (2017) — O sítio dos Lagares (Lisboa): um espaço pluricultu(r)al. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A., coord. — *Arqueologia em Portugal. 2017 — Estado da Questão*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1703-1714.

RAMALHO, M. M.; VIEGAS, C. (1994) — Intervenção arqueológica nos armazéns do Chiado. In AR-

NAUD, J., coord. — *Jornadas Arqueológicas*, 5, Lisboa. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 243-252.

ROCHA, A.; REPRESAS, J.; MIGUEZ, J.; INOCÊNCIO, J. (2013) — Edifício sede do Banco de Portugal em Lisboa: um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In ARNAUD, J.; MARTINS, A.; NEVES, C., ed. lit. — *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 1011-1018.

SERAFIM, I. (2017) — *Análise biocultural de indivíduos exumados do Mosteiro de São Vicente de Fora*. Dissertação de Mestrado. Coimbra: Universidade de Coimbra.

TRINDADE, L.; DIOGO, A. (2000) — Elementos sobre o cemitério do adro da Igreja de S. Domingos. *Arqueologia e História* Lisboa. 52, p. 59-71.

